



RELATÓRIO E CONTAS

ÍNDICE

Índice.....	1
Sumário executivo.....	7
Caracterização da entidade	11
1. Identificação.....	11
2. Legislação.....	13
3. Participações da entidade.....	13
4. Descrição sumária das atividades.....	14
5. Composição do órgão executivo	14
5.1 Identificação dos membros do órgão executivo	14
5.2 Número de vereadores	14
5.3 Número de leitores	14
6. Organização contábilística.....	14
7. Outra informação.....	15
7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos)	15
7.2 Aprovação dos documentos.....	15
7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior	15
7.4 Informação relativa à consolidação de contas.....	15
7.5 Descentralização administrativa	16
7.6 Delegação de competências.....	16
7.7 Informação relativa a pessoal	16
7.8 Prazo médio de pagamento	16
7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas.....	16
7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores	16
Desempenho orçamental	17
1. Indicadores orçamentais.....	18
2. Análise à execução orçamental.....	22
2.1 Execução da receita.....	23
2.2 Execução da despesa.....	36
2.3 Equilíbrio orçamental	46
2.4 Saldo de gerência	47

Desempenho económico-financeiro	50
1. <i>Indicadores económico-financeiros.....</i>	<i>51</i>
2. <i>Análise ao balanço</i>	<i>52</i>
3. <i>Análise à demonstração de resultados</i>	<i>54</i>
4. <i>Dívida</i>	<i>55</i>
5. <i>Contabilidade de gestão</i>	<i>62</i>
6. <i>Nota sobre aplicação de resultados</i>	<i>70</i>
Demonstrações financeiras	71
1. <i>Balanço</i>	<i>72</i>
2. <i>Demonstração de Resultados por natureza</i>	<i>74</i>
3. <i>Demonstração das alterações do património líquido</i>	<i>75</i>
4. <i>Demonstração dos fluxos de caixa</i>	<i>76</i>
<i>Anexos às demonstrações financeiras</i>	<i>78</i>
1. <i>Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico</i>	<i>78</i>
2. <i>Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros</i>	<i>78</i>
3. <i>Ativos intangíveis (AI).....</i>	<i>83</i>
4. <i>Contratos de concessão (concedente)</i>	<i>85</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis (AFT).....</i>	<i>85</i>
6. <i>Loações</i>	<i>89</i>
7. <i>Custo de empréstimos obtidos</i>	<i>90</i>
9. <i>Imparidade de ativos.....</i>	<i>91</i>
10. <i>Inventários</i>	<i>91</i>
11. <i>Agricultura.....</i>	<i>92</i>
12. <i>Contratos de construção</i>	<i>92</i>
13. <i>Rendimento de transações com contraprestação</i>	<i>92</i>
14. <i>Rendimento de transações sem contraprestações</i>	<i>93</i>
15. <i>Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes</i>	<i>93</i>
16. <i>Efeitos de alterações em taxas de câmbio</i>	<i>94</i>
17. <i>Acontecimentos após a data de relato</i>	<i>94</i>
18. <i>Instrumentos financeiros</i>	<i>94</i>
20. <i>Divulgações de partes relacionadas</i>	<i>96</i>
21. <i>Relato por segmentos</i>	<i>97</i>
22. <i>Interesses em outras entidades</i>	<i>97</i>
23. <i>Outras informações.....</i>	<i>97</i>

Conclusão103

Figuras

Figura 1 Indicadores de receita.....	18
Figura 2 Indicadores de despesa.....	19
Figura 3 Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida.....	20
Figura 4 Evolução da estrutura financeira	21
Figura 5 Execução da receita cobrada e da despesa paga.....	22
Figura 6 Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2021/2022	23
Figura 7 Distribuição de receitas - 2022.....	26
Figura 8 Distribuição de receitas - 2021.....	26
Figura 9 Evolução das receitas cobradas	27
Figura 10 Variação das principais receitas correntes - 2021/2022	29
Figura 11 Principais receitas correntes de 2022	30
Figura 12 Evolução dos impostos diretos	31
Figura 13 Principais receitas de capital - 2022.....	33
Figura 14 Distribuição das transferências recebidas	34
Figura 15 Principais projetos cofinanciados.....	36
Figura 16 Distribuição da despesa - 2022	38
Figura 17 Distribuição da despesa - 2021	38
Figura 18 Evolução das despesas.....	39
Figura 19 Distribuição da despesa corrente paga	40
Figura 20 Despesas com o pessoal.....	42
Figura 21 Variação da aquisição de bens e serviços - 2022/2021.....	42
Figura 22 Principais variações da aquisição de bens de capital - 2022/2021	44
Figura 23 Distribuição das transferências concedidas	45
Figura 24 Aferição do equilíbrio orçamental	46
Figura 25 Poupança corrente.....	47
Figura 26 Evolução dos pagamentos e recebimentos	48
Figura 27 Evolução do saldo de gerência.....	49
Figura 28 Evolução da dívida	56
Figura 29 Variação da dívida – 2022/2021.....	56
Figura 30 Distribuição da dívida.....	57
Figura 31 Limite da dívida total.....	60
Figura 32 Distribuição dos rendimentos por funções.....	64
Figura 33 Distribuição dos gastos por funções	65
Figura 34 Distribuição dos gastos por tipo de atividade.....	66
Figura 35 Gastos operacionais com a educação por estabelecimento.....	67
Figura 36 Gastos operacionais com principais eventos	67

Figura 37 Gastos operacionais com infraestruturas desportivas.....	68
Figura 38 Gastos operacionais com a habitação social.....	69

Tabelas

Tabela 1 Resumo da execução orçamental	22
Tabela 2 Execução da receita.....	25
Tabela 3 Execução da receita corrente	28
Tabela 4 Execução da receita de capital e das outras receitas.....	32
Tabela 5 Receita proveniente de transferências	33
Tabela 6 Receita corrente participada.....	34
Tabela 7 Receita de capital participada	35
Tabela 8 Execução da despesa.....	37
Tabela 9 Execução da despesa corrente.....	39
Tabela 10 Despesa com o pessoal	41
Tabela 11 Execução da despesa de capital	43
Tabela 12 Despesas realizadas com transferências e subsídios	45
Tabela 13 Resumo da conta de gerência	47
Tabela 14 Indicadores económico-financeiros	51
Tabela 15 Balanço sintético	52
Tabela 16 Demonstração de resultados por natureza.....	54
Tabela 17 Dívida.....	55
Tabela 18 Financiamentos obtidos	57
Tabela 19 Serviço da dívida.....	58
Tabela 20 Limite da dívida total.....	59
Tabela 21 Apuramento da dívida total	59
Tabela 22 Rendimentos por função.....	63
Tabela 23 Gastos por função	64

SUMÁRIO EXECUTIVO

Após dois anos em que o país e o mundo viveram com as restrições da pandemia de COVID 19, e o processo de vacinação que decorreu em Portugal, com uma parte significativa da população a tomar a vacina e os seus reforços, o ano de 2022 surge com uma renovada esperança de que o contexto social e económico do país melhore.

Porém, o início do ano surgiu ainda com a sombra do aumento do número de infeções por SARS-COV 2 e, no dia 25 de fevereiro, o mundo é surpreendido pela invasão da Rússia à Ucrânia, iniciando-se um conflito bélico que se prolonga até aos dias de hoje e que era algo impensável de ocorrer nos nossos dias.

A partir desse momento assistimos à saída de milhões de cidadãos ucranianos que se viram obrigados a deixar as suas casas, os seus pertencentes e as suas vidas, e assistimos a imagens que nos chegam de cidades completamente destruídas, com a ocorrência da morte de soldados e civis num cenário de destruição inconcebível numa Europa que, nas últimas décadas, tem trabalhado em prol da construção de uma união política, económica e financeira, com a promoção de medidas que visam a cooperação e a solidariedade entre países e os seus povos.

Para além do impacto imediato no que toca à necessidade de receber e alojar os milhares de refugiados que todos os dias deixam a Ucrânia e da onda de solidariedade que se gerou entre os vários países, e os seus governos, também a nível local, se foram multiplicando os apoios ao transporte, alojamento e emprego quer por parte de entidades oficiais, quer da sociedade civil.

No caso do Município de Tavira foi prestado apoio ao transporte, alimentação e integração das crianças nos estabelecimentos de ensino do concelho.

Por outro lado, o prolongamento do conflito agravou a dificuldade que se vinha sentindo no fornecimento de matérias-primas e no agravamento dos preços da energia e dos combustíveis, tendo-se verificado um aumento generalizado do custo dos produtos com impactos significativos na economia mundial, e nas economias familiares, e conseqüentemente com aumentos significativos nas taxas de inflação dos vários países europeus.

Com a evolução favorável no que respeita à diminuição do número de casos de infeções, a Direção Geral de Saúde e o Governo foram levantando as restrições implementadas por força da pandemia,

assistindo-se à retoma da atividade económica nomeadamente no setor do turismo.

Deste modo, também a atividade municipal retoma a sua normalidade regressando ao regime de trabalho normal, abertura em pleno dos equipamentos municipais e regresso à realização de eventos culturais, sociais e desportivos.

No sentido de manter e reforçar todas as atividades que contribuem para a promoção do bem-estar da sua população, para a coesão territorial e para a atração de investidores e visitantes, o executivo manteve:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros de fichas aos alunos do 1º ciclo:
- a atribuição de bolsas de estudo a jovens universitários,
- a diminuição do IMI e a adoção do IMI familiar;
- a diminuição da comparticipação no IRS;
- a comparticipação à compra de medicamentos através do cartão abem;
- o reforço do protocolo com a Conferência da Virgem Santíssima com vista a comparticipação de despesas essenciais a agregados em situação de vulnerabilidade social:
- a comparticipação financeira no pagamento de rendas e alargou a abrangência da medida de apoio a cerca de 60 famílias no âmbito do regulamento municipal em vigor;
- o reforço do apoio alimentar a famílias com carência económica, quer em regime de takeaway, quer na modalidade de senhas para compra de bens essenciais;
- a isenção das taxas de ocupação de espaço público e publicidade, cobradas no âmbito do Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade de Tavira no primeiro semestre de 2022;
- os apoios às associações sociais, desportivas, culturais e recreativas com vista ao desenvolvimento dos seus Planos de Atividades.

Com o levantamento das medidas restritivas foi retomada em pleno a programação cultural do concelho, não só em Tavira, mas também nas várias freguesias, bem como a Programação regular na Biblioteca Álvaro de Campos, destacando-se as seguintes atividades:

- Programa Viva a Primavera
- Mostra da Primavera

- Santos Populares e Comemorações do Dia da Cidade~
- Verão em Tavira
- Feira da Dieta Mediterrânica
- Feira da Juventude
- Feira de S. Francisco

Assistimos também ao regresso do Programa de Promoção da Atividade Física em versão presencial, bem como aos eventos desportivos, tais como a Volta ao Algarve; o Algarve *Bike Challenge*, torneios e maratonas de futebol; torneios de andebol e provas de BTT.

Conforme referido anteriormente, o aumento do custo das matérias-primas nomeadamente as destinadas à área da construção civil fez disparar os custos das empreitadas de obras públicas, traduzindo-se, nalguns casos, na ausência de concorrentes aos concursos de empreitadas lançados, o que obrigou à revisão dos preços, com aumentos a rondar os 30% a 40%, que para além de onerar o orçamento municipal tem como consequência o atraso na concretização de obras importantes, tais como, as obras nos Balneários da Ilha de Tavira e dos Balneários da Escola 2.3 D. Manuel I.

Apesar deste constrangimento pudemos assistir em 2022 à continuidade do investimento no concelho com várias empreitadas a serem concluídas e outras em curso ou em procedimento:

Empreitadas concluídas:

- Obras de conservação nas piscinas municipais de Tavira - €1.339.952;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho - Caminhos Municipais na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo - €392.610;
- Beneficiação da Ecovia do Litoral Algarvio - €272.875;
- Substituição das Coberturas em Fibrocimento em Escolas do Concelho - €193.865;
- Obras de Conservação na EM 397 e Monte dos Currais - €614.080;
- Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho - Arruamentos da zona poente da vila de Santa Luzia – €227.506;
- Intervenção na nora e tanque da Praceta Diogo Mendonça Corte Real – 65.968;
- Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais na Rua Infante D. Henrique – Cabanas - €27.986;

- Execução de ramal de alimentação e construção de um ponto de entrega incluindo quadro elétrico para alimentação de infraestrutura de monitorização de recurso hídrico no sítio da Umbria - €4.789;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Praceta Eng José de Sande Vasconcelos - €17.763;

Empreitadas em procedimento:

- Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro – 4.695.598;
- Fornecimento de equipamentos audiovisuais e de mecânica de cena para o Cine Teatro António Pinheiro - €1.613.729;
- Conservação e Restauro do património integrado da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo em Tavira - €259.949;
- Remodelação da iluminação na rotunda de acesso da EN 270 à A22 - €44.454;
- Obras de Conservação no Mercado da Ribeira - Impermeabilização da Cobertura - €95.414;
- Requalificação da Rua Jorge Ribeiro em Cabanas - €1.409.027;
- Obras de Conservação em Edifícios de Habitação Social - Horta do Carmo e Atalaia - 1.722.623;
- Valorização dos Espaços Exteriores da Atalaia - Quarteirão Norte - € 417.441;
- Alteração da Instalação elétrica e de telecomunicações do Edifício do Compromisso Marítimo - € 56.044;
- Execução da Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais na Rua Infante D. Henrique - Cabanas - €27.986
- Obras de Conservação na EB1 D. Manuel I – 149.263
- Fornecimento e colocação de placas toponímicas no concelho de Tavira - 7.ª fase - €24.950;
- Miradouro em Alcaria do Cume - €56.849;
- Estudos Geotécnicos e Geológicos em Tavira (Complexo desportivo, muro do Fojo e rampa da Rua Dr. Morais Simão) – €27.962
- Prospeção geotécnica no campo e pista do Ginásio Club de Tavira – €4.764.

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico - financeira do município.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Este capítulo contém a informação em relação à caracterização do Município de Tavira, conforme o Modelo 8.2 da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março, do Tribunal de Contas.

1. IDENTIFICAÇÃO

Designação: Município de Tavira

NIPC: 501 067 191

Natureza: Autarquia Local

Endereço Postal: Praça da República, 8800 Tavira

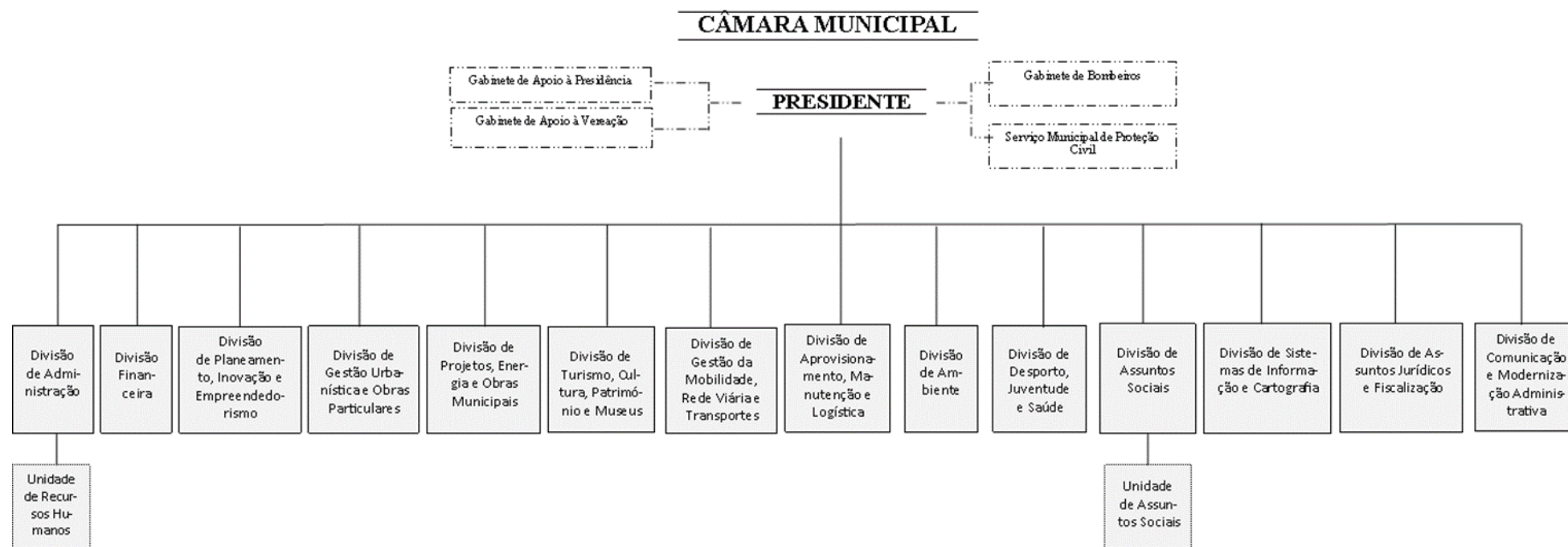
Telefone: 281 320 500

Endereço correio eletrónico: camara@cm-tavira.pt

Sítio na internet: www.cm-tavira.pt

Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização? Sim

Organograma:



— cargo de direção intermédia de 2.º grau

.... cargo de direção intermédia de 3.º grau

2. LEGISLAÇÃO

Regime financeiro: Lei n.º 73/2023 de 3 de setembro, que estabelece o Regime financeiro das autarquias locais, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto na sua versão atual.

Regime jurídico: Regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual.

3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

Serviços municipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Serviços intermunicipalizados	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades intermunicipais	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades associativas municipais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses		
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve		
APMCH - Associação Portuguesa Municípios com centro Histórico		
Empresas locais	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.		
EMPET - Parques Empresariais de Tavira , E.M.		
Empresas participadas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA		
Águas do Algarve, SA		
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA		
Cooperativas	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio		
ALSUD - Cooperativa de Ensino e For. Profissional do Alg., CIPRL		
Fundações	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>
Entidades de outra natureza	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Atividade principal do Município 84113 – administração local. Atividades secundárias: 84250 - atividade de proteção civil; 86902 - atividade de ambulância; 55300 - parques de campismo e caravanismo; 68200 - arrendamento de bens imobiliários; 85100 - educação pré-escolar; 85201 - ensino básico (1.º ciclo); 85202 - ensino básico (2.º ciclo); 85310 - ensino básico (3.º ciclo) e secundário.

5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

5.1 Identificação dos membros do órgão executivo

	Período	01-01-2022 a 31-12-2022
Presidente		Ana Paula Fernandes Martins
Vereador		Dinis Manuel da Palma Faisca
Vereador		Eurico Manuel Domingos da Palma
Vereador		Luís Filipe Rosado Vicente Beato
Vereadora		Sónia Jorge Costa Pires
Vereador		Maria Inês Mendonça Faleiro
Vereadora		Narciso dos Reis Martins Barradas

5.2 Número de vereadores

Em regime de permanência	<input type="text" value="3"/>
A meio tempo	<input type="text" value="0"/>
Restantes Vereadores	<input type="text" value="3"/>

5.3 Número de leitores

Até 10.000	<input type="checkbox"/>
Mais de 10.000 e menos de 40.000	<input checked="" type="checkbox"/>
Igual ou superior a 40.000	<input type="checkbox"/>

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Município de Tavira está a utilizar diariamente a aplicação Sistema de Normalização Contabilística

(SNC), com interligação ao Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e de faturas (TAX), o Sistema de Normalização do Património (SNP), o Gestão de Stocks (GES), o Obras por Administração Direta (OAD), e o Sistema de Gestão de Faturação (SGF), todos da AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

7. OUTRA INFORMAÇÃO

7.1 Ações de fiscalização (últimos 5 anos)

Inspeção da IGAMOT em 2022, no âmbito da REN com referência n.º S/01816/AOT/22.

7.2 Aprovação dos documentos

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Norma de controlo interno	1-jan-2013	18-jun-2013
Regulamentos	---	---
Plano Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações conexas	30-nov-2022	19-12-2022
Relatório de avaliação da execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações conexas	---	---

7.3 Inscrição do saldo de gerência do ano anterior

	Data de Aprovação	
	Órgão executivo	Órgão deliberativo
Revisão orçamental	4-fev-2022	17-fev-2022
Alteração orçamental (n.º 6, do art.º 40.º RFALEI)	---	---

7.4 Informação relativa à consolidação de contas

O grupo público é composto pelas empresas locais: EMPET - Parques Empresariais de Távira , E.M. e TáviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M; e pela Associação para o Desenvolvimento

integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira.

7.5 Descentralização administrativa

Transf. comp. de órg. do Estado para órgãos das autarquias locais Sim Não

Transf. comp. de órgãos do Estado para órgãos das entidades Sim Não

7.6 Delegação de competências

Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias Sim Não

Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais Sim Não

7.7 Informação relativa a pessoal

Existem limites legais em matéria de pessoal Sim Não

N.º de trabalhadores a 31 de dezembro: 602

7.8 Prazo médio de pagamento

Início do exercício
< 30 dias

Fim do exercício
< 30 dias

7.10 Concessões e serviços públicos/Obras Públicas

O Município de Tavira detém alguns contratos de concessão, conforme consta do ponto 4 do anexo às Demonstrações Financeiras, tais como: contrato de concessão de uso privativo do domínio público, datado de 2001, para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis; contrato de concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Tavira, datado de 2017; Concessão de energia e contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira, datado de 2019.

7.11 Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores

Sim Não

DESEMPENHO ORÇAMENTAL

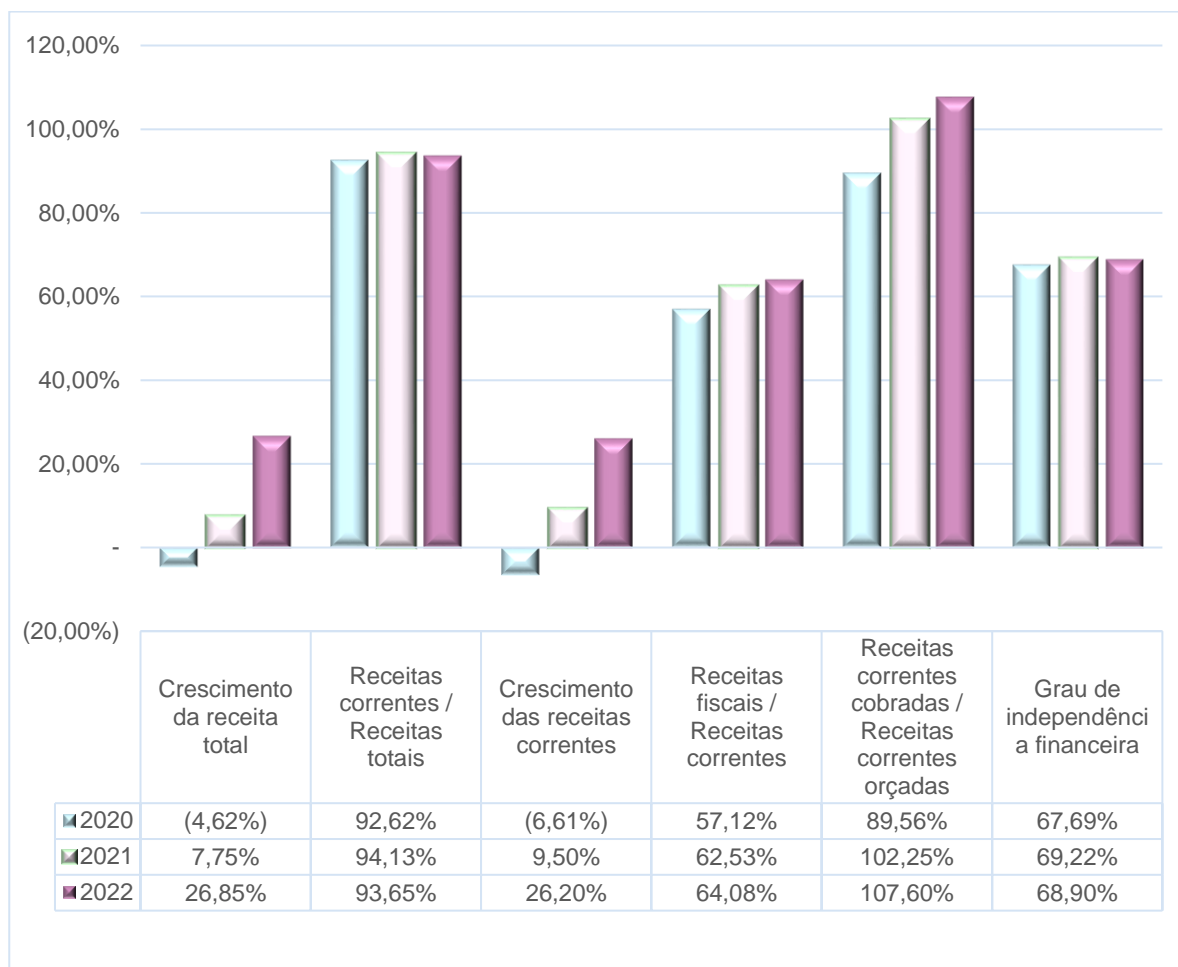
Em 2020, entrou em vigor um novo normativo contabilístico para as administrações públicas, designado por “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série n.º 178, que pretende resolver a fragmentação e as inconsistências existentes até à data, e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas atualmente utilizados a nível internacional.

No desenrolar deste capítulo serão analisados alguns indicadores orçamentais e a execução orçamental do corrente ano comparativamente ao ano anterior.

1. INDICADORES ORÇAMENTAIS

A análise de indicadores orçamentais visa comparar as principais componentes contabilísticas. Considerando que em 2020 entrou em vigor um novo normativo contabilístico, essa análise será feita apenas num horizonte temporal de 3 anos, por tipo de indicador: receita; despesa; equilíbrio orçamental e dívida, garantindo assim a fiabilidade comparativa dos diferentes indicadores.

Figura 1 | Indicadores de receita

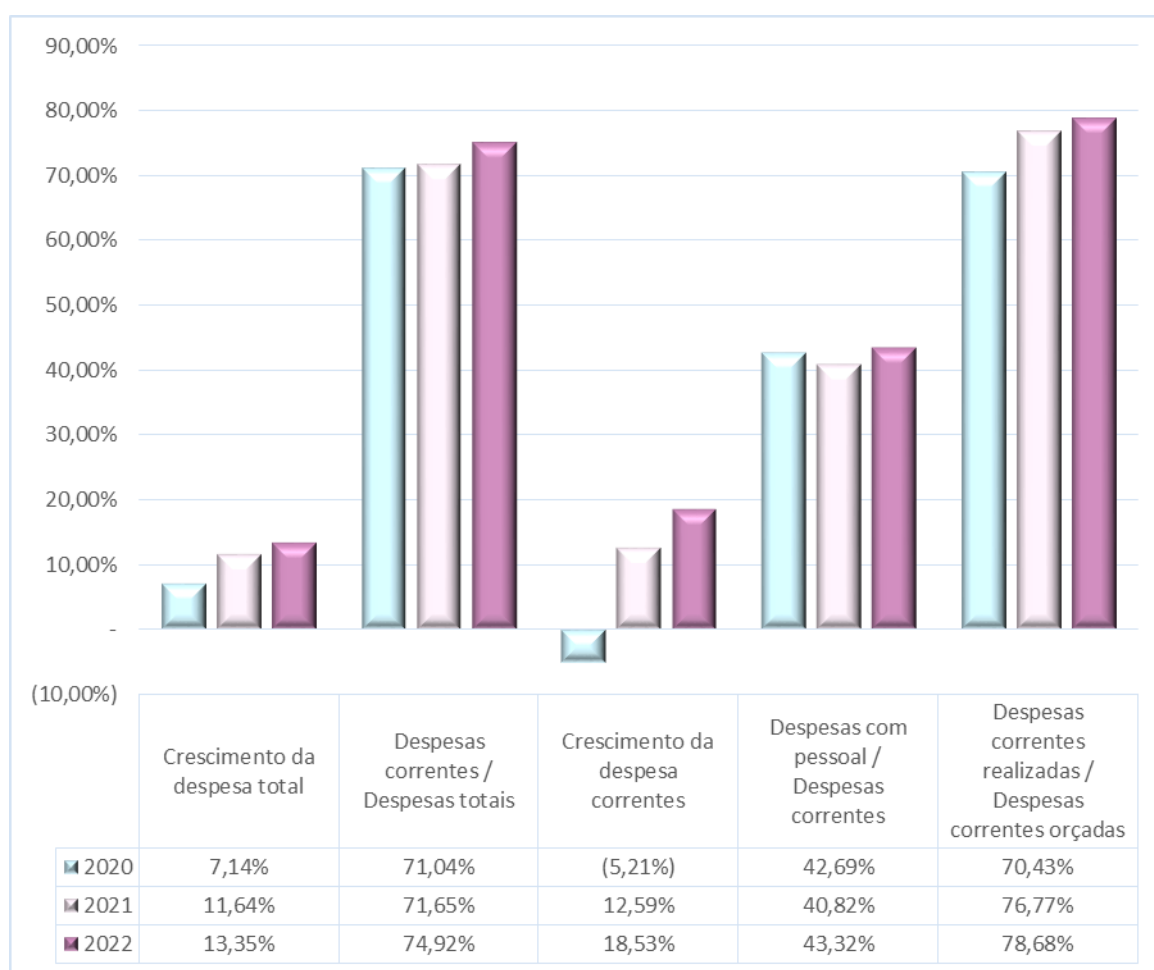


A figura 1 compara alguns indicadores de receita, onde se destaca o seguinte:

- A receita total líquida tem vindo a crescer, apresentou um crescimento muito significativo no corrente ano, depois de ter sofrido uma quebra no ano 2020;
- As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, e representam, nos últimos 3 anos, mais de 90% das receitas totais. No corrente ano tiveram um crescimento significativo de 26,20%;

- As receitas fiscais (somatório dos impostos diretos, indiretos, taxas e multas) continuam a ser as receitas correntes mais importantes, atingindo os 64,08% neste ano;
- Quanto ao grau de independência financeira, considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais. Verificando-se que este grau tem vindo a manter-se perto dos 70% por força do peso das receitas próprias (são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros), atingindo os 68,90% em 2022, demonstrando-se assim que o Município não depende das transferências e dos passivos financeiros.

Figura 2 | Indicadores de despesa

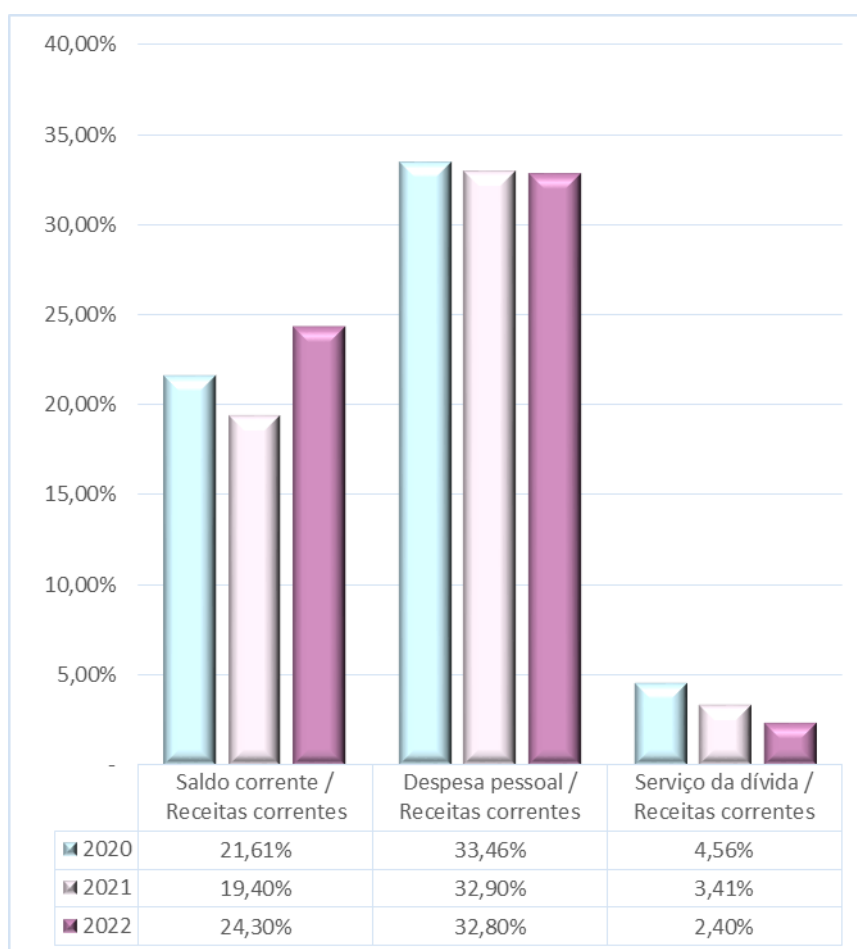


Quanto aos indicadores da despesa, realça-se o aumento do crescimento da despesa total no corrente ano, em 13,35%, conforme ilustrado na figura 2. As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nestes últimos anos, atingindo a marca dos 74,92% em 2022. As despesas com pessoal continuam a ser uma fatia muito importante das despesas correntes da autarquia, representando 43,32% atualmente.

No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida refletidos na figura 3, verifica-se que:

- O saldo corrente (receitas correntes cobradas menos as despesas correntes pagas) face às receitas correntes cobradas tem um peso relevante, o que permite a afetação de receitas correntes à realização de investimento, e demonstra a existência de equilíbrio orçamental;
- As despesas com o pessoal têm vindo a pesar cerca de um terço nas receitas correntes, ficando-se pelos 32,80% em 2022;
- O serviço da dívida (somatório da despesa paga de juros e amortizações) tem diminuído de forma sustentada, e em 2022 representou apenas 2,40% das receitas correntes, em virtude da diminuição dos financiamentos de médio e longo prazo e a consequente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

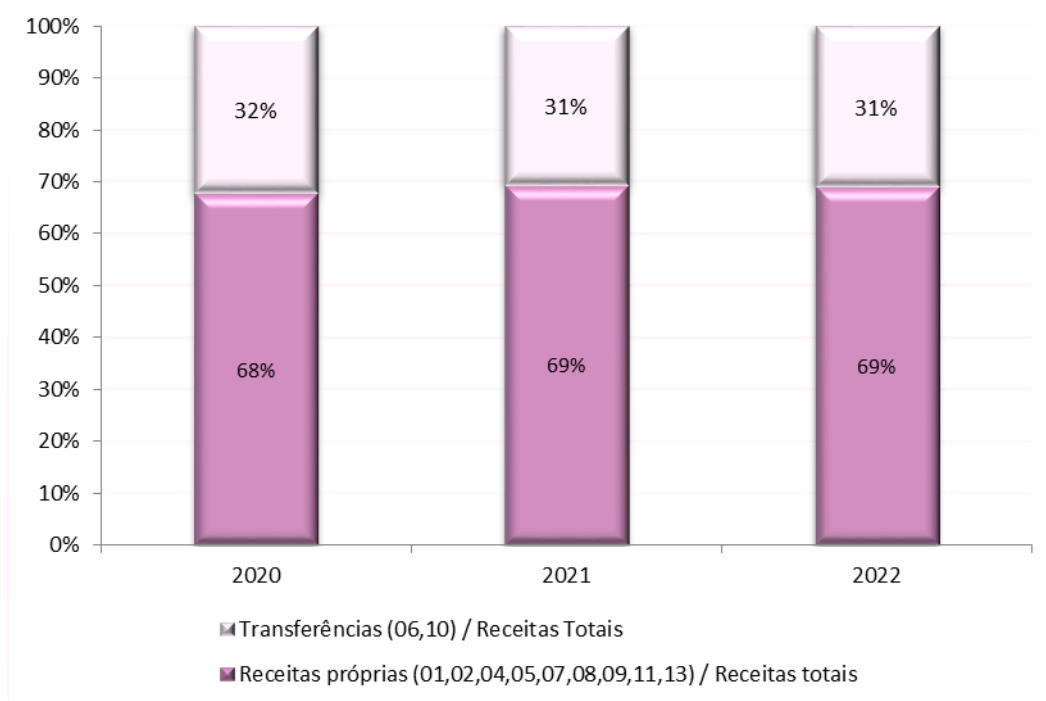
Figura 3 | Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida



Na figura 4, é ilustrada a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se verifica que as receitas próprias têm rondado os 70%, demonstrando que a autarquia,

atualmente, dispõe de uma autonomia financeira relevante, não obstante essa receita ser sustentada em boa parte por um imposto que depende da situação do mercado imobiliário do concelho.

Figura 4 | Evolução da estrutura financeira



2. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Em termos orçamentais, verificamos na tabela 1, que a receita cobrada líquida no ano de 2022 ultrapassou a receita prevista, atingindo os 102,99%, destacando-se a receita corrente, com uma execução de 107,60%, e a receita de capital que no corrente ano melhorou face ao ano anterior alcançando a marca dos 72,94% de execução.

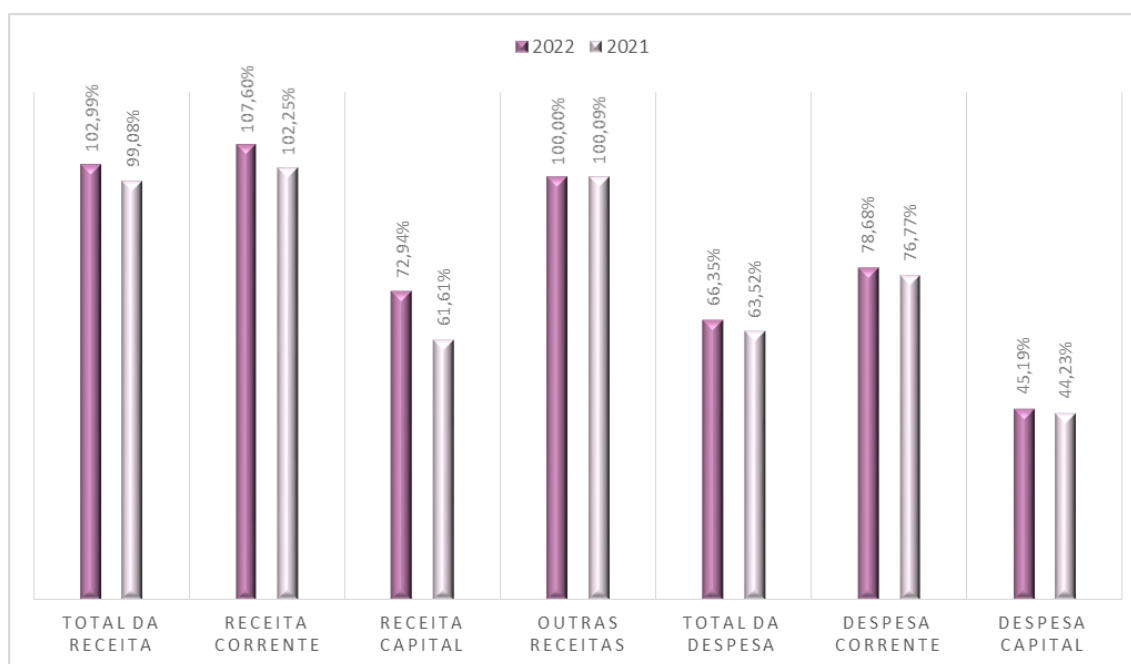
Tabela 1 | Resumo da execução orçamental

Unidade: €

RÚBRICAS	2022			2021		
	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%	PREV. CORRIGIDAS	EXECUÇÃO	%
Total da receita	57.300.000	59.010.654	102,99%	52.800.000	52.316.736	99,08%
Receita corrente	34.965.000	37.623.269	107,60%	29.158.000	29.813.228	102,25%
Receita capital	3.500.000	2.552.937	72,94%	3.016.200	1.858.306	61,61%
Outras receitas	18.835.000	18.834.448	100,00%	20.625.800	20.645.201	100,09%
Total da despesa	57.300.000	38.017.108	66,35%	52.800.000	33.538.674	63,52%
Despesa corrente	36.200.000	28.482.360	78,68%	31.300.000	24.029.489	76,77%
Despesa capital	21.100.000	9.534.748	45,19%	21.500.000	9.509.185	44,23%

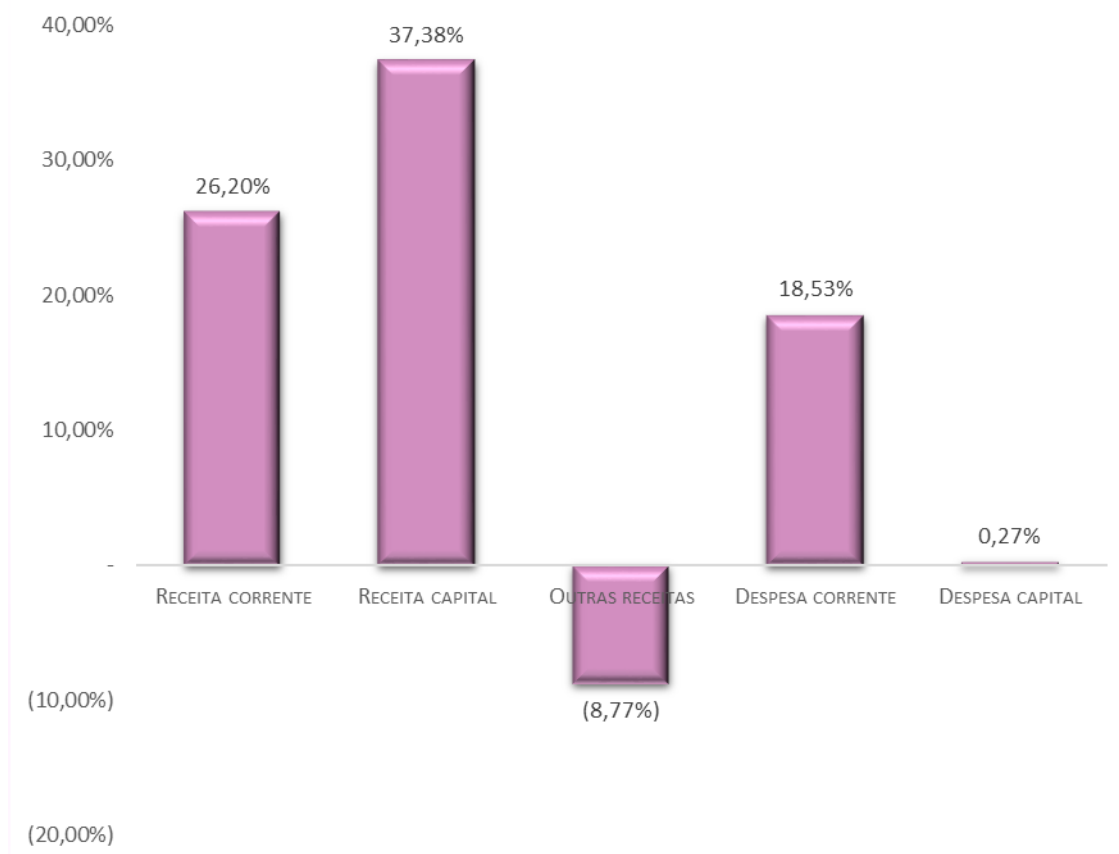
Quanto à execução da despesa paga, no corrente ano, verifica-se um aumento da sua execução face a 2020, para os 63,52%, fruto da maior realização de despesas de capital.

Figura 5 | Execução da receita cobrada e da despesa paga



A figura 5, compreende os dados da tabela 1 – “Resumo da execução orçamental”, o que permite visualizar melhor o aumento generalizado da execução no ano 2022, comparativamente ao ano anterior, quer ao nível da receita, quer da despesa.

Figura 6 | Variação da receita cobrada e da despesa paga - 2021/2022



No que concerne à variação da receita cobrada e da despesa paga, entre 2022 e 2021, podemos concluir, através da figura 6, que se registaram subidas significativas de 37,38%, 26,20% e 18,53% da receita de capital, da receita corrente e da despesa corrente, respetivamente. Enquanto, as outras receitas (inclui o saldo de gerência) caíram 8,77%. Nos próximos pontos será apreciado com maior detalhe a razão para cada subida ou descida.

2.1 Execução da receita

No ano de 2022, o orçamento municipal atingiu o maior valor dos últimos anos por força da utilização de um saldo da gerência anterior, no montante de €18.778.061, acrescido do incremento de €2.052.300 de receita no âmbito da transferência de competências da educação e saúde e do

crescimento acentuado do imposto municipal sobre transmissões de imóveis, o que fez com que as previsões corrigidas do orçamento atingissem o montante total de €57.300.000, distribuídos por receita corrente no montante de €34.965.000, receita de capital de €3.500.000 e as outras receitas (que inclui o referido saldo) com €18.835.000.

A tabela 2 reflete a execução da receita por classificação económica, nos anos 2022 e 2021, para que se possa aprofundar o que deu origem quer ao elevado grau de execução quer ao aumento que ocorreu em termos líquidos de receita no corrente ano.

Assim, podemos concluir, em primeiro lugar, que apesar do aumento significativo de €4.500.000 das receitas previstas¹ no orçamento de 2022, face ao ano anterior, estas não afetaram a sua execução, que se fixou em 102,99%, ultrapassando a previsão em €1.710.654.

Em termos de execução, verificamos que, de uma forma generalizada, todas as rúbricas correntes apresentaram-se acima do previsto ou muito próximas por defeito, com destaque para as “*Outras receitas correntes*” com 134,04% e os “*Impostos diretos*” com 111,80%. No caso das “*Outras receitas correntes*” a boa execução deveu-se ao aumento do cobrado no âmbito do contrato de assistência técnica da TaviraVerde, enquanto no caso dos “*Impostos diretos*” resultou da cobrança de imposto municipal sobre as transmissões onerosas (IMT), que atingiu uma execução de 119,32%. As receitas de capital apresentaram uma boa execução, apesar de terem ficado um pouco aquém, no caso das “*Transferências de capital*” com 72,89%. Esclarece-se que, isto ocorre porque as transferências provenientes de cofinanciamentos devem ser dotadas a partir do momento em que os projetos são homologados (aprovados) e na proporção da respetiva despesa, o que significa que se registarmos atrasos em termos de execução física e financeira da despesa, esta irá ter um reflexo direto na menor execução da receita, dado que estas verbas só são recebidas (receita) depois de efetuados os pagamentos (despesa).

Podemos concluir ainda, da tabela 2, que a receita da autarquia teve um aumento relevante, no

¹ As receitas previstas encontram-se na coluna “*Previsões corrigidas*” - são as verbas que constam em cada rúbrica económica do orçamento no final de cada ano após as alterações orçamentais que ocorrem no decorrer de cada ano

corrente ano, de €6.693.918 (12,79%), com a receita corrente a registar um aumento significativo de €7.810.041 (26,20%), e a receita de capital um aumento de €694.631 (37,38%), em contrapartida de uma redução de €1.810.53 (8,77%) das outras receitas.

Tabela 2 | Execução da receita

Unidade: €

RÚBRICA	2022			2021			VAR. RECEITA COBRADA	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	2022-2021 €	%
Receitas correntes	34.965.000	37.623.269	107,60%	29.158.000	29.813.228	102,25%	7.810.041	26,20%
Impostos diretos	20.142.600	22.519.704	111,80%	15.420.200	17.182.009	111,43%	5.337.695	31,07%
Impostos indiretos	100	-	-	100	-	0,00%	-	---
Taxas, multas e outras penalidades	1.611.000	1.587.881	98,56%	1.804.600	1.458.782	80,84%	129.099	8,85%
Rendimentos de propriedade	2.194.300	2.285.315	104,15%	2.608.700	2.677.482	102,64%	(392.167)	(14,65%)
Transferências correntes	9.874.100	9.961.687	100,89%	8.072.100	7.900.126	97,87%	2.061.561	26,10%
Venda de bens e serviços correntes	875.100	909.725	103,96%	895.700	183.505	20,49%	726.220	395,75%
Outras receitas correntes	267.800	358.956	134,04%	356.600	411.324	115,35%	(52.368)	(12,73%)
Receitas capital	3.500.000	2.552.937	72,94%	3.016.200	1.858.306	61,61%	694.631	37,38%
Venda de bens de investimento	21.100	20.000	94,79%	33.500	2.750	8,21%	17.250	627,27%
Transferências de capital	3.475.100	2.532.937	72,89%	2.982.200	1.849.428	62,02%	683.509	36,96%
Ativos financeiros	200	-	-	200	-	-	-	-
Passivos financeiros	200	-	-	200	-	-	-	-
Outras receitas de capital	3.400	-	-	100	6.128	6.128,35%	(6.128)	(100,00%)
Outras receitas	18.835.000	18.834.448	100,00%	20.625.800	20.645.201	100,09%	(1.810.753)	(8,77%)
Reposições não abatidas nos pagamentos	56.939	56.387	99,03%	12.444	31.845	255,91%	24.541	77,06%
Saldo da gerência anterior	18.778.061	18.778.061	100,00%	20.613.356	20.613.356	100,00%	(1.835.295)	(8,90%)
TOTAL	57.300.000	59.010.654	102,99%	52.800.000	52.316.736	99,08%	6.693.918	12,79%

Considerando as variações ocorridas na cobrança de receita nos anos 2022 e 2021, importa perceber se estas originaram modificações na distribuição das principais receitas do Município nestes anos, independentemente da sua natureza ser capital ou corrente.

Assim, as figuras 7 e 8, espelham a relevância que cada uma das rubricas tem no orçamento, em que as “Receitas fiscais” incluem os “Impostos diretos” e as “Taxas, Multas e outras penalidades”, as “Transferências” compreendem as “Transferências correntes” e as “Transferências de capital” e as rubricas “Venda de bens e serviços” e “Outra receitas” também agregam as receitas correntes e as de capital, e por fim, temos os “Rendimentos de propriedade” que são apenas correntes.

Pode-se concluir que as “Receitas fiscais” continuam a ser as receitas com maior relevância tendo aumentado ligeiramente a sua representação para 60% em 2022, seguidas das “Transferências” que subiram para 31,10%, por contrapartida dos “Rendimentos de propriedade” que diminuíram para 5,69%. A “Venda de bens e serviços” e as “Outras receitas” têm uma representação ínfima nas receitas

da autarquia, com uma representação de apenas 2,31% e 0,89%, respetivamente.

Figura 7 | Distribuição de receitas - 2022

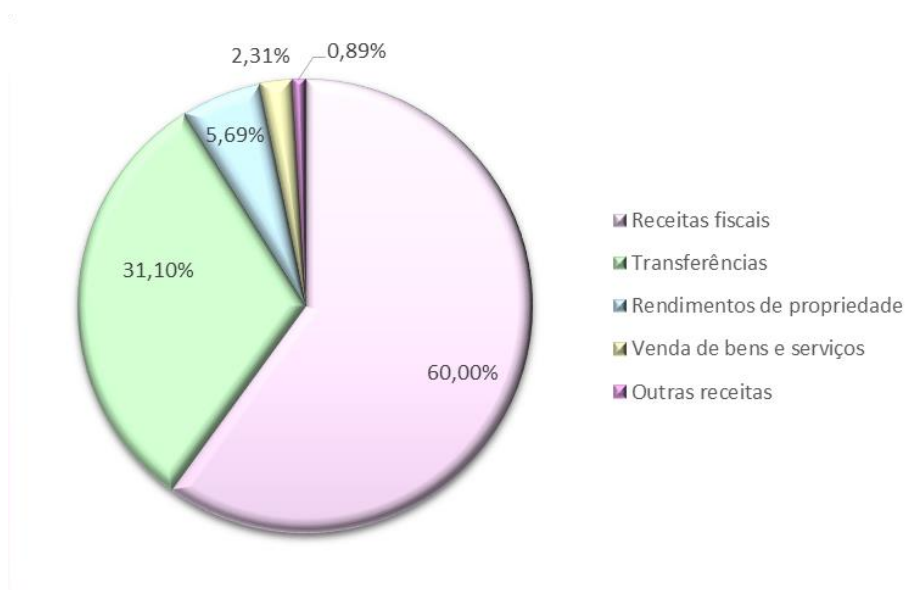
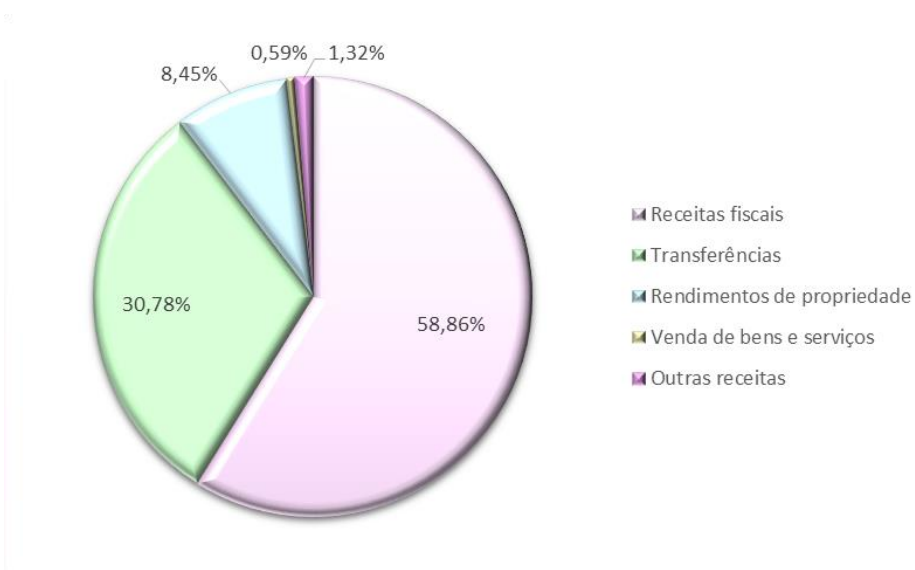
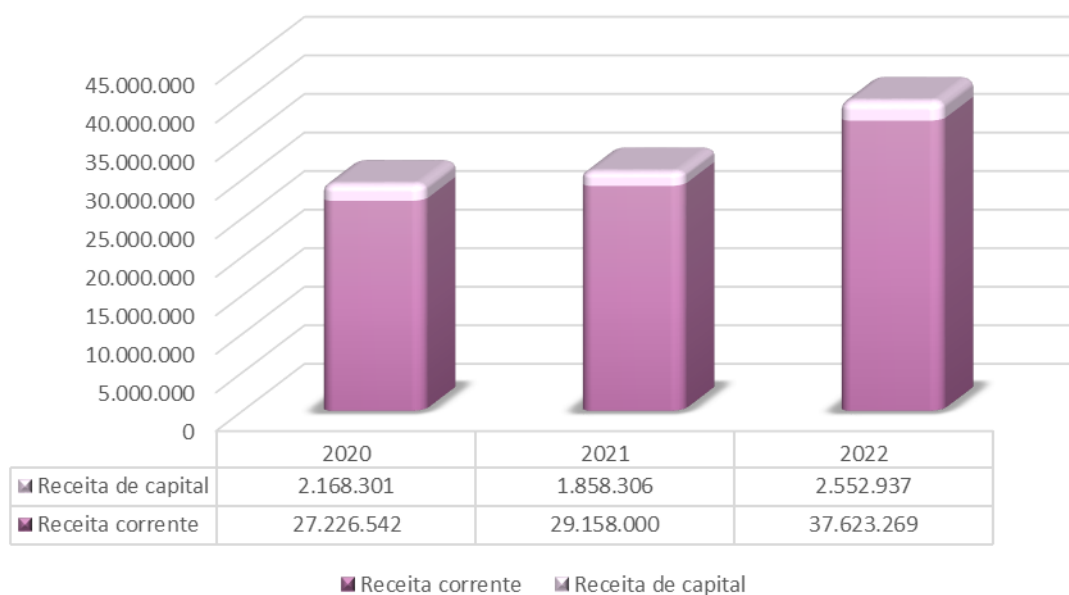


Figura 8 | Distribuição de receitas - 2021



Em termos globais, a figura 9, ilustra a evolução das receitas cobradas num horizonte temporal de 3 anos, onde se verifica claramente a curva crescente das receitas totais, com destaque para a receita corrente em 2022.

Figura 9 | Evolução das receitas cobradas



De seguida, será analisado com maior detalhe as várias rúbricas de receita que compõem as receitas correntes, as de capital e as outras receitas, quer em termos de execução, quer em termos comparativos entre os anos 2021 e 2022.

A tabela 3, reflete a execução da receita corrente, nos anos 2022 e 2021, discriminada pelas várias rúbricas económicas de receita, para que se analise com maior pormenor o que motivou o aumento expressivo de €7.810.041 (26,20%) e quais as rúbricas que apresentaram melhor execução face aos valores previstos em orçamento.

Verifica-se que a maioria das rúbricas de receita apresentaram um comportamento melhor do que o estimado, com as “Refeições escolares” a destacarem-se com uma execução de 139,57%, seguida pela “Concessão parquímetros” com 137,40%, pelas “Outras receitas” que incluem a assistência técnica referida anteriormente, com uma execução de 134,04% e pelas “Multas e outras penalidades” com 132,01%. Em contrapartida, temos o “Transporte coletivo” que apesar de não ter expressão teve uma execução de apenas 20,43%, seguida dos “Projetos cofinanciados” com 63,60% e as outras transferências com 66,30%, sendo que estes dependem da execução ou não de despesa para o recebimento dos montantes elegíveis em candidatura. Importa esclarecer, que não existe maior discrepância nos valores executados, porque no decorrer do ano foi realizada uma alteração ao orçamento para corrigir, na medida do possível, o excesso de receita verificado em algumas rúbricas de receita.

Tabela 3 | Execução da receita corrente

Unidade: €

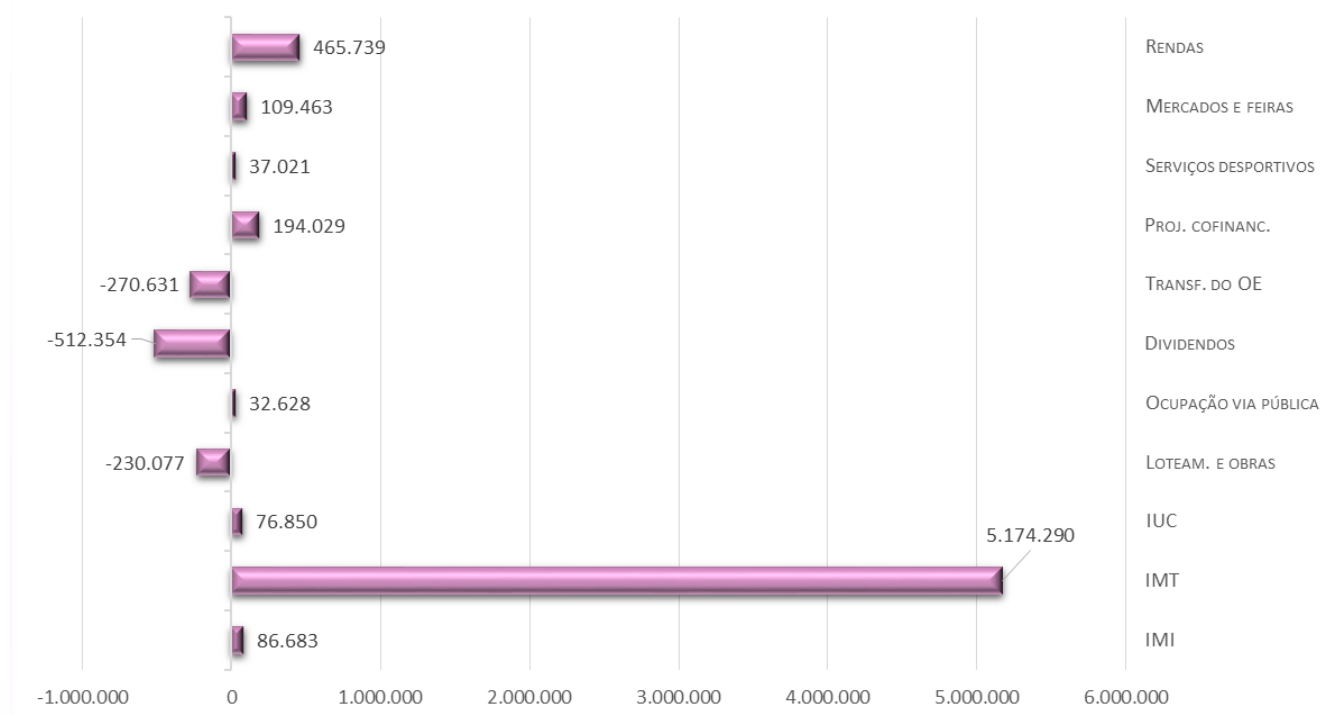
RÚBRICA	2022			2021			VAR. RECEITA COBRADA	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	2022-2021	
							€	%
Impostos diretos	20.142.600	22.519.704	111,80%	15.420.200	17.182.009	111,43%	5.337.695	31,07%
IMI	7.242.900	7.184.513	99,19%	7.263.000	7.097.829	97,73%	86.683	1,22%
IUC	791.700	887.474	112,10%	790.000	810.624	102,61%	76.850	9,48%
IMT	12.107.700	14.447.718	119,33%	7.367.000	9.273.427	125,88%	5.174.290	55,80%
Derrama	300	-	-	200	129	64,40%	(129)	(100,00%)
Impostos indiretos	100	-	-	100	-	-	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	1.611.000	1.587.881	98,56%	1.804.600	1.458.782	80,84%	129.099	8,85%
Loteamentos e obras	727.900	727.838	99,99%	1.259.800	957.915	76,04%	(230.077)	(24,02%)
Ocupação da via pública	311.100	260.524	83,74%	184.200	227.896	123,72%	32.628	14,32%
Cemitérios	100.000	112.576	112,58%	84.700	93.743	110,68%	18.833	20,09%
Multas e outras penalidades	200.900	265.206	132,01%	103.800	121.578	117,13%	143.628	118,14%
Outras	271.100	221.737	81,79%	172.100	57.650	33,50%	164.087	284,63%
Rendimentos de propriedade	2.194.300	2.285.315	104,15%	2.608.700	2.677.482	102,64%	(392.167)	(14,65%)
Dividendos	20.000	19.769	98,85%	510.200	532.123	104,30%	(512.354)	(96,28%)
Concessão EDP	1.651.400	1.651.821	100,03%	1.644.000	1.635.853	99,50%	15.968	0,98%
Concessão parquímetros	199.200	273.694	137,40%	140.000	185.181	132,27%	88.513	47,80%
Concessão eólica	268.900	284.661	105,86%	256.000	273.274	106,75%	11.387	4,17%
Outros	54.800	55.370	101,04%	58.500	51.052	87,27%	4.319	8,46%
Transferências correntes	9.874.100	9.961.687	100,89%	8.072.100	7.900.126	97,87%	2.061.561	26,10%
FEF/FSM/Participação no IRS e IVA	6.432.100	6.717.052	104,43%	6.987.500	6.987.684	100,00%	(270.631)	(3,87%)
Trsf. Competências - Lei 50/2018	2.052.300	2.239.181	109,11%	100	-	-	2.239.181	-
Direção geral estab. Escolares	270.500	216.606	80,08%	245.500	246.149	100,26%	(29.543)	(12,00%)
INEM	143.000	156.694	109,58%	160.200	142.232	88,78%	14.462	10,17%
Projetos cofinanciados	558.500	355.199	63,60%	286.700	161.170	56,22%	194.029	120,39%
Outras	417.700	276.954	66,30%	392.100	362.891	92,55%	(85.937)	(23,68%)
Venda de bens e serviços correntes	875.100	909.725	103,96%	895.700	183.505	20,49%	726.220	395,75%
Venda de bens	6.600	8.378	126,94%	12.800	3.662	28,61%	4.716	128,76%
Serviços desportivos	52.700	55.074	104,50%	20.600	18.052	87,63%	37.021	205,08%
Transporte coletivo	5.400	1.103	20,43%	46.500	370	0,79%	734	198,57%
Mercados e feiras	134.100	123.452	92,06%	116.000	13.988	12,06%	109.463	782,53%
Prolongamento de horário	28.900	23.658	81,86%	19.000	16.101	84,74%	7.557	46,94%
Refeições escolares	17.800	24.843	139,57%	124.000	41.083	33,13%	(16.240)	(39,53%)
Rendas	452.200	491.699	108,73%	324.400	25.960	8,00%	465.739	1.794,06%
Outras	177.400	181.518	102,32%	232.400	64.289	27,66%	117.230	182,35%
Outras receitas correntes	267.800	358.956	134,04%	356.600	411.324	115,35%	(52.368)	(12,73%)
TOTAL	34.965.000	37.623.269	107,60%	29.158.000	29.813.228	102,25%	7.810.041	26,20%

Na figura 10, podemos visualizar com maior detalhe quais as receitas com variações acima dos €30.000.

Assim, verificamos que a rúbrica que apresentou o maior aumento foi o “IMT” (Imposto municipal sobre transmissão de imóveis) com €5.174.290, seguida da rúbrica “Trsf. Competências – Lei 50/2018” no montante de €2.239.181, que reflete os valores recebidos na sequência da transferência das

competências na área da educação e da saúde, que se concretizou a partir de abril de 2022, valores estes, que são alocados na totalidade a despesas neste âmbito, sendo a sua maioria para o pagamento dos recursos humanos transferidos da administração central respetiva. De realçar ainda, o crescimento verificado nas “*Rendas*” de €465.739, que se deveu ao facto de no corrente ano terem terminado as isenções das rendas de habitação social em vigor no ano anterior, concedidas no âmbito da pandemia COVID-19. Em contrapartida, registou-se uma redução de €512.354 nos “*Dividendos*”, uma vez que no corrente ano não foram recebidos dividendos da empresa municipal “*TaviraVerde*”; seguida da diminuição de €270.631 das transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, a participação fixa no IRS e o FEF (fundo de equilíbrio financeiro) e dos “*Loteamentos e obras*” que reduziram €230.077.

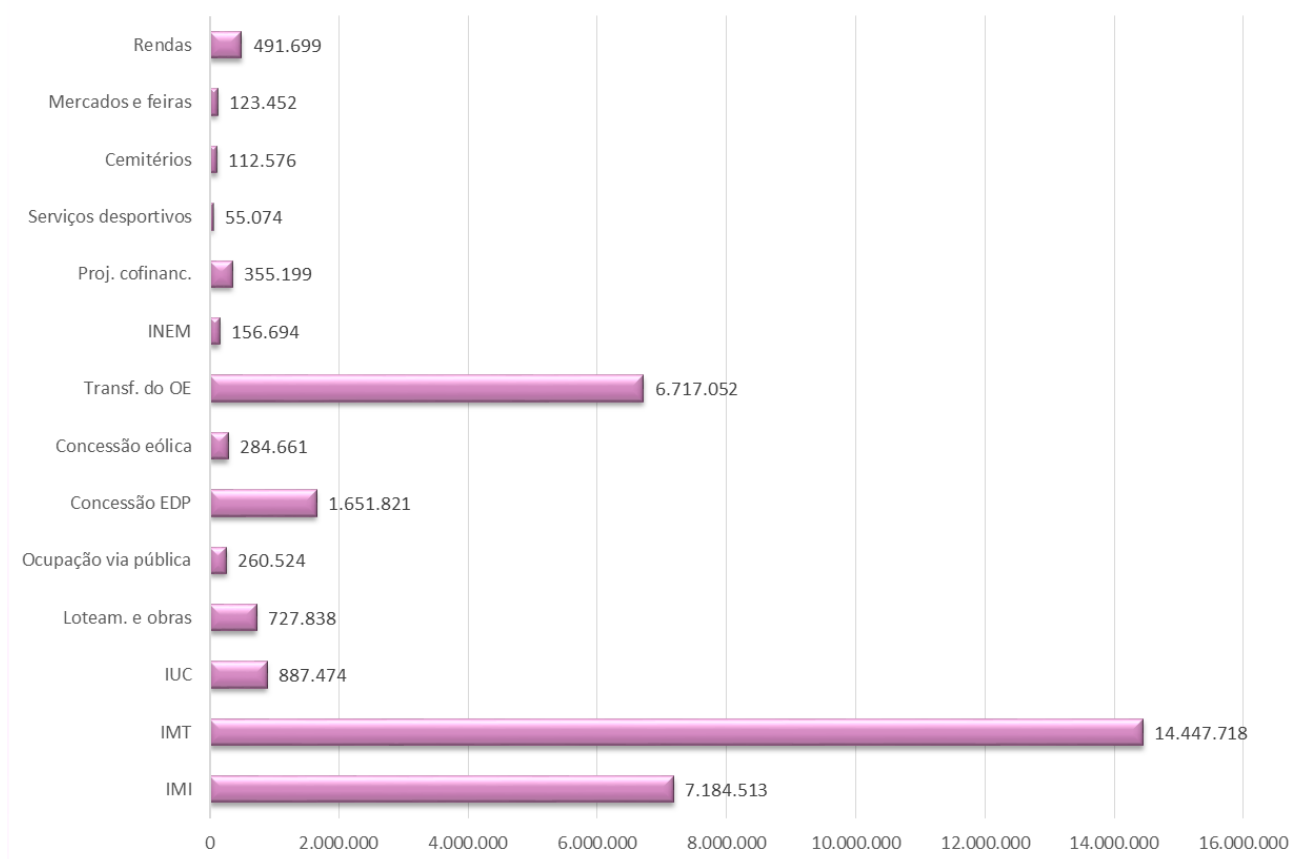
Figura 10 | Variação das principais receitas correntes - 2021/2022



Na figura 11, estão refletidas as principais receitas correntes de 2022, onde se destaca claramente o “*IMT*” com €14.447.718, seguida do “*IMI*” com cerca de €7.184.513 e das “*Transferências do OE*” com €6.717.052, o que revela a forte dependência destas receitas, principalmente da receita de IMT que é uma receita volátil em comparação com as restantes, dado que depende da boa saúde de vários agentes económicos, nomeadamente o mercado imobiliário e o investimento externo, que neste caso proporcionaram que se atingissem estes montantes. Numa segunda escala de grandeza surgem as receitas com a “*Concessão da EDP*” no valor €1.651.821, seguida do “*IUC*” que no corrente ano atingiu

os €887.474.e dos “Loteamentos e obras” que se ficaram pelos €727.838.

Figura 11 | Principais receitas correntes de 2022



Tendo presente que os impostos diretos (IMI – Imposto municipal sobre imóveis, IMT – Imposto municipal sobre transmissões de imóveis e IUC – Imposto único de circulação) são a principal fonte de receitas da autarquia, importa apreciar o seu comportamento no espaço temporal de 5 anos, para perceber se a sua influência tem sofrido variações significativas.

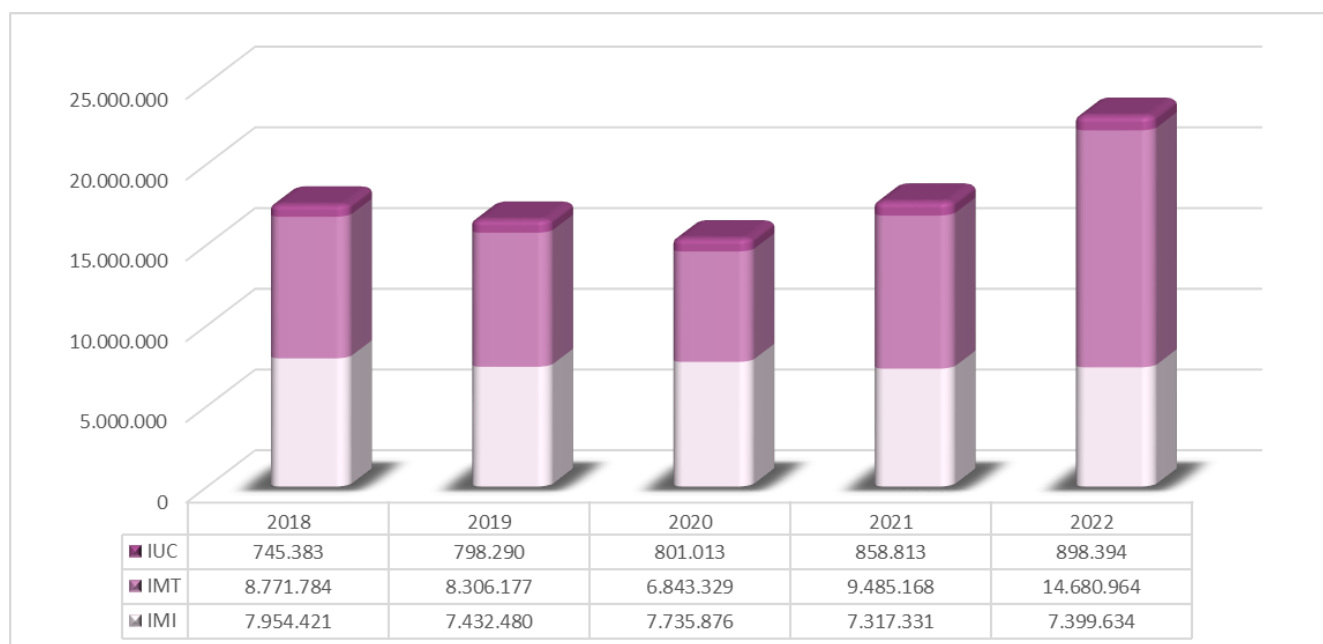
Assim, na figura 12, encontra-se refletida a evolução dos impostos diretos entre os anos 2018 e 2022², onde se observa que estes decresceram de 2018 a 2020, quer por se ter reduzido a taxa de “IMI” quer

² Esclarece-se que os valores apresentados nesta figura para os anos 2020 a 2022 resultam do somatório da receita líquida de cada um dos impostos acrescidos dos reembolsos e restituições (receita bruta), para que possam ser comparáveis aos anos de 2018 e 2019, dado que a partir da entrada em vigor do SNC-AP os reembolsos e restituições passaram a ser considerados na receita quando no sistema contabilístico anterior (POCAL) eram movimentados em despesa.

pela forte diminuição do “*IMT*” que atingiu, no ano 2020, o valor mais baixo do período em análise com €6.843.329. Esta redução foi o resultado de um abrandamento generalizado da economia global nos dois anos de pandemia. Após essa quebra verificou-se um retorno e um crescimento exponencial no corrente ano do “*IMT*” que impulsionou os impostos diretos para valores máximos.

Se apurarmos o peso do “*IMT*” e do “*IMI*” nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam em conjunto no corrente ano 57% da receita corrente da autarquia, com o “*IMT*” a atingir sozinho os 38,40%.

Figura 12 | Evolução dos impostos diretos



No que concerne às receitas de capital e às outras receitas, temos refletido na tabela 4, a execução das várias rúbricas que as compõem, bem como as variações entre os anos 2022 e 2021, que deram origem a uma quebra de €1.810.753 (8,77%) das outras receitas e a um aumento da receita de capital em €694.631 (37,38%).

O aumento da receita de capital em 2022 deveu-se em primeiro lugar ao recebimento de mais €568.421 (48,15%) de “*Projetos cofinanciados*”, face ao ano anterior, e em segundo lugar ao facto de ter sido recebido o montante de €118.274 proveniente das transferências do Orçamento de Estado (OE) ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013, que visou compensar a participação do município nos impostos do Estado.

Tabela 4 | Execução da receita de capital e das outras receitas

Unidade: €

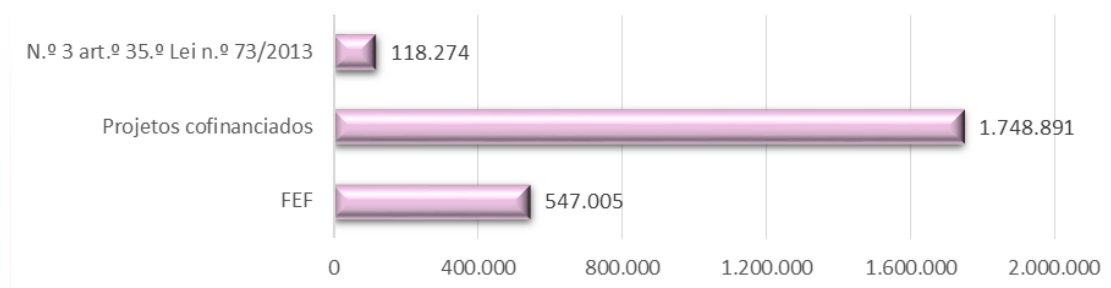
RÚBRICA	2022			2021			VAR. RECEITA COBRADA	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	COBRADA LIQUIDA	GRAU EXECUÇÃO	2022-2021 €	%
RECEITAS DE CAPITAL	3.500.000	2.552.937	72,94%	3.016.200	1.858.306	61,61%	694.631	37,38%
Venda de bens de investimento	21.100	20.000	94,79%	33.500	2.750	8,21%	17.250	627,27%
Terrenos	200	-	-	1.100	-	-	-	-
Equipamento de transporte	20.000	20.000	100,00%	3.100	2.750	88,71%	17.250	627,27%
Outros bens de investimento	900	-	-	29.300	-	-	-	-
Transferências de capital	3.475.100	2.532.937	72,89%	2.982.200	1.849.428	62,02%	683.509	36,96%
FEF	547.000	547.005	100,00%	581.900	581.958	100,01%	(34.953)	(6,01%)
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	118.200	118.274	100,06%	100	-	-	118.274	-
Projetos cofinanciados	2.388.400	1.748.891	73,22%	2.352.100	1.180.470	50,19%	568.421	48,15%
Serviços e fundos autónomos	394.600	92.200	23,37%	47.700	87.000	182,39%	5.200	5,98%
Outros	26.900	26.568	98,76%	400	-	-	26.568	-
Ativos financeiros	200	-	-	200	-	-	-	-
Passivos financeiros	200	-	-	200	-	-	-	-
Outras receitas de capital	3.400	-	-	100	6.128	6.128,35%	(6.128)	(100,00%)
OUTRAS RECEITAS	18.835.000	18.834.448	100,00%	20.625.800	20.645.201	100,09%	(1.810.753)	(8,77%)
Reposições n/abatidas aos pagamentos	56.939	56.387	99,03%	12.444	31.845	255,91%	24.541	77,06%
Saldo da gerência anterior	18.778.061	18.778.061	100,00%	20.613.356	20.613.356	100,00%	(1.835.295)	(8,90%)
TOTAL	22.335.000	21.387.385	95,76%	23.642.000	22.503.508	95,18%	(1.116.122)	(4,96%)

Em termos de execução, foi melhor no corrente ano atingindo os 72,94%, tendo ficado aquém no caso da receita dos “*Serviços e fundos autónomos*” que apenas se executaram em 23,37% principalmente por falta de execução da candidatura da “*Ecovia litoral TV, TV3 e TV5*” e dos protocolos de financiamento realizados com a Agência Portuguesa do Ambiente. Os projetos cofinanciados tiveram uma execução de 73,22% uma vez que não foram concluídas dentro do previsto, algumas das empreitadas financiadas.

No que diz respeito às outras receitas registou-se uma redução por causa do “*Saldo da gerência anterior*”, que no corrente ano foi inferior em €1.835.295 (8,90%).

Para melhor se visualizar quais as principais receitas de capital, no ano 2022, temos a figura 13, onde se destacam as receitas provenientes dos “*Projetos cofinanciados*” que atingiram €1.748.891, seguidas pelas verbas do “*FEF*” (Fundo de equilíbrio financeiro) que provem do OE com €547.005 e por último a receita que sisa compensar a participação do município nos impostos do Estado com €118.274.

Figura 13 | Principais receitas de capital - 2022



Considerando que as receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira a seguir às receitas fiscais, importa apreciar com maior detalhe o seu comportamento.

Tabela 5 | Receita proveniente de transferências

Unidade: €

RÚBRICA	2022		2021		VARIÇÃO 2021-2022	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Transferências do Estado	9.838.119	78,74%	7.815.791	80,17%	2.022.328	25,87%
Correntes	9.172.840	73,41%	7.233.833	74,20%	1.939.007	26,80%
Capital	665.279	5,32%	581.958	5,97%	83.321	14,32%
Fundos comunitários	2.104.089	16,84%	1.341.640	13,76%	762.450	56,83%
Correntes	355.199	2,84%	161.170	1,65%	194.029	120,39%
Capital	1.748.891	14,00%	1.180.470	12,11%	568.421	48,15%
Outras transferências	552.416	4,42%	592.123	6,07%	(39.707)	(6,71%)
Correntes	433.648	3,47%	505.123	5,18%	-71.475	(14,15%)
Capital	118.768	0,95%	87.000	0,89%	31.768	36,51%
TOTAL	12.494.624	100%	9.749.554	100%	2.745.070	28,16%

Na tabela 5, constam as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2022 e 2021, agrupadas em 3 tipos: as provenientes do Estado que incluem o FEF, o FSM, a Participação de IRS, a participação do IVA, os montantes transferidos no âmbito delegação de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, a verba transferida anos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013 e a verba da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares; as provenientes dos fundos comunitários e as outras transferências que incluem as receitas dos serviços e fundos autónomos e outras.

Podemos concluir que, em termos totais, houve um crescimento das receitas provenientes de transferências no montante de €2.745.070 (28,16%), devido ao incremento de €2.022.328 (25,87%) das transferências do Estado que no corrente ano foram reforçadas por causa da delegação de

competências no âmbito da educação e saúde; e um aumento das receitas dos fundos comunitários em €762.450 (56,83%), tendo-se registado uma redução das outras transferências em €39.707 (6,71%).

Face a estas variações, é normal que se verifiquem algumas alterações na distribuição deste tipo de receita, conforme demonstra a figura 14. As “Transferências do Estado” reduziram para 78,74%, sendo de longe a principal receita proveniente de transferências, e as “Outras transferências” diminuíram para 4,42%, por contrapartida dos “Fundos comunitários” que ganharam importância face ao ano anterior, passando a representar 16,84%.

Figura 14 | Distribuição das transferências recebidas

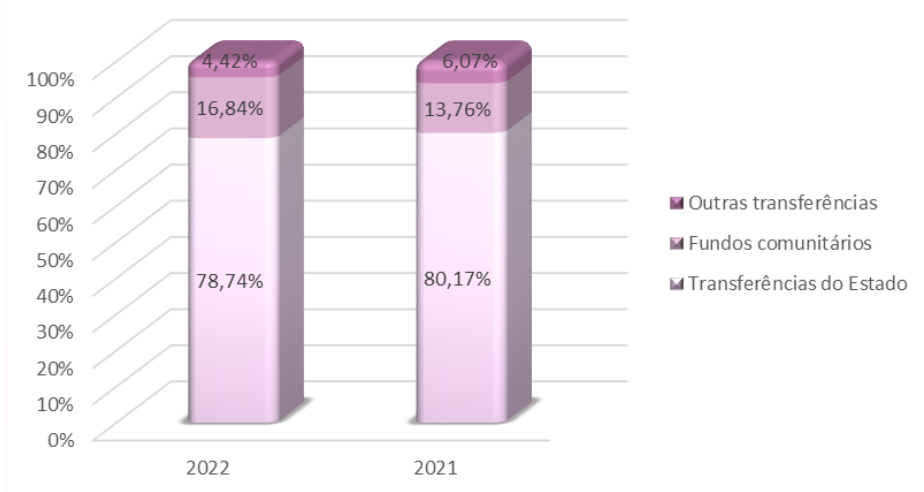


Tabela 6 | Receita corrente comparticipada

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Gestão Promoção e Animação Urbana do PARU	CRESC Algarve 2020	4.323	1,08%
Dieta Mediterrânica nos Territórios de Baixa Densidade	CRESC Algarve 2020	3.493	0,87%
#Algarvemaisdigital	CRESC Algarve 2020	6.851	1,71%
FOMe- Festival de Objetos e Marionetas & Outros Comerres	CRESC Algarve 2020	9.056	2,26%
Eficiência Energética nas Piscinas	CRESC Algarve 2020	8.026	2,00%
Prom. Turística e Eventos Culturais - Algarve Central	CRESC Algarve 2020	18.160	4,53%
Programação Cultural em Rede	CRESC Algarve 2020	1.050	0,26%
Salvaguarda da DM -Centro Competências da Dieta Mediterrânica	PDR 2020	23.096	5,77%
Faixas de Interrupção de Combústiveis	ICNF	6.110	1,53%
Tavira com a DM - Um destino sustentável	TurismoPortugal	26.751	6,68%
Rota do Polvo e Rota do Atum	MAR 2020	698	0,17%
Fruta escolar	IFAP	4.484	1,12%
Campanha de Esterelização de cães e gatos de Companhia	ICNF	8.161	2,04%
Município de Tavira - Emergência de Saúde Publica - COVID	POAT-ADC	280.260	69,97%
TOTAL		400.519	100%

No que concerne às transferências provenientes de candidaturas de natureza corrente, observamos na tabela 6, a discriminação de todos os projetos financiados que recebemos no corrente ano, quer por parte da União Europeia, quer por parte de serviços e fundos autónomos. Os projetos financiados de natureza corrente atingiram os €400.519 em 2022, com o projeto “Município de Tavira – Emergência de Saúde Pública - COVID” a destacar-se claramente com uma representação de 69,97% (€280.260), seguido do “Tavira com DM – Um destino sustentável” com apenas 6,68% (€26.751) e do “Salvaguarda da DM – Centro de Competências da Dieta Mediterrânica” com 5,77% (€23.096).

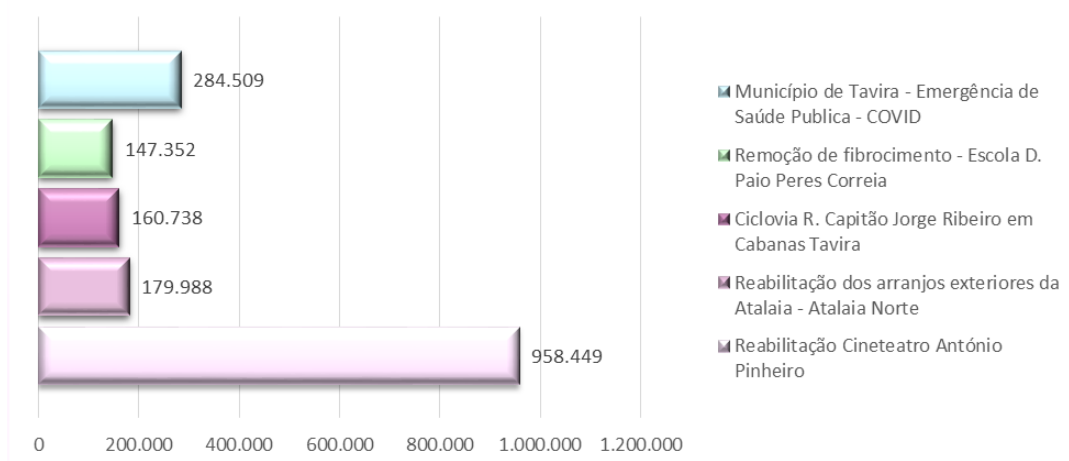
Quanto aos projetos financiados de natureza de capital, verificamos na tabela 7, que no corrente ano a receita destes ascenderam a €1.827.771 onde se destacou o projeto “Reabilitação do Cineteatro António Pinheiro” com uma representatividade de 53,44% (€958.449), seguido da “Reabilitação dos arranjos exteriores da Atalaia - Atalaia Norte” com 10,04% (€179.988) e “Ciclovía R. Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas Tavira” com 8,96% (€160.738) e da “Remoção de Fibrocimento - Escola D. Paio Peres Correia” com 8,22% (€147.352).

Tabela 7 | Receita de capital comparticipada

Unidade: €			
DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo	CRESC Algarve 2020	69.556	3,81%
Reabilitação Cineteatro António Pinheiro	CRESC Algarve 2020	958.449	52,44%
Ciclovía/Ecovía do litoral sul	CRESC Algarve 2020	72.807	3,98%
Reabilitação dos arranjos exteriores da Atalaia - Atalaia Norte	CRESC Algarve 2020	179.988	9,85%
Ciclovía R. Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas Tavira	CRESC Algarve 2020	160.738	8,79%
Remoção de fibrocimento - Escola D. Paio Peres Correia	CRESC Algarve 2020	147.352	8,06%
Remoção de fibrocimento - Escola Dr. Jorge Correia	CRESC Algarve 2020	1.869	0,10%
Eficiência energética nas Piscinas	CRESC Algarve 2020	69.717	3,81%
#Algarvemaisdigital	CRESC Algarve 2020	2.032	0,11%
Requalificação das frentes ribeirinhas - Rua do cais	CRESC Algarve 2020	68.814	3,76%
Município de Tavira - Emergência de Saúde Pública - COVID	POAT-ADC	4.249	0,23%
Estações automáticas da rega monitorizada hidrográfica	APA	49.200	2,69%
Monitorização de sistemas de rega urbana inteligente e eficiente	APA	43.000	2,35%
TOTAL		1.827.771	100%

Na figura 15 encontram-se representados os principais projetos cofinanciados, onde se destaca o financiamento recebido para a “Reabilitação Cineteatro António Pinheiro”, seguida do financiamento do “Município de Tavira - Emergência de saúde pública – COVID”. Verifica-se que a maioria dos projetos tem uma natureza de capital, sendo este último uma exceção, dado que é uma natureza corrente.

Figura 15 | Principais projetos cofinanciados



2.2 Execução da despesa

No que concerne à despesa, registaram-se no decorrer do ano 2022, 17 alterações orçamentais, das quais 15 foram alterações permutativas que permitiram a correta inscrição em orçamento das despesas no decorrer do ano, e 2 alterações modificativas (revisão), uma para a integração do saldo de gerência e a incorporar as receitas provenientes da delegação de competências e ajuste de algumas dotações cuja execução se encontrava acima da estimativa. Assim, as verbas incluídas nas “Previsões corrigidas” correspondem às dotações finais de cada rúbrica, ou seja, as dotações que resultaram das várias alterações orçamentais no decorrer do ano.

A tabela 8, reflete a execução da despesa por classificação económica, nos anos 2022 e 2021, ou seja a percentagem de despesa paga face à prevista em orçamento, permitindo que se avalie quer as rúbricas que tiveram melhor desempenho, quer as que apresentaram um aumento superior no corrente ano.

A despesa teve uma execução de 66,35%, ou seja, dos €57.300.000 previstos foram realizados pagamentos de €38.017.108. Enquanto no ano anterior, a execução tinha-se ficado pelos 63,52%, não obstante o orçamento ter sido inferior (€52.800.000), realizaram-se menos pagamentos no montante de €4.478.434 (13,35%)

Podemos verificar que as despesas correntes são as que apresentam execuções superiores, atingindo os 78,68%, enquanto as de capital ficaram-se apenas pelos 45,19%, tendo sido muito semelhantes às do ano anterior, dado que só se realizaram mais €25.563 (0,27%) face ao ano anterior.

As despesas correntes que ficaram mais próximas da execução máxima foram as despesas com os subsídios que atingiram os 99,13% seguidas das despesas de pessoal com 90,49%, e nas despesas de capital as únicas que se aproximam são os passivos financeiros com 94,74%, dado que estas referem-se a amortizações de empréstimos.

Em termos de variação, verificamos que a despesa corrente paga em 2022, foi significativamente superior em €4.452.871 (18,53%), enquanto a despesa de capital apresentou o aumento ligeiro referido anteriormente, dando uma variação global positiva da despesa paga de €4.478.434 (13,35%).

Tabela 8 | Execução da despesa

Unidade: €

RÚBRICAS	2022			2021			VAR. DESPESA PAGA	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO	2022-2021	€ %
Despesas correntes	36.200.000	28.482.360	78,68%	31.300.000	24.029.489	76,77%	4.452.871	18,53%
Despesa com o pessoal	13.635.100	12.338.927	90,49%	11.139.100	9.809.959	88,07%	2.528.968	25,78%
Aquisição de bens e serviços	13.004.800	7.661.898	58,92%	10.720.400	6.056.353	56,49%	1.605.545	26,51%
Juros e outros encargos	53.100	32.920	62,00%	149.900	35.424	23,63%	(2.504)	(7,07%)
Transferências correntes	4.662.600	3.714.189	79,66%	4.404.300	3.654.868	82,98%	59.321	1,62%
Subsídios	4.525.100	4.485.672	99,13%	4.790.500	4.444.698	92,78%	40.974	0,92%
Outras despesas correntes	319.300	248.754	77,91%	95.800	28.186	29,42%	220.568	782,54%
Despesas de capital	21.100.000	9.534.748	45,19%	21.500.000	9.509.185	44,23%	25.563	0,27%
Aquisição de bens de capital	19.683.000	8.537.461	43,37%	20.050.000	8.419.167	41,99%	118.294	1,41%
Transferências de capital	416.600	128.478	30,84%	415.700	108.997	26,22%	19.481	17,87%
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	917.000	868.809	94,74%	1.032.300	981.021	95,03%	(112.212)	(11,44%)
Outras despesas capital	83.400	-	-	2.000	-	-	-	-
TOTAL	57.300.000	38.017.108	66,35%	52.800.000	33.538.674	63,52%	4.478.434	13,35%

Em termos de distribuição das despesas por tipo, se observarmos as figuras 16 e 17, concluímos que apenas se registaram alterações pouco significativas. Importa antes de mais esclarecer que a construção dos gráficos pretende demonstrar os gastos da autarquia, independentemente de se tratar de despesa corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa incluem quer o montante de natureza corrente quer o de capital, com exceção da “Despesa com o pessoal” que é apenas corrente.

Figura 16 | Distribuição da despesa - 2022

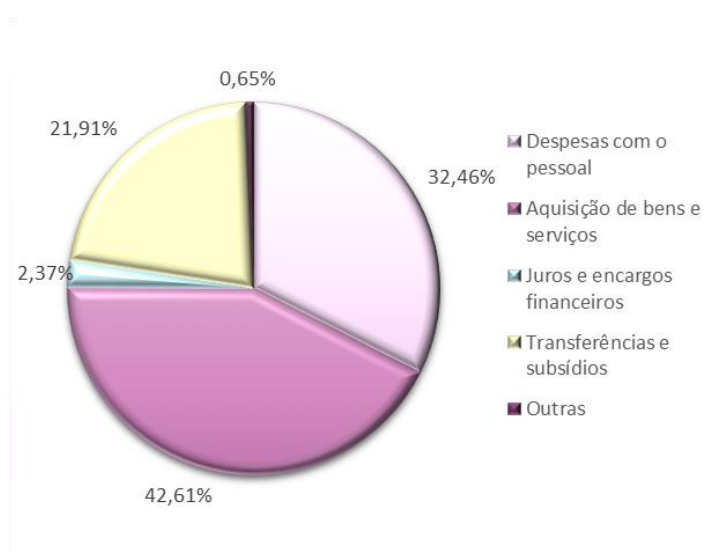
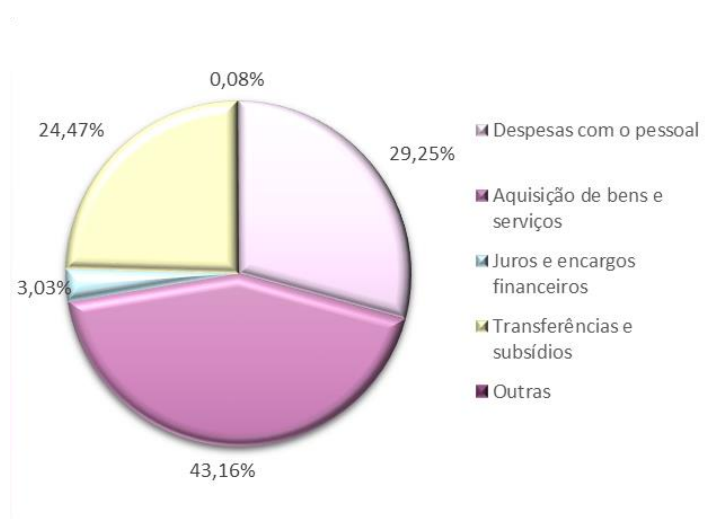


Figura 17 | Distribuição da despesa - 2021



Assim, temos que a “Aquisição de bens e serviços”, continua a ser a mais relevante com uma representação de 42,61% em 2021, tendo diminuído ligeiramente, seguida das “Despesas com o pessoal” que aumentaram ligeiramente o seu peso para 32,46%, e em terceiro lugar e com um peso significativo surgem as “Transferências e subsídios” com 21,91% que têm mais relevância por causa da componente de subsídios, onde se incluem as transferências financeiras efetuadas no âmbito dos contratos de gestão de espaços verdes, praias e limpeza urbana com a empresa municipal, bem como a comparticipação financeira atribuída às freguesias no âmbito da delegação de competências.

A figura 18, demonstra a evolução da despesa paga nos últimos três anos, onde se verifica que as despesas têm vindo a crescer, sendo notório o crescimento da despesa corrente nestes 2 últimos anos

e a estabilidade em termos de despesa de investimento.

Figura 18 | Evolução das despesas

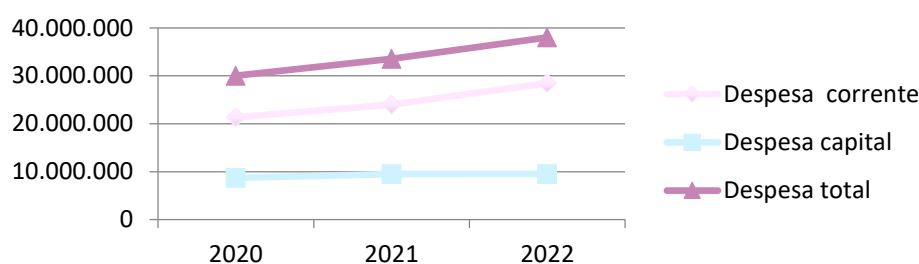


Tabela 9 | Execução da despesa corrente

Unidade: €

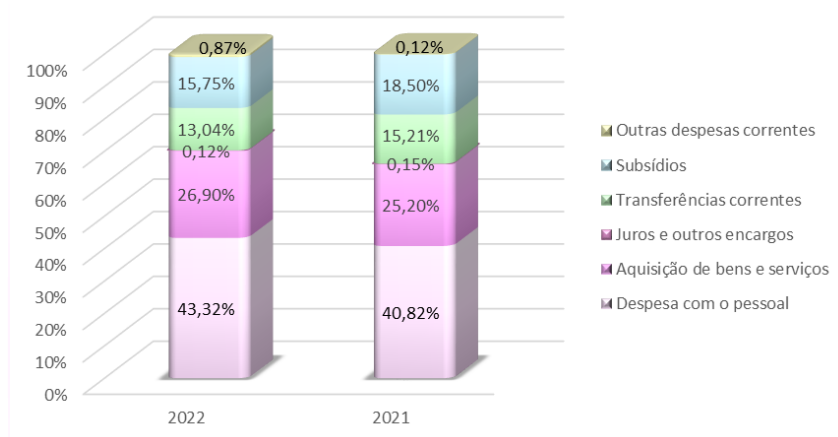
RÚBRICAS	2022			2021			VAR. DESPESA PAGA 2022-2021	
	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU EXECUÇÃO	€	%
Despesa com o pessoal	13.635.100	12.338.927	90,49%	11.139.100	9.809.959	88,07%	2.528.968	25,78%
Aquisição de bens e serviços	13.004.800	7.661.898	58,92%	10.720.400	6.056.353	56,49%	1.605.545	26,51%
Matérias-primas	222.000	131.326	59,16%	167.800	104.136	62,06%	27.190	26,11%
Combustíveis	608.400	446.812	73,44%	519.600	266.202	51,23%	180.610	67,85%
Alimentação	623.700	412.365	66,12%	471.900	311.916	66,10%	100.449	32,20%
Material de consumo clínico e produtos químicos	60.600	36.600	60,40%	155.600	54.719	35,17%	(18.119)	(33,11%)
Material transporte e peças	75.200	43.474	57,81%	91.000	72.954	80,17%	(29.480)	(40,41%)
Prémios, condecorações e ofertas	256.600	184.589	71,94%	181.000	63.115	34,87%	121.474	192,46%
Material de educação, cultura e recreio	227.000	142.705	62,87%	153.200	89.711	58,56%	52.993	59,07%
Aquisição de outros bens	701.000	381.193	54,38%	458.000	259.778	56,72%	121.416	46,74%
Encargos das instalações	1.112.400	850.430	76,45%	920.800	731.138	79,40%	119.292	16,32%
Limpeza e higiene	425.400	240.392	56,51%	445.800	169.626	38,05%	70.767	41,72%
Conservação de bens	729.400	362.314	49,67%	507.800	189.676	37,35%	172.638	91,02%
Locação de bens	549.300	468.310	85,26%	541.700	390.833	72,15%	77.477	19,82%
Comunicações	172.000	72.569	42,19%	151.100	86.561	57,29%	(13.992)	(16,16%)
Transportes	713.800	372.168	52,14%	603.100	349.022	57,87%	23.146	6,63%
Seguros	195.400	131.701	67,40%	227.900	172.726	75,79%	(41.025)	(23,75%)
Publicidade	220.500	155.499	70,52%	132.300	88.285	66,73%	67.214	76,13%
Vigilância e segurança	230.600	128.780	55,85%	157.500	67.860	43,09%	60.920	89,77%
Assistência técnica	384.500	253.656	65,97%	352.300	225.085	63,89%	28.571	12,69%
Formação	98.000	41.843	42,70%	126.000	84.968	67,44%	(43.125)	(50,75%)
Seminários, exposições e similares	150.900	98.579	65,33%	97.400	41.633	42,74%	56.946	136,78%
Trabalhos especializados	1.622.300	485.693	29,94%	1.025.500	314.298	30,65%	171.395	54,53%
Encargos cobrança de receita	710.000	566.122	79,74%	431.000	430.473	99,88%	135.649	31,51%
Outros serviços	2.915.800	1.654.777	56,75%	2.802.100	1.491.639	53,23%	163.138	10,94%
Juros e outros encargos	53.100	32.920	62,00%	149.900	35.424	23,63%	(2.504)	(7,07%)
Transferências correntes	4.662.600	3.714.189	79,66%	4.404.300	3.654.868	82,98%	59.321	1,62%
Freguesias	1.492.900	1.400.287	93,80%	1.440.600	1.358.911	94,33%	41.375	3,04%
Associações de Municípios	167.400	108.666	64,91%	107.100	80.104	74,79%	28.561	35,66%
Inst. Sem fins lucrativos	2.754.700	2.163.052	78,52%	2.681.900	2.110.916	78,71%	52.137	2,47%
Outros	247.600	42.184	17,04%	174.700	104.937	60,07%	(62.753)	(59,80%)
Subsídios	4.525.100	4.485.672	99,13%	4.790.500	4.444.698	92,78%	40.974	0,92%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	4.008.700	4.006.849	99,95%	3.834.900	3.604.506	93,99%	402.343	11,16%
Outros	516.400	478.823	92,72%	955.600	840.193	87,92%	(361.369)	(43,01%)
Outras despesas correntes	319.300	248.754	77,91%	95.800	28.186	29,42%	220.568	782,54%
TOTAL	36.200.000	28.482.360	78,68%	31.300.000	24.029.489	76,77%	4.452.871	18,53%

Na tabela 9 estão refletidas as despesas correntes pagas nos anos 2021 e 2022, verificando-se variações positivas em quase todas as rubricas, com maior destaque para as ocorridas na “Despesa com o pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” com €2.528.968 (25,78%) e €1.605.545 (26,51%), respetivamente. O crescimento das despesas com pessoal deveu-se ao acréscimo de recursos humanos que foram transferidos para a autarquia no âmbito da delegação de competências na área da saúde e educação, e que será detalhado na tabela 10 e as variações das principais despesas com aquisição de bens e serviços serão apreciadas na figura 21.

Os “Subsídios” mantêm-se com uma variação ligeira de €40.974 (0,92%), devido ao aumento dos pagamentos no âmbito dos contratos programa com a TaviraVerde, que compensaram a diminuição dos outros subsídios que incluiu no ano anterior um apoio extraordinário a empresas por causa da pandemia.

Apesar das variações ocorridas, podemos observar na figura 19, que a distribuição da despesa corrente paga sofreu apenas ligeiras alterações. A “Despesa com o pessoal” continua a ser a principal despesa corrente com uma representação de 43,32%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” com 26,90%, e dos “Subsídios” e das “Transferências correntes” a diminuírem o seu peso para os 15,75% e os 13,04%, respetivamente.

Figura 19 | Distribuição da despesa corrente paga



Assim, no que concerne à rubrica de “Despesa com o pessoal” da análise da tabela 12, verifica-se que o aumento nas despesas com pessoal, resultaram do crescimento de diversas rubricas de pessoal.

No que concerne às “Remunerações certas e permanentes”, o aumento relevante de €1.671.482 (22,76%), resultou essencialmente do aumento do quadro de pessoal da autarquia que recebeu um

incremento de recursos humanos na sequência da delegação de competências da educação e saúde (19 assistentes técnicos e 107 assistentes operacionais na área da educação e 15 assistentes operacionais na área da saúde), bem como da entrada de 26 novas contratações de assistentes operacionais e ainda o regresso de 4 trabalhadores.

Tabela 10 | Despesa com o pessoal

Unidade: €

RÚBRICAS	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Remunerações certas e permanentes	9.016.772	73,08%	7.345.290	74,88%	1.671.482	22,76%
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	135.916	1,10%	130.458	1,33%	5.458	4,18%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	6.616.541	53,62%	5.433.453	55,39%	1.183.088	21,77%
Pessoal contratado a termo	30.400	0,25%	-	-	-	-
Pessoal aguardando aposentação	16.987	0,14%	12.092	0,12%	4.895	40,48%
Pessoal em qualquer outra situação	89.104	0,72%	65.544	0,67%	23.560	35,95%
Representação	67.142	0,54%	64.171	0,65%	2.972	4,63%
Subsidio de refeição	603.143	4,89%	474.334	4,84%	128.810	27,16%
Subsidio de férias e de Natal	1.279.438	10,37%	1.012.097	10,32%	267.342	26,41%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	178.101	1,44%	153.142	1,56%	24.959	16,30%
Abonos variáveis ou eventuais	650.336	5,27%	486.611	4,96%	163.726	33,65%
Horas extraordinárias	307.872	2,50%	239.020	2,44%	68.851	28,81%
Ajudas de custo	20.478	0,17%	13.650	0,14%	6.828	50,02%
Abono para falhas	4.393	0,04%	2.670	0,03%	1.723	64,52%
Subsidio de turno	135.223	1,10%	107.941	1,10%	27.283	25,28%
Outros suplementos e prémios	182.370	1,48%	123.329	1,26%	59.041	47,87%
Segurança social	2.671.819	21,65%	1.978.059	20,16%	693.760	35,07%
Encargos com a saúde	244.878	1,98%	212.501	2,17%	32.377	15,24%
Outros encargos com a saúde	122.920	1,00%	66.903	0,68%	56.017	83,73%
Subsidio familiar a criança e jovens	13.974	0,11%	15.186	0,15%	(1.212)	(7,98%)
Outras prestações familiares	5.159	0,04%	4.182	0,04%	978	23,38%
Contribuições para a segurança social	2.197.771	17,81%	1.574.890	16,05%	622.880	39,55%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	-	-	3.432	0,03%	(3.432)	-
Seguros	87.116	0,71%	100.961	1,03%	(13.845)	(13,71%)
Outras despesas de segurança social	-	-	4	0,00%	(4)	(100,00%)
TOTAL	12.338.927	100%	9.809.959	100%	2.528.968	25,78%

Quanto aos “*Abonos variáveis ou eventuais*” verificou-se um aumento de €163.726 (33,65%), com um aumento generalizado de todas as rúbricas que o compõem, com destaque para as “*Horas extraordinárias*” com €68.851 (28,81%), dado que no corrente ano houve um regresso de atividades de verão e feiras que carecem de trabalho suplementar, e os “*Outros suplementos e prémios*” com €59.041 (47,87%).

O aumento considerável dos gastos com a “*Segurança Social*”, no corrente ano, €693.760 (35,07%), deveu-se ao motivo referido anteriormente, nas remunerações certas e permanentes, dado que são

uma percentagem dessas remunerações.

A figura 20, ilustra as alterações ocorridas nas despesas com o pessoal nos anos de 2022 e 2021.

Figura 20 | Despesas com o pessoal

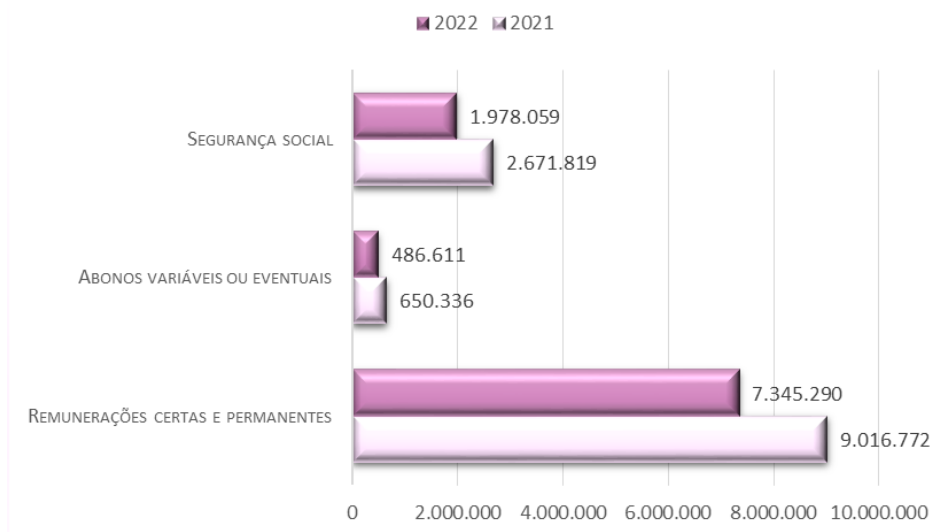


Figura 21 | Variação da aquisição de bens e serviços - 2022/2021



Em relação, às despesas com “Aquisições de bens serviços”, foi elaborada a figura 21, para se perceber melhor as variações positivas e negativas, em termos absolutos (acima dos €30.000), das principais

rúbricas que a comportam. Este tipo de análise é sempre suscetível de ter algumas particularidades que afetam o resultado final, dado que muitas vezes esses aumentos/diminuições não são resultado direto de um maior/menor gasto em determinada área.

Com exceção dos “Seguros” e da “Formação”, confirma-se que todas as despesas com aquisição de bens e serviços registaram aumentos, devido ao regresso das atividades normais de funcionamento de todos os serviços comparativamente com o ano 2021, em que existiram muitas restrições por causa da pandemia. O principal destaque são os gastos com os combustíveis que também sofreram aumentos no preço de venda, seguida das despesas com a “Conservação de bens” com €172.638, e dos “Trabalhos especializados” e “Outros serviços”, com €171.395 e €163.138, respetivamente. Esclarece-se que os outros serviços incluem uma série de serviços desde a contratação de artista às despesas com iluminação pública.

Tabela 11 | Execução da despesa de capital

Unidade: €

RÚBRICA	2022			2021			VAR. DESPESA PAGA	
	PREVISÕES	DESPESA	GRAU	PREVISÕES	DESPESA	GRAU	2022-2021	
	CORRIGIDAS	PAGA	EXECUÇÃO	CORRIGIDAS	PAGA	EXECUÇÃO	€	%
Aquisição de bens de capital	19.683.000	8.537.461	43,37%	20.050.000	8.419.167	41,99%	118.294	1,41%
Habitacões	1.998.800	1.684.135	84,26%	347.500	63.275	18,21%	1.620.860	2.561,61%
Instalações desportivas e recreativas	70.100	42.477	60,59%	303.800	91.609	30,15%	(49.132)	(53,63%)
Mercados e instalações fisc. Sanitária	38.300	16.674	43,54%	105.600	67.184	63,62%	(50.510)	(75,18%)
Escolas	708.900	321.513	45,35%	751.900	90.672	12,06%	230.841	254,59%
Outros edificios	4.771.300	2.048.636	42,94%	4.226.200	1.428.644	33,80%	619.992	43,40%
Material de transporte	559.600	409.935	73,25%	890.200	370.030	41,57%	39.905	10,78%
Equipamento administrativo e informático	585.200	136.577	23,34%	872.000	321.140	36,83%	(184.563)	(57,47%)
Equipamento básico	1.156.500	641.537	55,47%	1.066.700	412.577	38,68%	228.961	55,50%
Outros investimentos	1.123.600	39.991	3,56%	1.021.500	226.332	22,16%	(186.341)	(82,33%)
Viação urbana	3.956.300	2.963.167	74,90%	8.584.100	4.592.644	53,50%	(1.629.478)	(35,48%)
Iluminação pública	44.200	34.177	77,32%	144.800	128.462	88,72%	(94.285)	(73,40%)
Parques e jardins	99.200	2.121	2,14%	214.600	164.183	76,51%	(162.062)	(98,71%)
Infraestruturas distribuição energia	55.000	47.697	86,72%	128.400	107.914	84,05%	(60.217)	(55,80%)
Cemitérios	32.900	8.499	25,83%	350.700	249.540	71,15%	(241.041)	(96,59%)
Outros	4.483.100	140.326	3,13%	1.042.000	104.961	10,07%	35.365	33,69%
Transferências de capital	416.600	128.478	30,84%	415.700	108.997	26,22%	19.481	17,87%
Inst. sem fins lucrativos	377.200	111.918	29,67%	379.000	108.997	28,76%	2.921	2,68%
Outras	39.400	16.560	42,03%	36.700	-	-	16.560	-
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	917.000	868.809	94,74%	1.032.300	981.021	95,03%	(112.212)	(11,44%)
Outras despesas capital	83.400	-	-	2.000	-	-	-	-
TOTAL	21.100.000	9.534.748	45,19%	21.500.000	9.509.185	44,23%	25.563	0,27%

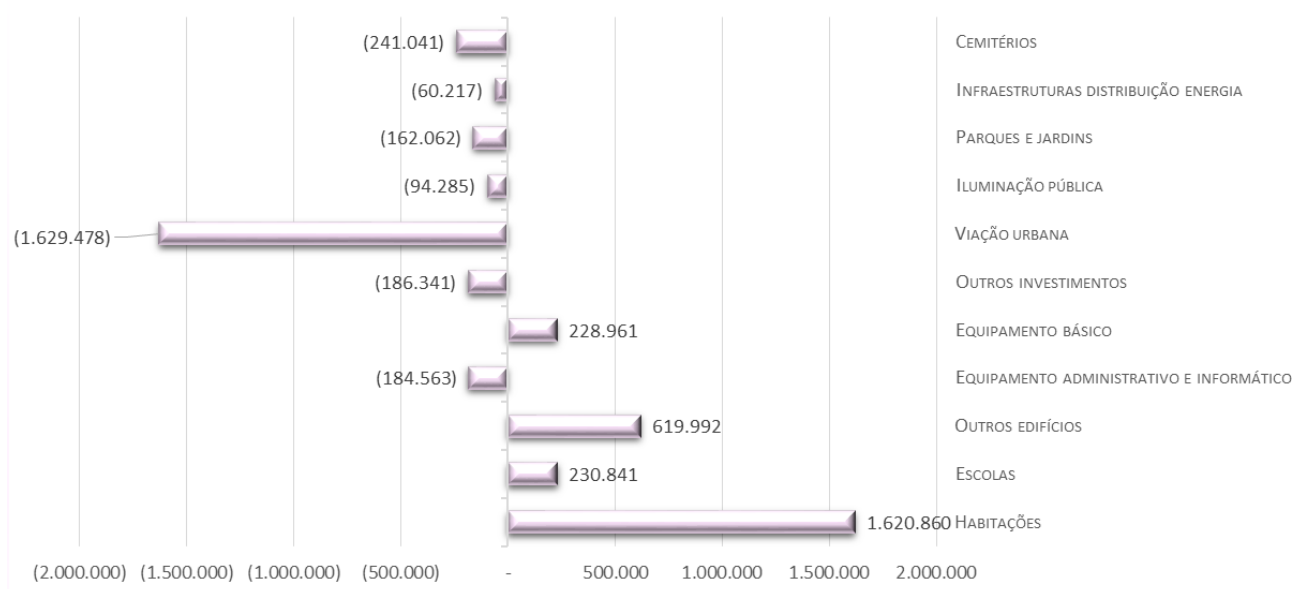
De seguida serão analisadas as despesas de capital pagas, para determinar se existiu investimento duradouro, no concelho e quais as áreas que estão a ter um maior investimento no orçamento

municipal.

Na tabela 11, encontram-se refletidas as várias rúbricas que compõem a despesa de capital que deram origem ao aumento ligeiro de €25.563 (0,27%), com a “Aquisição de bens de capital” a crescer apenas €118.294 (1,41%). Não obstante, não se ter realizado um aumento do investimento, houve uma variação nas rúbricas executadas, as quais podem ser melhor percebidas na figura seguinte.

Assim, na figura 22 vemos com maior visibilidade as principais variações das despesas de aquisição de bens de capital, onde a “Viação Urbana” se destaca pela negativa com uma redução €1.629.478 dado que no ano anterior foram executadas várias obras de conservação e reparação da rede viária de todo o concelho, nomeadamente a “Requalificação da rua Capitão Jorge Ribeiro”, das “Obras de conservação do passadiço de Cabanas” da “Beneficiação da rede viária de Stª Catarina”, por contrapartida do aumento de €1.620.860 dos gastos com a conservação em vários edifícios da habitação social da Horta do Carmo e Atalaia e os “Outros edifícios” com €619.992, que contem a realização da requalificação do cineteatro António Pinheiro e a construção e reparação de vários edifícios.

Figura 22 | Principais variações da aquisição de bens de capital - 2022/2021



As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano também registaram um aumento pouco representativo €119.776 (1,46%) face ao ano anterior, conforme pode ser observado na tabela 12.

Os “*Subsídios correntes*” foram os que apresentaram o maior crescimento face ao ano anterior com €402.343 (11,16%) dado que o contrato de limpeza urbana apenas entrou em vigor em abril de 2021, por contrapartida da redução das “*Outras transferências e subsídios*” em €379.000 (36,97%), por força da diminuição dos subsídios atribuídos (em 2021 foram atribuídos apoios extraordinários aos empresários no âmbito da pandemia).

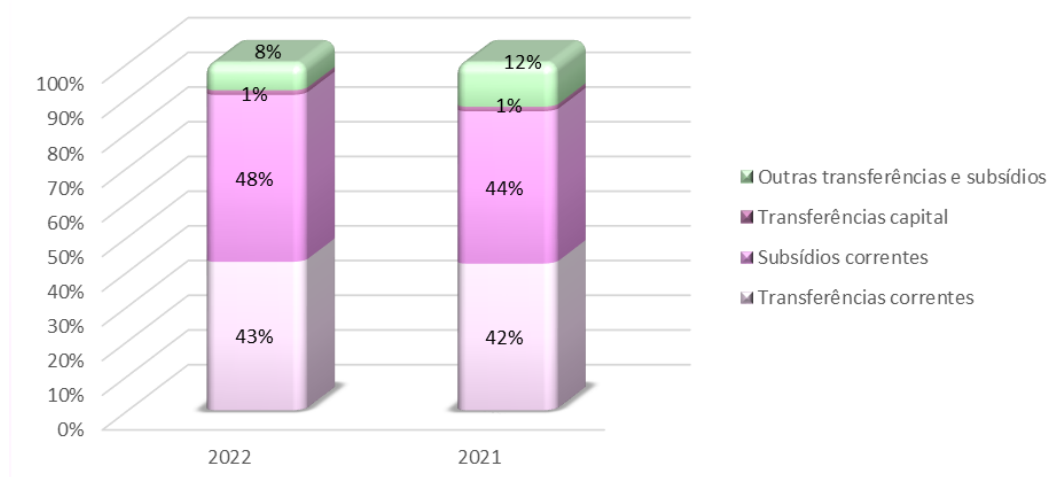
As “*Transferências correntes*” e as “*Transferências de capital*” tiveram ligeiros crescimentos de €93.512 (2,70%) e €2.921 (2,68%), respetivamente.

Tabela 12 | Despesas realizadas com transferências e subsídios

Unidade: €

RÚBRICA	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transferências correntes	3.563.339	42,79%	3.469.827	42,27%	2,70%	93.512
Freguesias	1.400.287	16,81%	1.358.911	16,55%	3,04%	41.375
Instituições sem fins lucrativos	2.163.052	25,97%	2.110.916	25,72%	2,47%	52.137
Subsídios correntes	4.006.849	48,11%	3.604.506	43,91%	11,16%	402.343
Empresas municipais	4.006.849	48,11%	3.604.506	43,91%	11,16%	402.343
Transferências capital	111.918	1,34%	108.997	1,33%	2,68%	2.921
Instituições sem fins lucrativos	111.918	1,34%	108.997	1,33%	2,68%	2.921
Outras transferências e subsídios	646.233	7,76%	1.025.234	12,49%	(36,97%)	(379.000)
Correntes	629.673	7,56%	1.025.234	12,49%	(38,58%)	(395.560)
Capital	16.560	0,20%	-	-	-	16.560
TOTAL	8.328.339	100%	8.208.563	100%	1,46%	119.776

Figura 23 | Distribuição das transferências concedidas

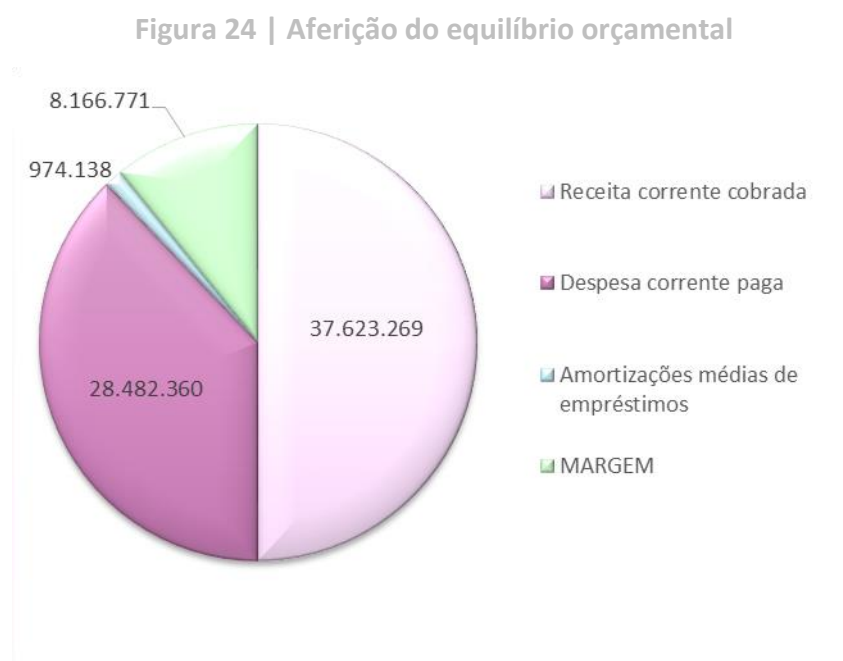


Em termos de estrutura, em 2022, registaram-se algumas alterações na distribuição das transferências

e subsídios concedidos, conforme se pode observar na figura 23. Assim, os “*Subsídios correntes*” recuperaram algum terreno passando a representar 48%. Enquanto, as “*Transferências correntes*” tiveram um ligeiro aumento da sua representação para os 43% por contrapartida da diminuição das “*Outras transferências e subsídios*” para os 8%.

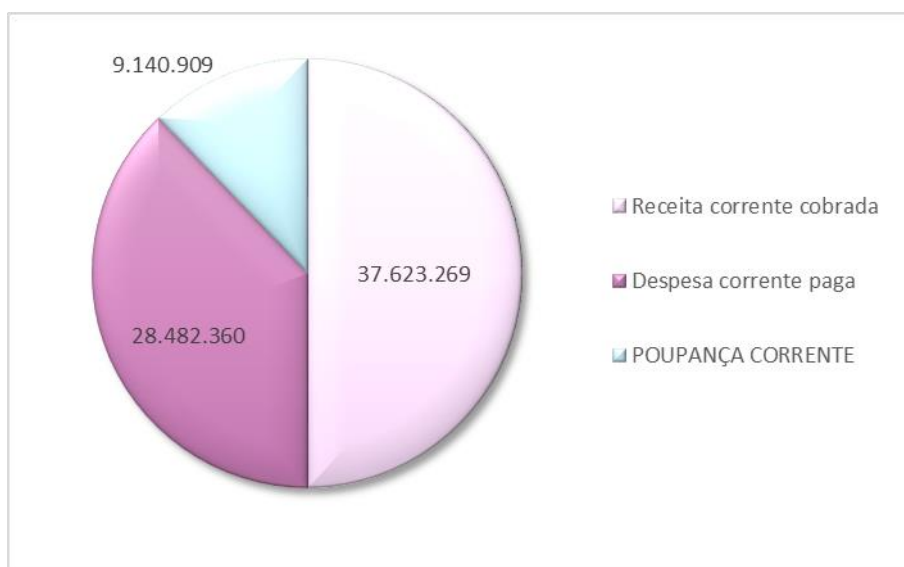
2.3 Equilíbrio orçamental

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a aferição do equilíbrio orçamental passou a ser apurada conforme o disposto no n.º 2 do artigo 40.º: “*a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo*”. Assim, na figura 24, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €8.166.771, cumprindo-se assim o critério.



Em termos de poupança corrente, em 2022, atingiram-se cerca de €9.140.909, conforme ilustrado na figura 25. Ou seja, pagaram-se €28.482.360 de despesas corrente com os €37.623.269 de receitas correntes cobradas líquidas. Esta poupança é um indicador importante dado que reflete o montante que pode ser canalizado para o financiamento de despesas de investimento de médio e longo prazo (despesas de capital).

Figura 25 | Poupança corrente



2.4 Saldo de gerência

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado na tabela 13, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

Tabela 13 | Resumo da conta de gerência

Unidade: €

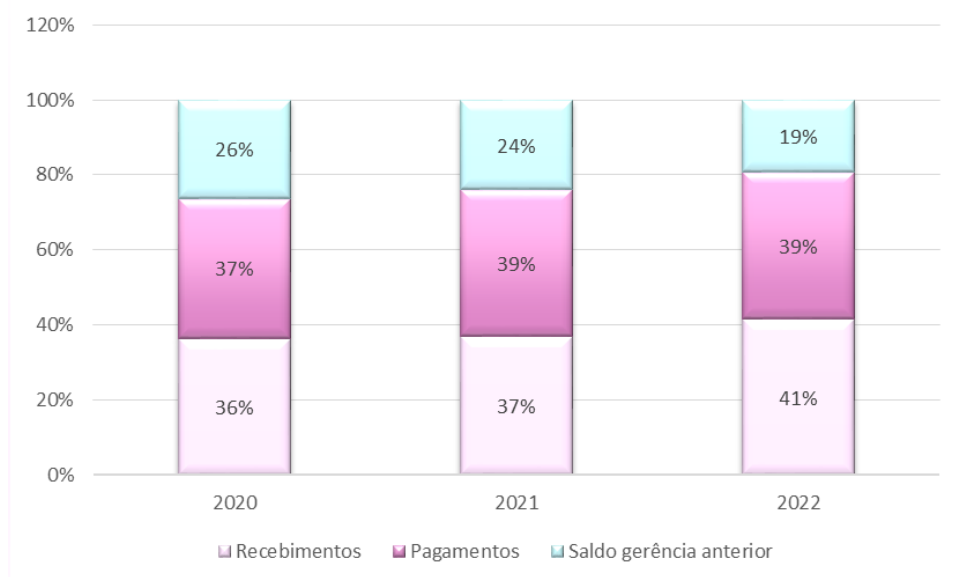
DESIGNAÇÃO	2022			2021		
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo da gerência anterior	18.778.061	76.001	18.854.062	20.613.356	76.349	20.689.705
Receita cobrada líquida	40.232.593	41.990	40.274.582	31.703.379	181.049	31.884.428
Despesas pagas	38.017.108	32.558	38.049.666	33.538.674	181.397	33.720.071
Saldo a transitar p/gerência seguinte	20.993.546	85.432	21.078.978	18.778.061	76.001	18.854.062

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2022, constata-se que a receita cobrada líquida, comparativamente com a de 2021, sofreu um aumento de cerca de 8,5 milhões de euros e a despesa paga aumentou cerca de 4,5 milhões de euros, que conjugado com a redução do saldo de gerência de cerca de 1,8 milhões de euros deu origem a uma saldo a transitar para 2023, superior em cerca de 2,2 milhões de euros.

Assim, para o ano 2023 será transitado um saldo de 21.078.978, em que 20.993.546 corresponde a despesas orçamentais que é incorporado através de revisão no orçamento de 2023 e o montante de 85.432 que corresponde a operações de tesouraria.

A evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 3 anos é demonstrada na figura 26, onde se encontra ilustrada a distribuição entre os recebimentos, os pagamentos e o saldo de gerência, que no corrente ano regista uma alteração mais significativa, quer por força da diminuição do saldo de gerência transitado de 2021, situando em 19%, quer pelo aumento do peso da receita que passou a representar 41%.

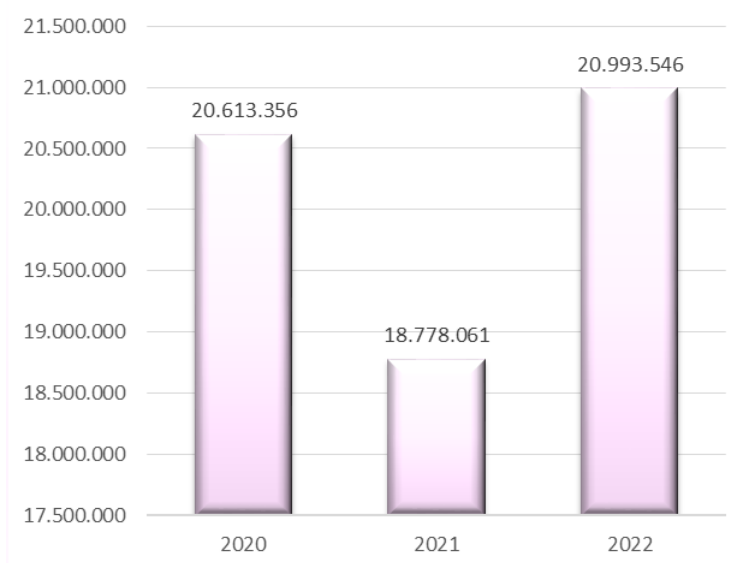
Figura 26 | Evolução dos pagamentos e recebimentos



No que concerne ao montante do “Saldo da gerência anterior” conforme se pode observar na figura seguinte, com exceção do ano 2021 o saldo tem-se aproximado dos 21 milhões de euros.

Esclarece-se que os montantes apresentados na figura seguinte referem-se aos montantes de saldo de gerência verificados no final de cada um dos anos que transitaram para os anos seguintes, ou seja, para o ano 2023 é o montante de €20.993.546, conforme consta na tabela 27.

Figura 27 | Evolução do saldo de gerência



DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do referido normativo contabilístico - SNC-AP; o sistema financeiro assumiu um maior protagonismo, dado que este passou a contemplar um subsistema de contabilidade financeira e um de contabilidade de gestão, para além do subsistema de contabilidade orçamental.

Neste capítulo irão ser abordados alguns indicadores económicos e financeiros e será feita uma breve análise às principais demonstrações financeiras: o balanço e a demonstração de resultados por natureza. Irá também ser demonstrado o apuramento da dívida do Município de Tavira e os seus diversos fatores, sendo ainda, apresentados dados da contabilidade de gestão com a respetiva análise.

1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Na tabela 14, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- Os indicadores de liquidez demonstram a elevada capacidade de cobertura do passivo da autarquia, quer através do seu património quer das disponibilidades, as quais cobrem, em 2022, 6 vezes o passivo (604%);
- Em termos de rentabilidade verifica-se uma melhoria em virtude do melhor desempenho operacional;
- Quer o prazo médio de recebimentos quer o de pagamentos são inferiores a 30 dias;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através do seu património líquido sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 91%;
- O indicador de solvabilidade demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos;

Tabela 14 | Indicadores económico-financeiros

		Unidade: €	
INDICADORES	FORMULA DE CÁLCULO	2021	2022
Liquidez			
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	903%	962%
Liquidez reduzida	(Ativo corrente-inventários) / Passivo corrente	888%	949%
Liquidez imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	574%	604%
Rentabilidade			
Rentabilidade oper. do vol.	Resultados operacionais / Volume de negócios * 100	(3.316%)	2.539%
Taxa de margem bruta	Margem bruta / Volume negócios * 100	9.541%	9.438%
Rentabilidade do património líquido	Resultados líquidos / Património líquido	(3%)	3%
Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais / Ativo * 100	(3%)	3%
Atividade			
Grau de rotação do ativo	Volume de negócios / Ativo	9,39%	12,13%
Prazo médio de recebimentos	[(Receita liquidada – Receita cobrada) / Receita liquidada]	6	15
Prazo médio de pagamentos	Informação da DGAL	<30	<30
Estrutura financeira			
Autonomia financeira	Património líquido / Ativo	90%	91%
Solvabilidade	Património líquido / Passivo	928%	1.066%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos financeiros	(18.361%)	20.289%
Endividamento	Passivo / Ativo	10%	9%

2. ANÁLISE AO BALANÇO

Tabela 15 | Balanço sintético

Unidade: €

RÚBRICA	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	179.314.474	82,20%	172.312.040	82,18%	4,06%	7.002.434
Ativos intangíveis	755.364	0,35%	792.785	0,38%	(4,72%)	(37.420)
Participações financeiras	4.506.057	2,07%	6.617.798	3,16%	(31,91%)	(2.111.742)
Outras contas a receber	-	-	303.465	0,14%	(100,00%)	(303.465)
	184.575.895	84,61%	180.026.088	85,86%	2,53%	4.549.807
Ativo corrente						
Inventários	480.084	0,22%	474.357	0,23%	1,21%	5.726
Devedores por transferências e sub. não reemb.	2.000	0,00%	2.000	0,00%	-	-
Clientes, contribuintes e utentes	231.410	0,11%	175.026	0,08%	32,21%	56.384
Estado e outros entes públicos	11.243	0,01%	25.928	0,01%	(56,64%)	(14.685)
Outras contas a receber	11.496.721	5,27%	9.916.897	4,73%	15,93%	1.579.824
Diferimentos	264.837	0,12%	188.537	0,09%	40,47%	76.300
Caixa e depósitos	21.078.978	9,66%	18.854.062	8,99%	11,80%	2.224.916
	33.573.175	15,39%	29.644.710	14,14%	13,25%	3.928.465
TOTAL DO ATIVO	218.149.070	100%	209.670.798	100%	4,04%	8.478.272
Património líquido						
Património/Capital	212.044.817	97,20%	212.044.817	101,13%	-	-
Reservas	2.729.471	1,25%	2.729.471	1,30%	-	-
Resultados transitados	(41.830.935)	(19,18%)	(36.876.932)	(17,59%)	(13,43%)	(4.954.003)
Ajustamentos em ativos financeiros	3.375.389	1,55%	3.400.961	1,62%	(0,75%)	(25.573)
Outras variações no Património Líquido	16.413.123	7,52%	14.526.717	6,93%	12,99%	1.886.406
Resultado líquido do período	6.708.644	3,08%	(6.541.450)	(3,12%)	202,56%	13.250.094
	199.440.509	91,42%	189.283.584	90,28%	5,37%	10.156.925
Passivo não corrente						
Provisões	4.278.486	1,96%	4.643.833	2,21%	(7,87%)	(365.347)
Financiamentos obtidos	2.926.596	1,34%	3.672.592	1,75%	(20,31%)	(745.996)
Fornecedores de investimentos	142.157	0,07%	160.114	0,08%	(11,21%)	(17.957)
Diferimentos	7.855.585	3,60%	8.611.447	4,11%	(8,78%)	(755.862)
Outras contas a pagar	16.975	0,01%	15.774	0,01%	7,62%	1.201
	15.219.799	6,98%	17.103.760	8,16%	(11,01%)	(1.883.961)
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios não reembols	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	665.539	0,31%	436.294	0,21%	-	229.245
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	68.899	0,03%	132.103	0,06%	-	(63.204)
Acionistas/sócios/associados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	786.559	0,36%	928.835	0,44%	(15,32%)	(142.276)
Fornecedores de investimentos	81.783	0,04%	82.044	0,04%	(0,32%)	(261)
Outras contas a pagar	1.876.482	0,86%	1.694.679	0,81%	10,73%	181.803
Diferimentos	9.500	0,00%	9.500	0,00%	-	-
	3.488.762	1,60%	3.283.454	1,57%	6,25%	205.308
Total do passivo	18.708.561	8,58%	20.387.214	9,72%	(8,23%)	(1.678.653)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	218.149.070	100%	209.670.798	100%	4,04%	8.478.272

O Balanço é uma das principais demonstrações financeiras, pelo que importa analisar em termos sintéticos o seu conteúdo, não obstante deste ser apresentado com as respetivas notas no capítulo das “*Demonstrações financeiras*”.

Em resumo, a tabela 15, espelha, os ativos, o património e os passivos do Município de Tavira que em termos gerais, registaram um aumento de €8.478.272 (4,04%), face ao ano anterior.

O aumento resulta essencialmente do crescimento do “*Resultado líquido do exercício*” (RLE), que no corrente ano, deixou de ser negativo para passar a ser positivo, o que originou um aumento exponencial de €13.250.094 (202,56%)

No que concerne ao “*Ativo*” verifica-se que o “*Ativo não corrente*” representa 84,61%, sendo principalmente composto pelos “*Ativos fixos tangíveis*” que apesar de terem reduzido €7.002.434 em resultado das depreciações do corrente ano representam 82,20% do ativo do município.

3. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A tabela 16, apresenta os gastos e rendimentos que compõem a demonstração de resultados por natureza do Município de Tavira, no ano de 2022, bem como as variações ocorridas em cada uma das rubricas.

Tabela 16 | Demonstração de resultados por natureza

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIACÃO 2022-2021	
			%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	25.384.343	19.351.878	31,17%	6.032.465
Prestações de serviços e concessões	1.085.715	340.593	218,77%	745.123
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.	548.868	476.113	15,28%	72.755
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.986.287	7.896.408	26,47%	2.089.879
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(563.816)	(402.846)	(39,96%)	(160.970)
Fornecimentos e serviços externos	(7.290.522)	(5.633.696)	(29,41%)	(1.656.825)
Gastos com pessoal	(12.248.966)	(10.163.115)	(20,52%)	(2.085.851)
Transferências e subsídios concedidos	(8.276.707)	(8.032.687)	(3,04%)	(244.021)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	36.851	(100,00%)	(36.851)
Provisões (aumentos/reduções)	170.039	(297.443)	157,17%	467.482
Outros rendimentos	2.891.189	2.743.455	5,38%	147.734
Outros gastos	(466.249)	(420.186)	(10,96%)	(46.063)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	11.220.181	5.895.324	90,32%	5.324.857
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(4.498.174)	(12.424.610)	63,80%	7.926.437
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	6.722.007	(6.529.286)	202,95%	13.251.294
Juros e rendimentos similares obtidos	19.769	23.398	(15,51%)	(3.629)
Juros e gastos similares suportados	(33.132)	(35.562)	(6,83%)	(2.430)
Resultado antes de impostos	6.708.644	(6.541.450)	202,56%	13.250.094
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.708.644	(6.541.450)	202,56%	13.250.094

Podemos concluir que em 2022, houve um crescimento muito significativo do “Resultado Líquido do exercício”, cresceu €13.250.094 (202,56%), passando de um resultado negativo de €6.541.450 para positivo de €6.708.644. Este aumento deveu-se por um lado ao aumento dos rendimentos com destaque para os “Impostos, contribuições e taxas” no montante de €6.032.465 (31,17%), e por outro lado à diminuição dos “Gastos/reversões de depreciação e amortização” em €7.926.437 (63.80%).

4. DÍVIDA

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve ter sempre em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

Na tabela 17, são apresentadas as principais dívidas do Município, não se encontrando refletido o valor das “*Outras contas a pagar*” que constam do balanço dado que estas incluem os montantes referentes aos credores por acréscimos de gastos, como é o caso do montante a pagar no ano 2023 referente ao subsídio de férias, porque não se considera relevante para a apreciação em causa que pretende demonstrar os valores que o município poderia “*pagar*” no imediato caso estivessem reunidas as condições necessários para o efeito.

Assim, podemos verificar que se registou um decréscimo da dívida da autarquia em €677.340 (12,83%), com a dívida de curto prazo a aumentar 86,610 (5,98%) e a de médio e longo prazo a reduzir €763.949 (19,93%) face ao ano anterior.

Tabela 17 | Dívida

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Curto prazo	1.533.881	33,33%	1.447.271	27,41%	86.610	5,98%
Fornecedores correntes	-	-	-	-	-	-
Fornecedores correntes em conferência	665.539	14,46%	436.392	8,27%	229.147	52,51%
Fornecedores de investimento	17.957	0,39%	31.464	0,60%	(13.507)	(42,93%)
Fornecedores investi. em conferência	63.826	1,39%	50.580	0,96%	13.246	26,19%
Finan. obtidos - empréstimos	766.059	16,64%	909.135	17,22%	(143.076)	(15,74%)
Finan. obtidos - Locação financeira	20.500	0,45%	19.700	0,37%	800	4,06%
Médio e longo prazo	3.068.753	66,67%	3.832.703	72,59%	(763.949)	(19,93%)
Fornecedores de investimento	142.157	3,09%	160.114	3,03%	(17.957)	(11,21%)
Finan. obtidos - empréstimos	2.799.012	60,81%	3.524.745	66,76%	(725.733)	(20,59%)
Finan. obtidos - Locação financeira	127.584	2,77%	147.843	2,80%	(20.260)	(13,70%)
TOTAL	4.602.634	100%	5.279.974	100%	(677.340)	(12,83%)

Em relação ao curto prazo, realça-se que o aumento deveu-se principalmente ao crescimento da faturação registada em conferência, quer de fornecedores correntes €665.539, quer de investimento €63.826, este montante contém a faturação da água e eletricidade, de entre outros fornecimentos de cariz mensal ou de serviços prestados no final de ano, cuja faturação é recebida nos serviços no final

do ano ou no início do ano seguinte, sendo por isso considerado um gasto do ano que fica em dívida por não ser possível verificar e pagar dentro do próprio ano.

Em relação à dívida de médio e longo prazo a redução dos financiamentos obtidos que resultaram da amortização anual. De realçar, que o montante incluído nos “Fornecedores de investimento” corresponde ao montante de médio e longo prazo de um contrato de direito de superfície da “Pista de ciclismo” em vigor com o Ginásio Clube de Tavira e que pressupõe um pagamento anual na ordem dos €18.000.

Na figura seguinte pode-se ver melhor a redução da dívida nestes 2 anos e no peso significativo que o médio e longo prazo continua a ter, representando 66,67% da dívida total.

Figura 28 | Evolução da dívida

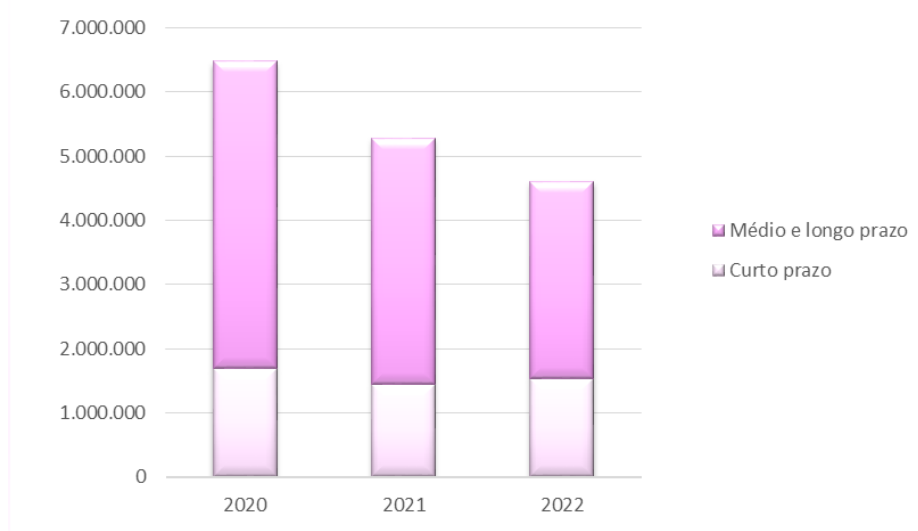
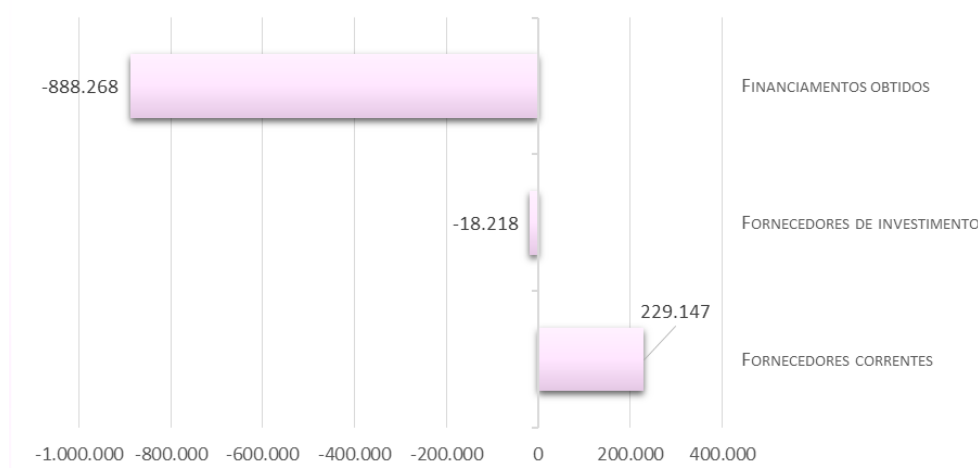


Figura 29 | Variação da dívida – 2022/2021



Na figura 29, encontra-se espelhada a variação da dívida por tipo, independentemente de ter uma natureza de curto ou médio/longo prazo, destacando-se claramente a diminuição dos “Financiamentos obtidos”.

Na figura seguinte, podemos confirmar que os “Financiamentos obtidos” constituem a maior fatia da dívida com 81%, seguido dos “Fornecedores correntes” com 14%, e por último os “Fornecedores de investimento” com 5%.

Figura 30 | Distribuição da dívida

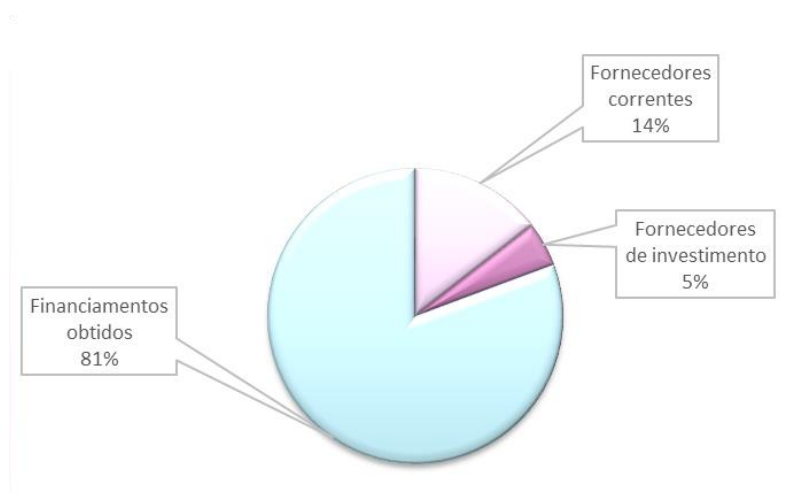


Tabela 18 | Financiamentos obtidos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIÇÃO 2022-2021	
			€	%
Empréstimos excecionados	2.126.126	2.632.685	(506.560)	(19,24%)
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	370.667	494.109	(123.442)	(24,98%)
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	124.131	165.470	(41.339)	(24,98%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	459.986	574.806	(114.821)	(19,98%)
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	125.250	156.443	(31.193)	(19,94%)
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	228.759	274.150	(45.391)	(16,56%)
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	-	17.276	(17.276)	(100,00%)
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	779.906	909.065	(129.159)	(14,21%)
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	37.427	41.366	(3.940)	(9,52%)
Empréstimos não excecionados	1.438.946	1.801.195	(362.249)	(20,11%)
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	-	28.298	(28.298)	(100,00%)
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	-	61.560	(61.560)	(100,00%)
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	36.999	73.998	(36.999)	(50,00%)
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	90.688	136.032	(45.344)	(33,33%)
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	14.253	16.152	(1.898)	(11,75%)
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	1.297.005	1.485.154	(188.149)	(12,67%)
TOTAL	3.565.072	4.433.881	(868.809)	(19,59%)

Face à relevância dos financiamentos obtidos, a tabela 18 tem elencados todos os empréstimos de médio e longo prazo. Verificando-se que no corrente ano foram amortizados €868.809 (19,59%), tendo chegado ao seu término os seguintes empréstimos: “Hab. Social de St.ª Catarina (ñ bonif)”; “Terreno sítio Cara de Pau” e “Equipamentos diversos”.

Outro aspeto relevante da dívida é o prazo médio de pagamento a fornecedores, pelo que importa referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2022.

A análise que se segue compreende na tabela 19, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2022 e 2021, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de €114.717 (11,29%), por força da redução das amortizações no corrente ano, uma vez que dívida vai diminuindo, inclusive, com o término de alguns empréstimos, sendo por isso cada vez menor o montante global de amortizações anuais.

O serviço da dívida reduziu o peso na despesa do Município em 2022 para 2,37%, face ao ano anterior, com as amortizações a representarem 2,29% das despesas pagas e os juros 0,09% destas.

Tabela 19 | Serviço da dívida

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2022-2021	
			€	%
Juros	32.920	35.424	(2.504)	(7,07%)
Amortização	868.809	981.021	(112.212)	(11,44%)
Total	901.728	1.016.445	(114.717)	(11,29%)
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,09%	0,11%	---	---
Amortizações / Despesa total	2,29%	2,93%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	2,37%	3,03%	---	---

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia, caindo o termo “Endividamento líquido municipal” para surgir o de “Dívida total”.

O limite da dívida total é apurado em cada ano de acordo com 1,5 vezes a média da receita corrente

líquida nos três exercícios anteriores (n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei), sendo no corrente ano de €43.096.598, conforme apuramento demonstrado na tabela seguinte.

Tabela 20 | Limite da dívida total

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita corrente líquida	
2019	29.153.426
2020	27.226.542
2021	29.813.228
Média da receita dos 3 anos	28.731.065
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	43.096.598

Por sua vez, o montante da “Dívida total” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo (n.º 2 do mesmo artigo). Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação, de acordo com o artigo 54.º da referida Lei.

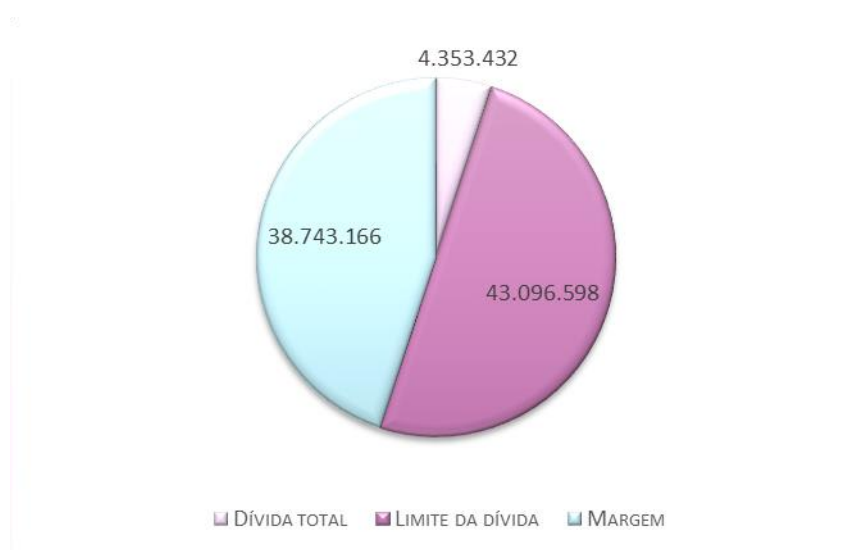
Tabela 21 | Apuramento da dívida total

Unidade:€	
APURAMENTO DÍVIDA TOTAL - MUNICÍPIO	2022
1. Passivo não corrente (total)	15.219.799
2. Passivo não corrente Provisões	4.278.486
3. Passivo não corrente Diferimentos	7.855.585
4. Passivo corrente (total)	3.488.762
5. Passivo corrente Diferimentos	9.500
6. Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALEI	-
7. Saldo final de operações de tesouraria	85.432
8. Fundo de Apoio Municipal	-
9. Empréstimos bancários excluídos do cálculo	2.126.126
10. DÍVIDA TOTAL (1-2-3+4-5-6-7-8-9)	4.353.432
11. Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	43.096.598
MARGEM (11-10)	38.743.166

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total. Para o efeito, o Tribunal de Contas criou o modelo 14 através da Instrução n.º 1/2019, de 6 de março, que

estabelece a forma de efetuar o apuramento da dívida total e que consiste essencialmente no somatório do passivo corrente com o não corrente, menos os valores referentes às provisões, diferimentos, operações de tesouraria e empréstimos excecionados. Assim e de acordo com essa fórmula foi elaborada a tabela n.º 21, em que concluímos que a dívida total do Município de Tavira em 2023 é de €4.353.432, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma margem de €38.698.812, conforme se pode ver na figura 31.

Figura 31 | Limite da dívida total



No entanto, para este cálculo não conta apenas o montante da dívida da autarquia, uma vez que inclui também em determinadas situações a dívida de outras entidades, tais como:

- As empresas municipais, “TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM” e “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação”, que caso se encontrem desequilibradas tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que a TaviraVerde apresenta as suas contas equilibradas no final do corrente ano, não relevando para a dívida do município, e no caso da EMPET desconhece-se até à presente data se está equilibrada.
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas “Águas do Algarve, SA.” e “ALGAR – Valorização e

tratamento de resíduos sólidos, SA.”. À data da elaboração deste relatório quer a ALGAR quer as Águas do Algarve já tinham apresentado os seus resultados positivos;

- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à “ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL” cuja participação de 11,36% corresponde a €24.193 para as contas da autarquia; e “CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio”, com uma participação muito residual, mas de acordo com o seu histórico não serão muito relevantes;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à quota. Como é o caso da “CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve” e da “APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico” que relevam €17.412 e zero, respetivamente, apesar de ainda não termos as contas finais da AMAL;
- E, as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º o controlo ou presunção de controlo, como é o caso da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira”, que passou a ser controlado pelo Município de Tavira após a alteração dos seus estatutos, publicados em 5 de novembro de 2019, cujo passivo é de apenas €24.193.

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2022, que considerando todos os dados conhecidos a esta data é de €4.397.789. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite.

Caso a autarquia, por algum motivo, venha a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, poderia aumentar em cerca de 7,74 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2022.

5. CONTABILIDADE DE GESTÃO

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deve divulgar os custos diretos e indiretos associados a cada bem, serviço ou atividade, conforme o disposto no parágrafo 34 da norma de contabilidade pública 27 do SNCAP.

O Município de Tavira implementou a contabilidade de custos, em 2011 de acordo com o estipulado no ponto 2.8.3 do POCAL (Plano oficial de contabilidade das autarquias locais), estando a sua utilização limitada ao programa de contabilidade utilizado.

A contabilidade de gestão, tem como finalidade o tratamento contabilístico do custo corresponder à reclassificação dos gastos por cada função, atividade, objetivos ou outra finalidade de interesse.

Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obrigava à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2) e apesar de o SNC-AP prever outros tipos de custeio, manteve-se a utilização deste tipo de custeio, sendo por isso todos os dados apresentados comparáveis com o anterior normativo.

No apuramento dos custos por função no período de 2021 e 2022, foram utilizados os seguintes critérios: as despesas de funcionamento do Município, nomeadamente dos órgãos da autarquia e das diversas divisões foram imputadas à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as atividades desenvolvidas pelo Município foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa; as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços quando se tratem de funcionários operacionais sendo que os restantes (a maioria) está afeta à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as transferências para as freguesias consideraram-se na subfunção “*Transferência entre administrações*”.

Assim, antes de abordamos os gastos por cada função, vamos apreciar de forma genérica através da tabela 22, quais os rendimentos afetos a cada função. Onde se conclui que houve um aumento relevante de €9.231.023 (29,90%), com as “*Funções gerais*” a serem o principal motivo desse crescimento dado que incluem a desde os impostos diretos à maioria das transferências recebidas. As “*Funções sociais*” também tiveram uma variação positiva importante de €2.854.457 (184,66%), devido ao aumento da receita da educação no âmbito da delegação de competências e da habitação social,

dado que no corrente ano voltaram a ser cobradas as rendas.

Tabela 22 | Rendimentos por função

Unidade: €

FUNÇÕES	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
1 Funções gerais	33.849.660	84,41%	26.770.799	86,72%	7.078.861	26,44%
1.1.1 Administração geral	33.843.618	84,40%	26.745.225	86,64%	7.098.393	26,54%
1.2.0 Segurança e ordem públicas	-	-	-	-	-	-
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	6.043	0,02%	25.574	0,08%	(19.532)	(76,37%)
2 Funções sociais	4.400.265	10,97%	1.545.809	5,01%	2.854.457	184,66%
2.1.0 Educação	-	-	-	-	-	-
2.1.1 Ensino não superior	2.016.266	5,03%	251.414	0,81%	1.764.853	701,97%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	-	-	-	-	-	-
2.2.0 Saúde	272.830	0,68%	-	-	-	-
2.3.2 Acção social	605.775	1,51%	87.781	0,28%	517.994	590,09%
2.4.1 Habitação	-	-	-	-	-	-
2.4.2 Ordenamento do território	864.440	2,16%	1.013.167	3,28%	(148.728)	(14,68%)
2.4.3 Saneamento	-	-	-	-	-	-
2.4.4 Abastecimento de água	229.342	0,57%	-	-	229.342	-
2.4.5 Resíduos sólidos	-	-	-	-	-	-
2.4.6 Proteção do meio ambiente	288.414	0,72%	158.653	0,51%	129.761	81,79%
2.5.1 Cultura	85.043	0,21%	32.333	0,10%	52.710	163,02%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	26.788	0,07%	1.159	0,00%	25.629	2.211,43%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	11.367	0,03%	1.301	0,00%	10.066	773,47%
3 Funções económicas	1.849.792	4,61%	1.614.656	5,23%	235.136	14,56%
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-	-	-
3.2.0 Indústria e energia	1.451.421	3,62%	1.432.830	4,64%	18.591	1,30%
3.3.0 Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	-
3.3.1 Transportes rodoviários	181.471	0,45%	154.752	0,50%	26.720	17,27%
3.3.2 Transportes aéreos	-	-	-	-	-	-
3.3.3 Transportes fluviais	-	-	-	-	-	-
3.4.1 Mercados e feiras	216.900	0,54%	27.075	0,09%	189.825	701,11%
3.5.0 Outras funções económicas	-	-	-	-	-	-
4 Outras funções	-	-	937.431	3,04%	(937.431)	(100,00%)
4.1.0 Operações da dívida autárquica	-	-	-	-	-	-
4.2.0 Transferência entre administrações	-	-	-	-	-	-
4.3.0 Diversas não especificadas	-	-	937.431	3,04%	(937.431)	(100,00%)
TOTAL	40.099.717	100%	30.868.695	100%	9.231.023	29,90%

A figura 32 pretende ilustrar melhor a distribuição dos rendimentos por funções e as diferenças de representatividade entre os dois anos, confirmando-se o peso relevante das “Funções gerais” com 84,41%, seguido pelas “Funções sociais” que ganharam peso (10,97%) por contrapartida das “Funções económicas” que representa agora 4,61% e das “Outras funções” que não apresentaram qualquer rendimento.

Figura 32 | Distribuição dos rendimentos por funções

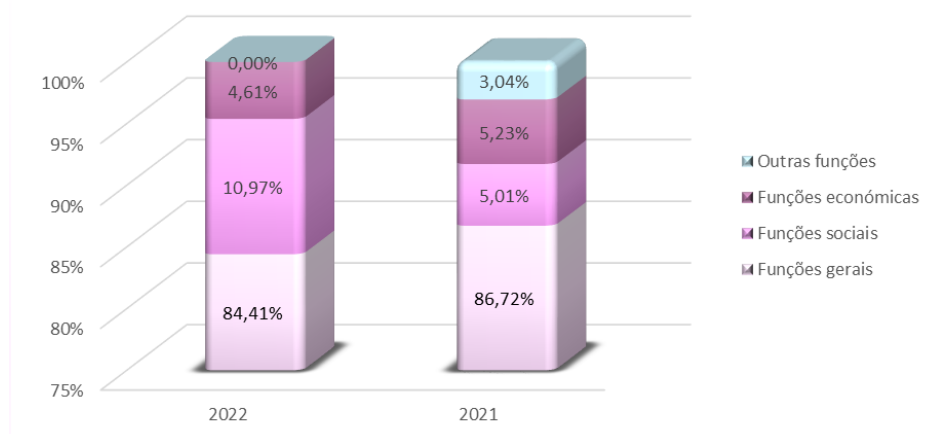


Tabela 23 | Gastos por função

Unidade: €

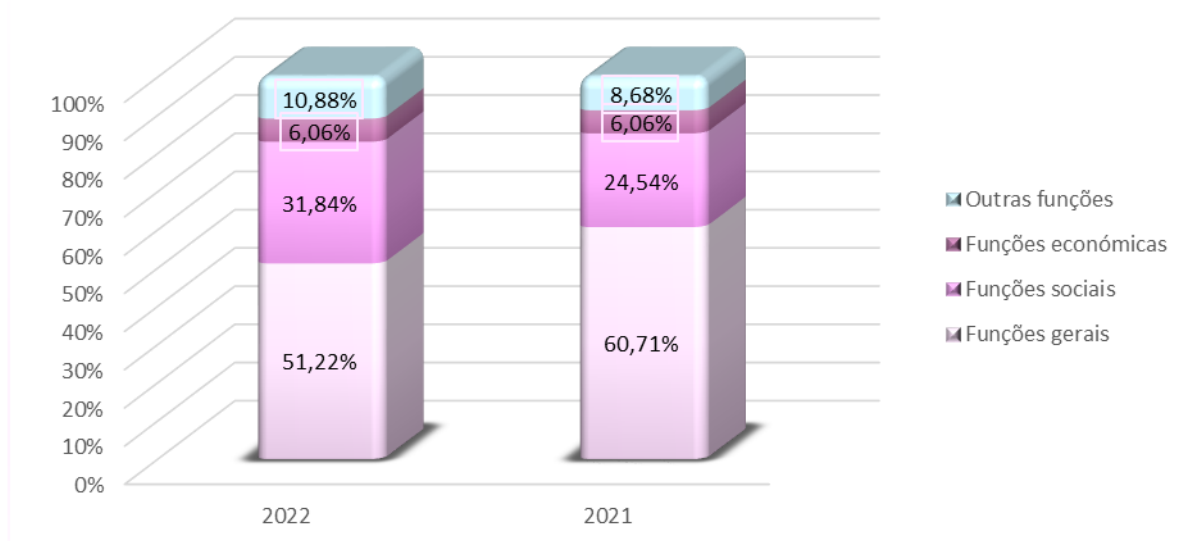
FUNÇÕES	2022		2021		VARIÇÃO 2022-2021	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
1 Funções gerais	17.103.967	51,22%	22.713.305	60,71%	(5.609.338)	(24,70%)
1.1.1 Administração geral	16.618.072	49,77%	22.454.617	60,02%	(5.836.545)	(25,99%)
1.2.0 Segurança e ordem públicas	-	-	-	-	-	-
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	485.895	1,46%	258.688	0,69%	227.207	87,83%
2 Funções sociais	10.632.837	31,84%	9.182.179	24,54%	1.450.658	15,80%
2.1.0 Educação	-	-	-	-	-	-
2.1.1 Ensino não superior	1.356.746	4,06%	950.623	2,54%	406.123	42,72%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	56.705	0,17%	118.967	0,32%	(62.262)	(52,34%)
2.2.0 Saúde	164.253	0,49%	-	-	-	-
2.3.2 Acção social	943.105	2,82%	1.781.660	4,76%	(838.554)	(47,07%)
2.4.1 Habitação	467.298	1,40%	551.155	1,47%	(83.858)	(15,21%)
2.4.2 Ordenamento do território	81.111	0,24%	11.671	0,03%	69.439	594,96%
2.4.3 Saneamento	7.034	0,02%	13.872	0,04%	(6.838)	(49,29%)
2.4.4 Abastecimento de água	21.300	0,06%	24.370	0,07%	(3.070)	(12,60%)
2.4.5 Resíduos sólidos	16.892	0,05%	10.995	0,03%	5.897	53,63%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	4.839.193	14,49%	4.111.807	10,99%	727.385	17,69%
2.5.1 Cultura	1.874.992	5,62%	1.105.335	2,95%	769.657	69,63%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	729.860	2,19%	420.078	1,12%	309.782	73,74%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	74.349	0,22%	81.645	0,22%	(7.296)	(8,94%)
3 Funções económicas	2.022.217	6,06%	2.267.854	6,06%	(245.637)	(10,83%)
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	653	0,00%	692	0,00%	(39)	(5,67%)
3.2.0 Indústria e energia	348.593	1,04%	799.847	2,14%	(451.254)	(56,42%)
3.3.0 Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	-
3.3.1 Transportes rodoviários	1.470.315	4,40%	1.239.456	3,31%	230.859	18,63%
3.3.2 Transportes aéreos	3.611	0,01%	36.591	0,10%	(32.981)	(90,13%)
3.3.3 Transportes fluviais	4.115	0,01%	5.265	0,01%	(1.150)	(21,84%)
3.4.1 Mercados e feiras	194.931	0,58%	186.003	0,50%	8.927	4,80%
3.5.0 Outras funções económicas	-	-	-	-	-	-
4 Outras funções	3.632.053	10,88%	3.246.807	8,68%	385.246	11,87%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	32.868	0,10%	35.424	0,09%	(2.556)	(7,22%)
4.2.0 Transferência entre administrações	1.440.039	4,31%	1.358.833	3,63%	81.207	5,98%
4.3.0 Diversas não especificadas	2.159.146	6,47%	1.852.550	4,95%	306.595	16,55%
TOTAL	33.391.073	100%	37.410.145	100%	(4.019.072)	(10,74%)

A tabela 23, demonstra os gastos por cada função, verificando-se uma redução dos custos totais de 2022, em €4.019.072 (10,74%), face ao ano anterior. As funções em termos globais tiveram comportamentos distintos, com as “Funções gerais” e as “Funções económicas” a diminuírem €5.609.338 (24,70%) e €245.637 (10,83%), respetivamente e os gastos das “Funções sociais” e das “Outras Funções” a aumentarem €1.450.658 (15,80%) e €385.246 (11,87%), respetivamente.

Assim, no corrente ano, os principais gastos do Município continuam a residir nas funções “1.1.1 Administração geral” com 49,77% e na “2.4.6 Proteção e meio ambiente” com 14,49%, seguidas da “2.5.1 Cultura” com 5,62% e da “3.3.1 Transportes rodoviários”, com 4,40% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização).

Em termos de distribuição dos custos por funções, nos anos 2021 e 2022, temos algumas alterações conforme ilustrado na figura 33, as “Funções gerais” a principal, com uma representação de 51,22% da despesa global que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira, nomeadamente, as despesas com pessoal não operacional e as inerentes ao funcionamento dos serviços, seguida das “Funções sociais” com 31,84%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura, e com menos expressão encontram-se as “Outras funções” que representam apenas 10,88% e as “Funções económicas” com apenas 6,06%, onde se incluem as áreas de intervenção em serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações.

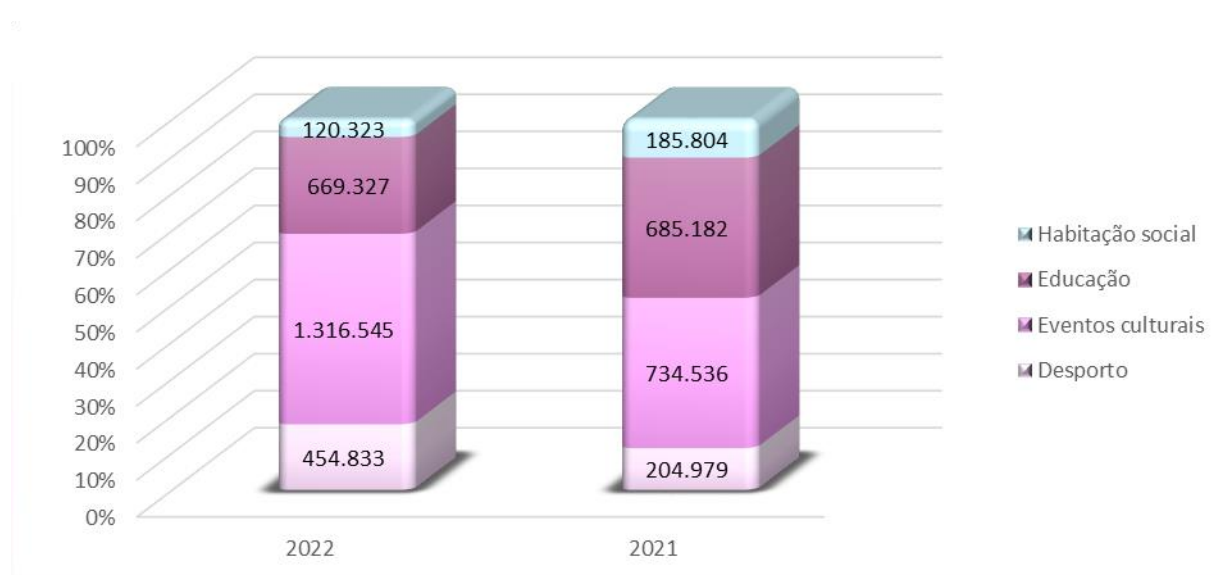
Figura 33 | Distribuição dos gastos por funções



Considerando que a contabilidade de gestão pressupõe uma análise por tipo de atividades, bens ou serviços, nas figuras seguintes são apresentados os custos das principais atividades e bens da autarquia.

Em anexo ao relatório constará a listagem completa de todos gastos por cada um dos serviços no ano de 2022, bem como todos os gastos e rendimentos por função.

Figura 34 | Distribuição dos gastos operacionais por tipo de atividade



Assim na figura 34, é demonstrada a distribuição dos gastos operacionais de 4 tipos de atividades, onde se verifica que os gastos com a atividade “Eventos culturais”, foi a maior apresentando um crescimento significativo comparativamente ao ano anterior, atingindo uma representação de 51% (€1.316.545 / €2.561.028), em segundo lugar temos a “Educação” que manteve os seus gastos na ordem dos €669.327 e em terceiro lugar aparece o “Desporto” com €454.833. Esclarece-se que os custos com estas atividades não incluem os gastos com as depreciações dos bens afetos a cada, para melhor análise e comparabilidade.

No que concerne à atividade educação, podemos observar na figura 35 que apesar de ter diminuído ligeiramente o seu peso conforme ilustrado na figura anterior, os custos com esta atividade aumentaram nalguns estabelecimentos.

Figura 35 | Gastos operacionais com a educação por estabelecimento

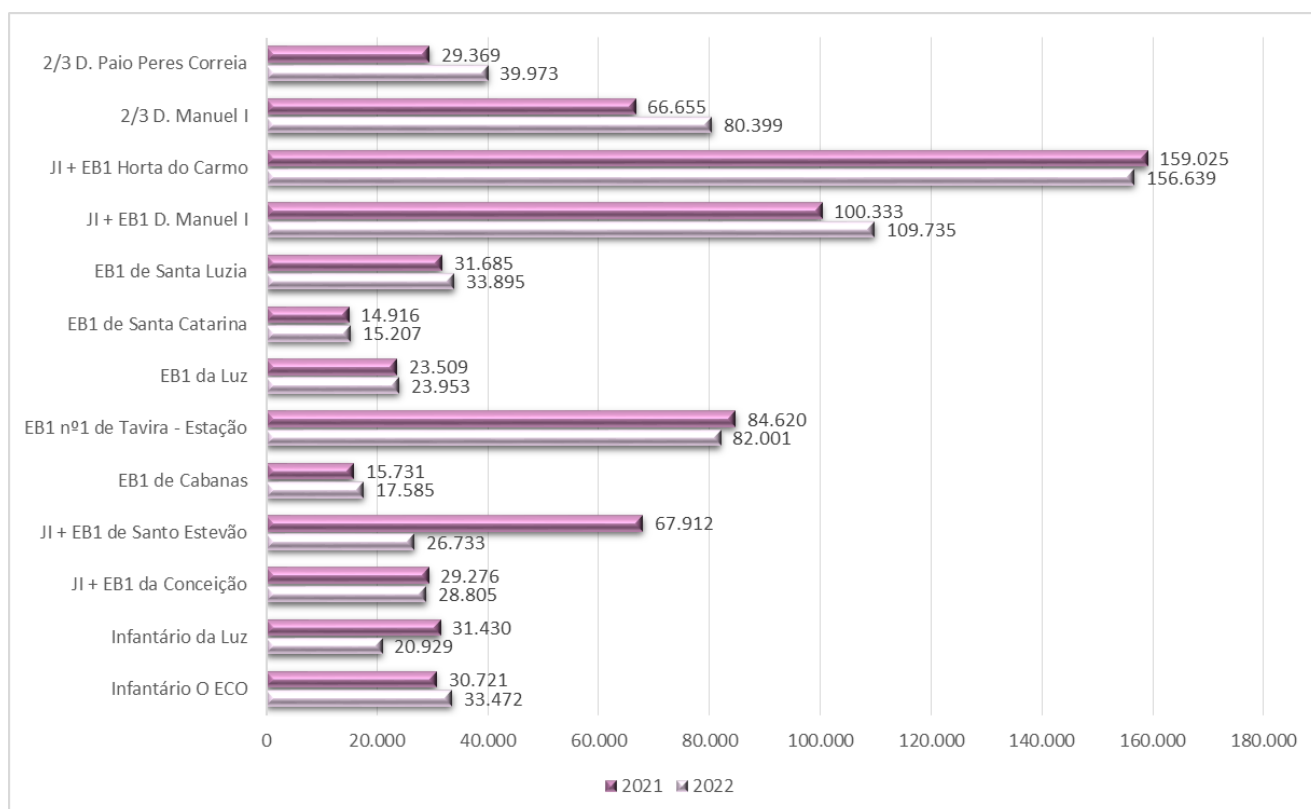
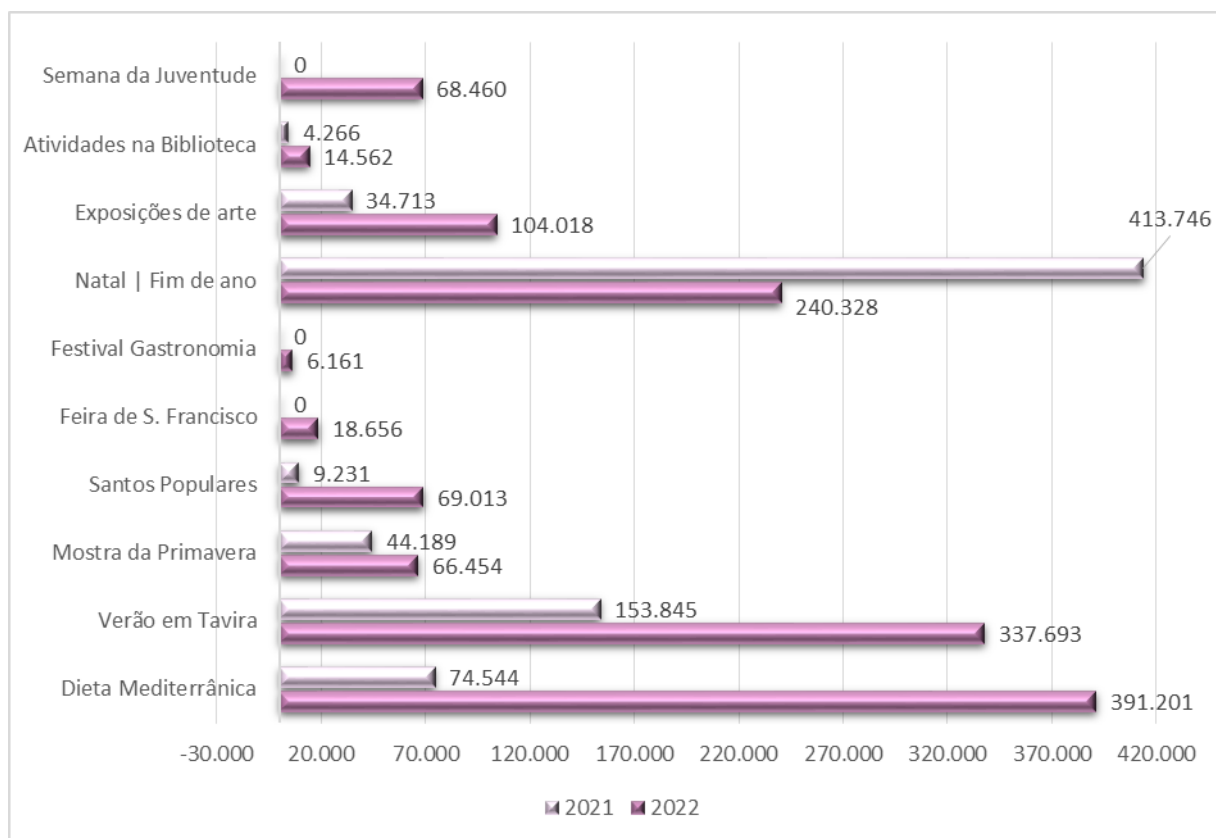


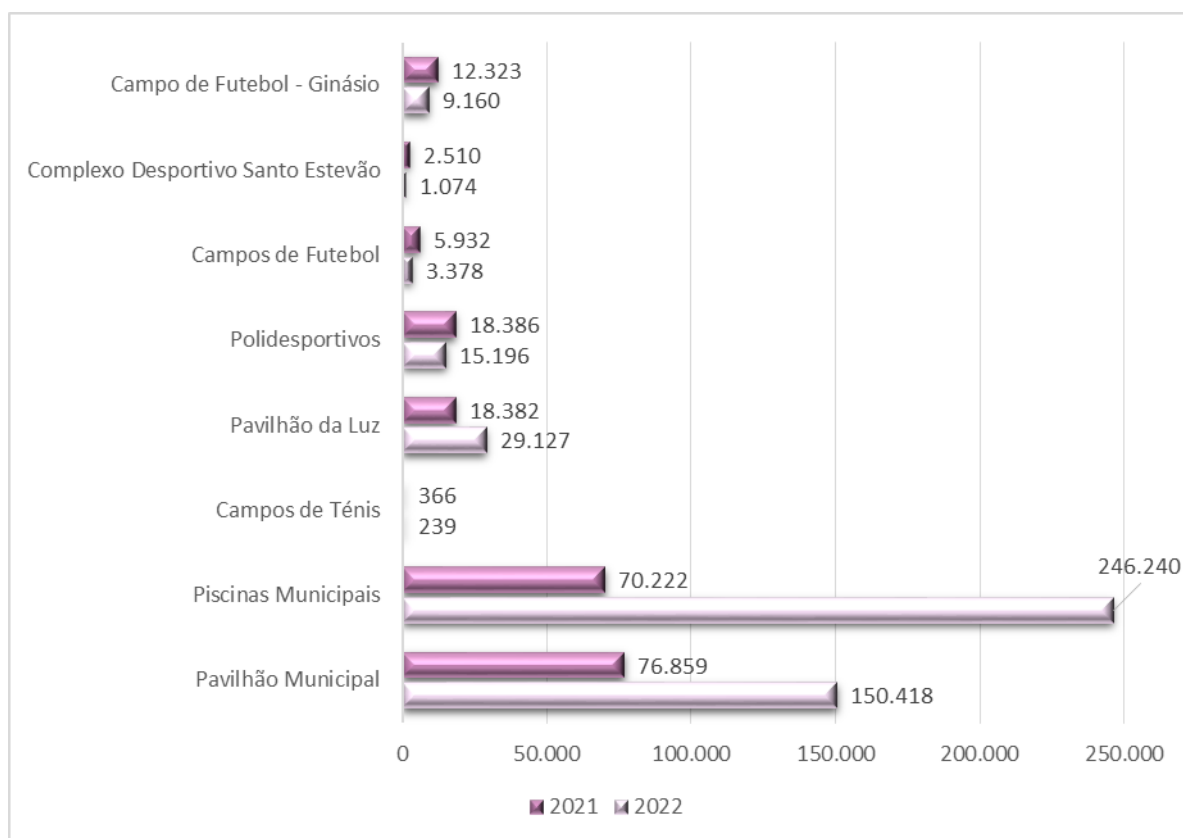
Figura 36 | Gastos operacionais com principais eventos



Quanto aos eventos culturais, verifica-se que cresceram fruto de se ter retomado na plenitude, no corrente ano, os eventos habituais com especial destaque para “Dieta Mediterrânica”, o “Verão em Tavira” e o “Natal e Fim de ano”, que foi a única que apresentou uma redução de gastos, porque o ano 2021 incluiu gastos referentes ao ano 2020.

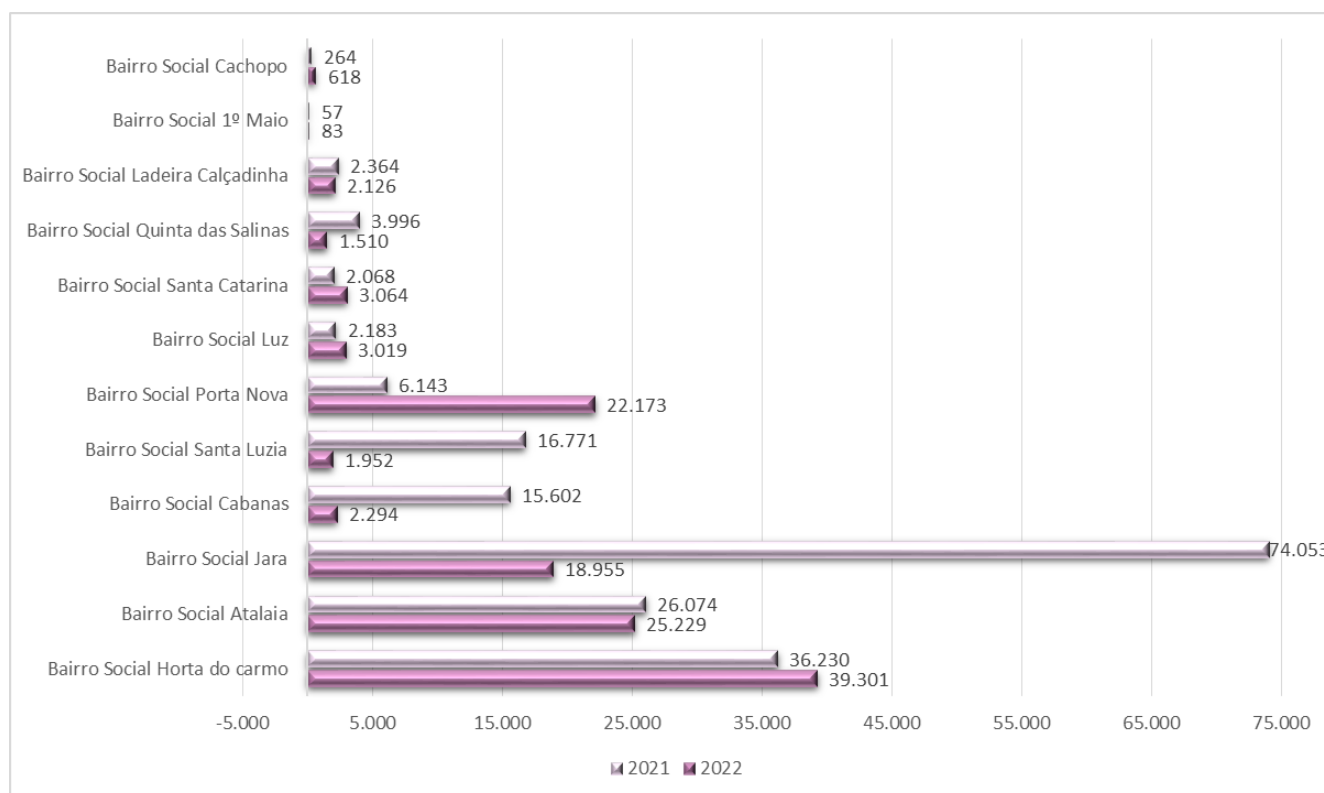
Na figura 37, temos os custos com as infraestruturas desportivas, onde se destaca o aumento dos custos com as Piscinas Municipais, que no ano de 2021 foram alvo de reabilitação e por isso não poderão estar abertas no período normal, e os do Pavilhão Municipal que também retomou as atividades regulares no corrente ano.

Figura 37 | Gastos operacionais com infraestruturas desportivas



Os custos operacionais com a habitação social, tiveram comportamentos diferentes conforme o bairro, sendo que nalguns tivemos menos custos no corrente ano e noutros registaram-se mais custos, conforme ilustrado na figura 38. Estes custos prendem-se com a realização de intervenções e reparações nesses bairros.

Figura 38 | Gastos operacionais com a habitação social



6. NOTA SOBRE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em virtude do resultado líquido ser positivo no valor de €6.708.644,32, propõe-se que se aprove a transferência deste valor para resultados transitados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	179.314.474,08	172.312.040,04
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	2, 3	755.364,47	792.784,72
Ativos biológicos			
Participações financeiras	2, 9, 18	4.506.056,53	6.617.798,39
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	2	-	-
Outras contas a receber		-	303.465,25
		184.575.895,08	180.026.088,40
Ativo corrente			
Inventários	2, 10	480.083,64	474.357,38
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2.000,02	2.000,02
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		7.902,00	7.902,00
Clientes, contribuintes e utentes	9	231.409,80	175.025,87
Estado e outros entes públicos		11.243,26	25.928,39
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23	11.496.720,81	9.916.896,86
Diferimentos		264.836,98	188.537,44
Ativos financeiros detidos para negociação			-
Outros ativos financeiros			-
Ativos não correntes detidos para venda			-
Caixa e depósitos	1	21.078.978,40	18.854.061,94
		33.573.174,91	29.644.709,90
TOTAL DO ATIVO		218.149.069,99	209.670.798,30

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital	2	212.044.817,42	212.044.817,42
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		2.729.470,72	2.729.470,72
Resultados transitados		(41.830.935,33)	(36.876.932,21)
Ajustamentos em ativos financeiros	18	3.375.388,51	3.400.961,31
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		16.413.123,35	14.526.717,18
Resultado líquido do período		6.708.644,32	(6.541.449,96)
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO		199.440.508,99	189.283.584,46
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	4.278.485,85	4.643.833,17
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	2.926.596,14	3.672.591,80
Fornecedores de investimentos	23	142.157,05	160.113,73
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	2, 23	7.855.585,36	8.611.447,49
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	23	16.975,04	15.773,79
		15.219.799,44	17.103.759,98
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	23	665.538,80	436.293,79
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		68.898,84	132.102,67
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos	2, 6, 7	786.559,35	928.835,06
Fornecedores de investimentos	23	81.782,58	82.043,79
Outras contas a pagar	23	1.876.481,99	1.694.678,55
Diferimentos	2	9.500,00	9.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
		3.488.761,56	3.283.453,86
TOTAL DO PASSIVO		18.708.561,00	20.387.213,84
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		218.149.069,99	209.670.798,30

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Impostos, contribuições e taxas	14	25.384.342,77	19.351.877,79
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	1.085.715,17	340.592,57
Rendimentos/Gastos imputados de ent. controladas, assoc. e empee. conj.		548.867,64	476.113,05
Transferências e subsídios correntes obtidos		9.986.286,90	7.896.407,61
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(563.815,62)	(402.845,78)
Fornecimentos e serviços externos	23	(7.290.521,75)	(5.633.696,28)
Gastos com pessoal	23	(12.248.965,96)	(10.163.115,42)
Transferências e subsídios concedidos	23	(8.276.707,37)	(8.032.686,71)
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			36.851,43
Provisões (aumentos/reduções)		170.039,32	(297.442,87)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		2.891.188,55	2.743.454,89
Outros gastos		(466.248,84)	(420.186,15)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		11.220.180,81	5.895.324,13
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(4.498.173,56)	(12.424.610,44)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		6.722.007,25	(6.529.286,31)
Juros e rendimentos similares obtidos		19.769,12	23.397,91
Juros e gastos similares suportados		(33.132,05)	(35.561,56)
Resultado antes de impostos		6.708.644,32	(6.541.449,96)
Imposto sobre o rendimento		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.708.644,32	(6.541.449,96)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-	-
Interesses que não controlam		-	-
		6.708.644,32	(6.541.449,96)

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE QUE CONTROLA										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO SUBSCRITO	OUTROS INST. DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DECOR. DA TRANSF. ATIVOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAM. EM ATIVOS FINANC.	EXCEDENTES DE REVALOR.	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	212.044.817,42	- 2.729.470,72	-	-	-	(36.876.932,21)	3.400.961,31	-	14.526.717,18	(6.541.449,96)	189.283.584,46	-	189.283.584,46
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	1.004.520,18	-	1.004.520,18	-	1.004.520,18
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	1.587.847,52	-	-	-	-	1.587.847,52	-	1.587.847,52
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	(6.541.449,96)	-	-	881.885,99	6.541.449,96	881.885,99	-	881.885,99
	(2)	-	-	-	-	-	(4.953.602,44)	-	-	1.886.406,17	6.541.449,96	3.474.253,69	-	3.474.253,69
Resultado Líquido do Período	(3)										6.708.644,32	6.708.644,32	-	6.708.644,32
Resultado Integral)=(2)+(3)										13.250.094,28	10.182.898,01	-	10.182.898,01
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		-	-	-	-	-	(400,68)	-	-	-	-	(400,68)	-	(400,68)
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	(25.572,80)	-	-	-	(25.572,80)	-	(25.572,80)
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	(400,68)	(25.572,80)	-	-	-	(25.973,48)	-	(25.973,48)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(2)+(3)+(5)	212.044.817,42	- 2.729.470,72	-	-	-	(41.830.935,33)	3.375.388,51	-	16.413.123,35	6.708.644,32	199.440.508,99	-	199.440.508,99

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
<u>Fluxos de caixas das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		909.724,95	183.504,84
Recebimentos de contribuintes		23.572.822,74	18.640.791,51
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9.961.686,90	7.900.126,02
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(10.159.386,75)	(6.303.188,09)
Pagamentos ao pessoal		(8.154.506,50)	(6.076.571,49)
Pagamentos a contribuintes / Utes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(5.754.780,00)	(8.141.202,31)
Pagamentos de prestações sociais		(1.648.393,60)	(2.764.916,52)
Caixa gerada pelas operações		8.727.167,74	3.438.543,96
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		991.882,33	624.202,78
Outros pagamentos		(6.558.954,06)	(1.149.442,41)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3.160.096,01	2.913.304,33
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4.842.520,81)	(8.187.995,99)
Ativos intangíveis		(22.931,39)	(71.610,69)
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	(410,16)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.285.546,01	2.148.108,80
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		2.532.937,33	1.849.427,89
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		19.769,12	532.122,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		(27.199,74)	(3.730.357,24)

Unidade: €

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			6.128,35
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(878.529,87)	(991.936,65)
Juros e gastos similares		(29.449,94)	(32.781,51)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(907.979,81)	(1.018.589,81)
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2.224.916,46	(1.835.642,72)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		18.854.061,94	20.689.704,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.078.978,40	18.854.061,94
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		18.854.061,94	20.689.704,66
- Equivalentes a caixa no início do período		(421.397,72)	(1.280.400,41)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		421.397,72	1.280.400,41
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		18.854.061,94	20.689.704,66
De execução orçamental		18.778.061,28	20.613.356,15
De operações de tesouraria		76.000,66	76.348,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.078.978,40	18.854.061,94
- Equivalentes a caixa no fim do período		(166.121,80)	(421.397,72)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui Equivalentes de caixa		166.121,80	421.397,72
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo da gerência anterior		21.078.978,40	18.854.061,94
De execução orçamental		20.993.546,01	18.778.061,28
De operações de tesouraria		85.432,39	76.000,66

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este documento contém as notas explicativas exigidas pelas Normas de Contabilidade Pública que compõem o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

O Município de Tavira, é uma autarquia local, contribuinte n.º 501 067 191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O período de relato corresponde ao ano económico de 2022, e foi aplicado o seguinte referencial contabilístico: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série n.º 178.

No quadro seguinte temos desagregados os valores das disponibilidades da autarquia por tipo de conta (caixa e depósitos à ordem). Os depósitos consignados dizem respeito a contas à ordem onde são depositados os valores a entregar a outras entidades (operações de tesouraria) e os depósitos afetos a candidaturas. Verificando-se um aumento de €2.224.916 (11,80%) devido ao aumento da receita cobrada no corrente ano comparativamente com a despesa paga.

Q. 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Caixa	1.876	1.575	301	19,15%
Depósitos à ordem	20.910.981	18.431.090	2.479.891	13,45%
Depósitos à ordem no tesouro	-	-	-	-
Depósitos bancários à ordem	20.910.981	18.431.090	2.479.891	13,45%
Depósitos a prazo	-	-	-	-
Depósitos consignados	166.122	421.398	(255.276)	(60,58%)
Depósitos de garantias e cauções	-	-	-	-
TOTAL	21.078.978	18.854.062	2.224.916	11,80%

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas o Município adotou as bases de preparação das demonstrações financeiras constantes do Sistema de Normalização

Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série n.º 178.

Assim, as políticas contabilísticas adotadas foram as referidas a seguir.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em 2002, os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo na elaboração do Balanço inicial (POCAL).

Os bens do ativo fixo tangível e intangível foram valorizados ao custo de aquisição e ou da produção, na elaboração do Balanço inicial (POCAL). Existiam, no entanto, alguns bens móveis, que devido à sua antiguidade e semelhanças entre si, não foi possível a sua valorização a custo de aquisição.

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Este processo originou reclassificações de bens entre equipamento básico, administrativo e outros, no âmbito dos ativos fixos tangíveis, não originando impacto na categoria - Ativos Fixos Tangíveis.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Ativos intangíveis

No ano de 2020, ano de transição para SNC-AP, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Ocorreu a reclassificação de bens em ativos intangíveis, que no anterior normativo, eram reconhecidos como ativos tangíveis (imobilizado corpóreo), como é o caso em concreto dos programas de computador e sistemas de informação – *softwares*.

As amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais o Município tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “*Participações financeiras em equivalência patrimonial*”.

As participações financeiras existentes estão mensuradas pelo seu custo uma vez que o Município tem participações inferiores a 20%, exceto para as empresas TaviraVerde e EMPET que são registadas pelo Método de equivalência patrimonial (MEP).

A mensuração subsequente pelo MEP prevê que o valor contabilístico do investimento seja subsequentemente ajustado para refletir:

- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos resultados da investida (com as variações a serem refletidas nos resultados do período);
- A evolução da quota-parte da entidade investidora nos ativos líquidos da investida (com as variações a serem reconhecidas no capital próprio);
- As distribuições de dividendos (as quais reduzem o valor contabilístico do investimento).

Clientes, contribuintes e utentes e Outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “*Perdas de imparidade acumuladas*”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

O montante acumulado de imparidades para cobertura das dívidas em situação de cobrança duvidosa apurado para dívidas superiores a 12 meses.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Devedores e Credores por acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Na rubrica de Diferimentos no passivo destacamos as transferências e subsídios correntes/capital obtidos, os valores são relativos a subsídios ao investimento relacionados com obras que de acordo com a nota de enquadramento ao plano de contas do SNC-AP estão condicionados à execução de determinada obra e que poderão ser devolvidos, caso os mesmos não sejam total ou parcialmente executados nas condições previamente estabelecidas. Após a sua conclusão os mesmos são transferidos para respetiva rubrica de Património e depreciado de acordo com a vida útil do bem que lhe está associado

Património

O património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos de passivos, com referência à data do relato financeiro.

A rubrica de outras variações do capital próprio inclui todas as variações e valores relacionados com transferências e subsídios (não reembolsáveis) de capital. Assim os subsídios são amortizados de acordo com o período de vida útil ao qual estão associados dando cumprimento ao disposto no CC2.

A rubrica de resultados transitados apresenta os resultados líquidos dos anos anteriores, assim como as regularizações extraordinárias que possam ocorrer.

Salienta-se que a implementação do SNC-AP implicou o registo na conta 564 – *“Ajustamentos de transição para o SNC-AP”* diversas regularizações extraordinárias, nomeadamente ao nível da

depreciação e de subsídios ao investimento resultantes dos ajustamentos de vida útil dos bens.

Financiamentos obtidos

O reconhecimento do passivo do capital em dívida dos empréstimos é registado de acordo com o nível de maturidade da mesma, sendo considerado passivo de médio e longo prazo quando a exigibilidade é superior a um ano e de curto prazo para valores exigíveis até um ano.

3. Ativos intangíveis (AI)

Os ativos intangíveis correspondem a programas informáticos e a projetos de desenvolvimento.

Registou-se uma ligeira diminuição dos ativos intangíveis em 2022, por força das amortizações do exercício, que registaram um aumento de €86.772,77 que superou o das aquisições que se ficou pelos €49.352,52, conforme pode ser verificado nos quadros seguintes.

Q3.1. AI - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Projetos de desenvolvimento	200.077,83	200.077,83	-	-	200.077,83	200.077,83	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	836.853,33	694.369,11	-	142.484,22	854.840,85	781.141,88	-	73.698,97
Ativos intangíveis em curso	650.300,50	-	-	650.300,50	681.665,50	-	-	681.665,50
TOTAL	1.687.231,66	894.446,94	-	792.784,72	1.736.584,18	981.219,71	-	755.364,47

Q3.2. AI - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIÁÇÕES								
		ADIÇÕES	TRSF. INTERNA	REVALORIZAÇÃO	REVERSÕES PERDA IMP.	PERDAS IMPARIDADE	AMORT. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES	QUANTIA ESCRIT. FINAL
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=Σ(1)a(9)
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	142.484,22	17.987,52	-	-	-	-	(86.772,77)	-	-	73.698,97
Ativos intangíveis em curso	650.300,50	31.365,00	-	-	-	-	-	-	-	681.665,50
TOTAL	792.784,72	49.352,52	-	-	-	-	(86.772,77)	-	-	755.364,47

Q3.2.A. AI - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADIÇÕES									
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. TROCA	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FIN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = ∑ (1) a (9)
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	17.987,52	-	-	-	-	-	-	-	17.987,52
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	31.365,00	31.365,00
TOTAL	-	17.987,52	-	-	-	-	-	-	31.365,00	49.352,52

Não se verificaram diminuições nem revalorizações no corrente ano.

4 Contratos de concessão (concedente)

O Município de Tavira tem contratos de concessão relativo a posto de abastecimentos, parque de estacionamento, energia pública e transportes públicos urbanos. Atualmente o Município não dispõe de informação fiável que permita determinar a necessidade/ou valor a reconhecer no seu ativo fixo tangível dos bens relativos as estas concessões de acordo com o indicado no NCP4. O eventual reconhecimento dos bens relativos a concessões encontra-se em fase de análise. Não se esperando existir impactos relevantes.

O Município de Tavira detém alguns contratos de concessão, onde se destacam:

- Contrato de concessão de uso privativo do domínio público, datado de 2001, para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis, atualmente explorado pela “*Repsol Portuguesa, SA*” cuja receita liquidada no corrente ano rondou os €37.000;
- Contrato de concessão de exploração e fiscalização de zonas de estacionamento de duração limitada na cidade de Tavira, datado de 2017, com a “*Hidurbe Serviços, SA*”, com uma receita a rondar os €45.000. Em fevereiro de 2022, foi realizada uma cedência da posição contratual deste contrato para a empresa “*CPE – Comp. Parques de Estacionamento, SA.*” que originou uma receita de €179.000 até ao final do ano;
- Renda de concessão de energia pública com a “*EDP Distribuição - Energia SA*”, com uma contrapartida na ordem de 1,6 milhões de euros;
- Contrato para a concessão de circuitos de transportes públicos urbanos na cidade de Tavira, datado de 2019, com a EVA Transportes e que importou no corrente ano num encargo de cerca de €145.000.

5. Ativos fixos tangíveis (AFT)

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que o Município detém para fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos, tais como edifícios de serviços e equipamentos básico, administrativo e de transporte. Bem como os bens de domínio público onde se incluem as diversas infraestruturas do concelho, nomeadamente as estradas, pontes, arruamentos e parques.

No ano 2022, o valor dos ativos fixos tangíveis atingiu em termos brutos cerca de €355.700.909 com €176.386.434 de amortizações acumuladas o que perfaz um ativo escriturado (líquido) de €179.314.474.

No corrente ano, foram transferidos do ativo fixo tangível em curso €2.213.833, e registou-se um aumento de €7.447.139 que correspondem na sua maioria à execução da empreitada do Cineteatro, a obras de conservação na habitação social, à requalificação de diversos arruamentos que se encontram a decorrer, esperando-se a sua conclusão no próximo ano.

Foi ainda, formalizado o encerramento e partilha de bens da participada Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, no corrente ano. A sociedade desenvolveu diversas obras de requalificação e melhoria dos espaços abrangidos pela Ria Formosa ao longo da sua existência, nos vários concelhos que a compunham, tendo a sua liquidação determinado a partilha de bens do seu ativo de acordo com a localização geográfica deste, o que deu origem a uma integração no património do Município de ativos no valor de €2.790.084 (inclui a requalificação da marginal de Cabanas, a requalificação paisagística de St.ª Luzia às Pedras D'El Rei, a requalificação das Quatro Águas e construção do cais da Ilha de Tavira).

Em consequência, foi regularizado o registo da participação financeira da Polis no montante de €2.025.000. Estas operações resultaram no aumento do património líquido em €765.084.

Adicionalmente, na sequência da delegação de competências da área da saúde, o Município registou no seu ativo 4 imóveis transferidos da ARS Algarve pelo seu valor líquido de aproximadamente €116.000.

O ativo fixo tangível do Município contém as infraestruturas de rede de águas e saneamento e ETAR's no montante de cerca de 2 milhões de euros líquidos, que estão a ser utilizadas pela empresa local TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM, no âmbito das competências que foram delegadas.

De referir ainda, que o inventário do Município de Tavira encontra-se praticamente registado e valorizado na sua totalidade, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de avaliação por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização.

Q5.1. AFT - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Unidade: €

RÚBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO				FIM DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORT. ACUMULADAS	PERDAS POR IMP. ACUM.	QUANTIA ESCRITURADA
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	46.746.807,67	-	-	46.746.807,67	46.746.807,67	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	2.583.370,09	2.044.397,18	-	538.972,91	2.841.408,91	2.086.203,57	-	755.205,34
Infraestruturas	143.990.872,84	126.382.529,75	-	17.608.343,09	149.118.887,06	128.262.678,79	-	20.856.208,27
Património histórico, artístico e cultural	437.278,62	-	-	437.278,62	437.978,62	-	-	437.978,62
Ativos fixos em concessão								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	27.698.651,85	477,04	-	27.698.174,81	27.698.651,85	628,48	-	27.698.023,37
Edifícios e outras construções	65.898.054,90	28.449.429,95	-	37.448.624,95	66.123.779,78	30.128.911,25	-	35.994.868,53
Equipamento básico	5.736.295,93	4.936.585,90	-	799.710,03	6.047.339,55	5.236.359,61	-	810.979,94
Equipamento de transporte	6.256.982,02	4.990.738,93	-	1.266.243,09	6.678.300,24	5.087.762,42	-	1.590.537,82
Equipamento administrativo	2.919.879,54	2.630.801,90	-	289.077,64	2.979.607,07	2.750.294,08	-	229.312,99
Outros	3.045.005,30	2.750.817,07	-	294.188,23	3.098.461,40	2.833.596,26	-	264.865,14
Ativos fixos tangíveis em curso	39.184.619,00	-	-	39.184.619,00	43.929.686,39	-	-	43.929.686,39
TOTAL	344.497.817,76	172.185.777,72	-	172.312.040,04	355.700.908,54	176.386.434,46	-	179.314.474,08

Q5.2. AFT - quantia escriturada e variações do período

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIAÇÕES									QUANTIA ESCRIT. FINAL
		ADIÇÕES	TRANSF. INT. À ENTIDADE	REVALORIZ.	REVERSÕES DE PERDAS DE IMPARIDADE	PERDAS POR IMPARIDADE	DEPRECIA. PERÍODO	DIFERENÇAS CAMBIAIS	DIMINUIÇÕES		
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = Σ (1) a (9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	46.746.807,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.746.807,67
Edifícios e outras construções	538.972,91	-	258.038,82	-	-	-	(41.806,39)	-	-	-	755.205,34
Infraestruturas	17.608.343,09	3.348.305,36	1.814.881,41	-	-	-	(1.880.149,04)	-	(35.172,55)	-	20.856.208,27
Património histórico, artístico e cultural	437.278,62	700,00	-	-	-	-	-	-	-	-	437.978,62
Ativos fixos em concessão											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	27.698.174,81	-	-	-	-	-	(151,44)	-	-	-	27.698.023,37
Edifícios e outras construções	37.448.624,95	165.169,29	60.555,59	-	-	-	(1.679.481,30)	-	-	-	35.994.868,53
Equipamento básico	799.710,03	247.503,90	68.382,07	-	-	-	(299.773,71)	-	(4.842,35)	-	810.979,94
Equipamento de transporte	1.266.243,09	737.946,61	-	-	-	-	(97.023,49)	-	(316.628,39)	-	1.590.537,82
Equipamento administrativo	289.077,64	72.676,31	-	-	-	-	(119.492,18)	-	(12.948,78)	-	229.312,99
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	294.188,23	46.407,67	11.975,03	-	-	-	(82.779,19)	-	(4.926,60)	-	264.865,14
Ativos fixos tangíveis em curso	39.184.619,00	7.447.138,92	(2.213.832,92)	-	-	-	-	-	(488.238,61)	-	43.929.686,39
TOTAL	172.312.040,04	12.065.848,06	-	-	-	-	(4.200.656,74)	-	(862.757,28)	-	179.314.474,08

Q5.2.A. AFT - desagregação das adições

Unidade: €

RÚBRICAS	ADIÇÕES										TOTAL
	INTERNAS	COMPRA	CESSÃO	TRANSF. OU TROCA	EXPROPR.	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERD. A FAVOR ESTADO	DAÇÃO EM PAG.	LOCAÇÃO FINAN.	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.348.305,36	3.348.305,36
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700,00	700,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Edifícios e outras construções	-	-	-	115.043,56	-	-	-	-	-	50.125,73	165.169,29
Equipamento básico	-	246.787,78	-	716,12	-	-	-	-	-	-	247.503,90
Equipamento de transporte	-	737.946,61	-	-	-	-	-	-	-	-	737.946,61
Equipamento administrativo	-	72.676,31	-	-	-	-	-	-	-	-	72.676,31
Outros	-	46.065,73	-	341,94	-	-	-	-	-	-	46.407,67
Ativos fixos tangíveis em curso	-	373.671,27	-	-	-	-	-	-	-	7.073.467,65	7.447.138,92
TOTAL	-	1.477.147,70	-	116.101,62	-	-	-	-	-	10.472.598,74	12.065.848,06

Q5.2.B. AFT - desagregação das diminuições

Unidade: €

RÚBRICAS	DIMINUIÇÕES					
	ALIENAÇÃO A TÍTULO ONEROSO	TRANSF. OU TROCA	DEVOL. OU REVERSÃO	FUSÃO, CISÃO, REESTRUT.	OUTRAS	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = Σ (1) a (5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Infraestruturas	-	-	-	-	(35.172,55)	(35.172,55)
Ativos fixos em concessão						
Outros ativos fixos tangíveis						
Equipamento básico	-	-	-	-	(4.842,35)	(4.842,35)
Equipamento de transporte	(238.022,73)	-	-	-	(78.605,66)	(316.628,39)
Equipamento administrativo	-	-	-	-	(12.948,78)	(12.948,78)
Outros	-	-	-	-	(4.926,60)	(4.926,60)
Ativos fixos tangíveis em curso	-	(488.238,61)	-	-	-	(488.238,61)
TOTAL	(238.022,73)	(488.238,61)	-	-	(136.495,94)	(862.757,28)

6. Locações

Q6.1 Locações financeiras - Locatário

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	QUANTIA ESCRIT. LIQUIDA	PAGAMENTOS EFETUADOS ACUMULADOS				FUTUROS PAGAMENTOS			
		PERÍODO		ACUMULADO					
		CAPITAL	JURO	CAPITAL	JURO	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL
Contrato locação financeira - Edifício Level Up	201.574,82	19.462,58	6.845,72	53.490,76	19.795,15	20.500,00	102.500,00	25.084,06	148.084,06
	201.574,82	19.462,58	6.845,72	53.490,76	19.795,15	20.500,00	102.500,00	25.084,06	148.084,06

O Município de Tavira realizou em 2020 um contrato de cessão da posição contratual de locatário do contrato de locação financeira imobiliária n.º 450010451, referente ao prédio sito na rua da Liberdade n.º 1 (Level UP), cujos movimentos financeiros constam do quadro anterior.

O montante em dívida a 31 de dezembro de 2022 é de €148.084,06.

7. Custo de empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos que se encontram em vigor no ano 2022, são os que constam do quadro seguinte, e totalizam uma dívida em 31 de dezembro de €3.565.072. Foram realizadas amortizações no corrente ano no valor de €868.809. De realçar ainda que, em 2022, 3 financiamentos chegaram ao fim do seu prazo, encontrando-se pagos na totalidade.

Os custos dos empréstimos obtidos são considerados como gastos do período.

Q7.1. Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Unidade: €

ENTIDADE	DATA DO CONTRATO	DATA DE VISTO TC	PRAZO DO CONTRATO	CAPITAL		TAXA DE JURO		PAGAMENTOS DE ANOS ANTERIORES			PAGAMENTOS DO ANO			ENCARGOS VENCIDOS E NÃO PAGOS	SALDO EM 1 DE JANEIRO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO
				CONTRATADO	UTILIZADO	INICIAL	ATUAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL			
Financiamento de Investimentos de 2003	21-05-2003	10-07-2003	240	706.555,00	706.555,00	2,00%	1,00%	632.557,00	43.682,28	676.239,28	36.999,00	657,24	37.656,24	-	73.998,00	36.999,00
Investimentos 2009	29-06-2009	23-07-2009	240	3.962.667,00	3.100.722,92	3,26%	1,98%	1.615.568,50	567.829,48	2.183.397,98	188.149,17	21.951,24	210.100,41	-	1.485.154,42	1.297.005,25
Financiamento de Investimentos 2004	29-07-2004	25-08-2004	240	765.296,00	765.296,00	1,48%	0,00%	629.263,59	39.159,67	668.423,26	45.344,14	-	45.344,14	-	136.032,41	90.688,27
Habitação Social Quinta das Salinas	29-01-2002	28-11-2002	300	2.800.000,00	2.800.000,00	1,89%	0,33%	1.890.935,43	118.515,08	2.009.450,51	129.158,53	1.599,48	130.758,01	-	909.064,57	779.906,04
Terreno Sítio Cara de Pau	18-06-2002	04-07-2002	240	423.997,00	423.997,00	1,58%	1,58%	395.698,55	22.471,87	418.170,42	28.298,45	17,05	28.315,50	-	28.298,45	-
Habitação Social - Bairro Jara	20-12-2006	25-01-2007	300	90.776,80	90.776,80	1,63%	0,00%	49.410,47	3.495,94	52.906,41	3.939,65	-	3.939,65	-	41.366,33	37.426,68
Horta do Carmo 67 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	2.971.774,02	2.971.774,02	0,66%	0,23%	2.477.664,82	40.372,71	2.518.037,53	123.441,77	199,70	123.641,47	-	494.109,20	370.667,43
Horta do Carmo 57 fogos	20-12-2000	22-12-2000	300	1.010.333,10	1.010.333,10	0,55%	0,23%	844.863,38	13.941,48	858.804,86	41.338,79	66,88	41.405,67	-	165.469,72	124.130,93
Habitação Social Stª Catarina 24 fogos (ñ bonif)	29-10-2002	07-11-2002	240	262.237,46	262.237,46	1,97%	0,94%	244.960,97	21.145,58	266.106,55	17.276,49	103,08	17.379,57	-	17.276,49	-
Equipamentos diversos	23-09-2002	14-11-2002	240	826.837,49	826.837,49	1,92%	1,92%	765.277,37	59.972,51	825.249,88	61.560,12	205,54	61.765,66	-	61.560,12	-
Atalaia 66 fogos	23-11-2001	14-12-2001	300	2.634.730,30	2.634.730,30	0,66%	0,31%	2.059.923,91	42.944,06	2.102.867,97	114.820,75	316,51	115.137,26	-	574.806,39	459.985,64
Atalaia 66 fogos (não bonificado)	23-11-2001	14-12-2001	300	658.682,57	658.682,57	1,64%	0,31%	502.239,42	28.908,84	531.148,26	31.193,13	215,42	31.408,55	-	156.443,15	125.250,02
Habitação social Santa Catarina - 24 fogos (bonificado)	29-10-2002	07-11-2002	300	1.045.762,54	1.045.762,54	0,91%	0,86%	771.612,92	31.123,25	802.736,17	45.390,59	685,45	46.076,04	-	274.149,62	228.759,03
Habitação Social Fração H - Lote 11	30-12-2004	24-02-2005	300	45.051,18	45.051,18	0,67%	0,14%	28.899,53	913,10	29.812,63	1.898,21	4,23	1.902,44	-	16.151,65	14.253,44
TOTAL				18.204.700,46	17.342.756,38			12.908.875,86	1.034.475,85	13.943.351,71	868.808,79	26.021,82	894.830,61	-	4.433.880,52	3.565.071,73

8. Propriedades de investimento

O Município de Tavira não tem nenhum ativo classificado como propriedade de investimento no corrente ano.

9. Imparidade de ativos

Foram reconhecidos como imparidade os ativos que correspondem a dívida de clientes, contribuintes e utentes que estão em execução fiscal por se encontrarem ultrapassados os prazos legais de pagamento, no montante de €246.105 e os investimentos financeiros referentes a participações do Município na EMPET e na Globalgarve que se encontram em processo de liquidação e de insolvência, respetivamente.

Q 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	REVERSÃO DE IMPARIDADES	QUANTIA RECUPERÁVEL
(1)	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)
Ativo não corrente		185.131.398,52	555.503,44		- 184.575.895,08
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	135.384.787,69	-	-	- 135.384.787,69
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	73.698,97	-	-	- 73.698,97
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	5.061.559,97	555.503,44	-	- 4.506.056,53
Investimentos em curso	Não gerador de caixa	44.611.351,89	-	-	- 44.611.351,89
Ativo corrente		10.347.324,54	246.104,93		- 10.101.219,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Gerador de caixa	480.083,64	-	-	- 480.083,64
Devedores e credores por transf., sub. e empréstimos bonif	Gerador de caixa	9.902,02	-	-	- 9.902,02
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	477.514,73	246.104,93	-	- 231.409,80
Outras contas a receber e a pagar	Gerador de caixa	9.379.574,15	-	-	- 9.379.574,15
Pessoal	Gerador de caixa	250,00	-	-	- 250,00
Passivo		665.538,80			- 665.538,80
Fornecedores	Gerador de caixa	665.538,80	-	-	- 665.538,80
TOTAL		196.144.261,86	801.608,37		- 195.342.653,49

10. Inventários

O inventário é o que se encontra demonstrado nos quadros seguintes.

Q 10.1. Inventários

Unidade: €

RÚBRICA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	480.083,64	-	480.083,64
TOTAL	480.083,64	-	480.083,64

Q 10.2. Inventários: movimentos do período

Unidade: €

RÚBRICA	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	MOVIMENTOS NO PERÍODO							QUANTIA ESCRITURADA FINAL
		COMPRAS LIQUIDAS	CONSUMOS/ GASTOS	VAR. INV. PRODUÇÃO	PERDAS POR IMPARIDADE	REV. PERDAS IMPARIDADE	OUTRAS RED. INV.	OUTROS AUM. INV.	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = Σ (1) a (8)	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	474.357,38	569.541,88	(563.815,62)	-	(32.741,99)	25.233,39	(10.660,04)	18.168,64	480.083,64
TOTAL	474.357,38	569.541,88	(563.815,62)	-	(32.741,99)	25.233,39	(10.660,04)	18.168,64	480.083,64

11. Agricultura

Não se aplica ao corrente ano

12. Contratos de construção

Não se aplica ao corrente ano

13. Rendimento de transações com contraprestação

Q 13.1 Rendimento com contraprestação

Unidade: €

TIPO DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO	RENDIMENTO DO PERÍODO RECONHECIDO
(1)	(2)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.085.715,17
VENDA DE BENS	-
JUROS	19.769,12
ROYALTIES	-
DIVIDENDOS OU DISTRIBUIÇÕES SIMILARES	548.867,64
OUTROS	2.373.322,52
TOTAL	4.027.674,45

No corrente período, o Município de Tavira obteve rendimentos provenientes das seguintes transações

e acontecimentos com contraprestação: prestação de serviços, uso de terceiros de ativos que produzem juros e dividendos e a locação de ativos fixos tangíveis.

Nos “*outros*” estão refletidos os valores dos contratos de concessão da iluminação pública e de energia eólica.

14. Rendimento de transações sem contraprestações

Os rendimentos sem contraprestação comportam os impostos e taxas, as transferências financeiras (correntes e de capital) e as multas e outras penalidades que o Município reconheceu no corrente ano.

Q 14.1. Rendimentos sem contraprestação

Unidade: €

TIPOS DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	REND. DO PERÍODO RECONHECIDO EM		QUANTIAS A RECEBER		ADIANTAMENTOS RECEBIDOS
	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LIQ.	INÍCIO DO PERÍODO	FIM DO PERÍODO	
Impostos diretos	8.098.884,76	-	-	-	7.266.389,43
Impostos indiretos	15.676.640,23	-	-	-	2.674.419,10
Taxas	1.346.372,72	-	-	-	-
Multas e outras penalidades	262.445,06	-	-	-	-
Transferências sem condição	7.546.672,54	-	-	-	-
Transferências com condição	-	2.141.374,00	-	-	-
TOTAL	32.931.015,31	2.141.374,00	-	-	9.940.808,53

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2022, o Município de Tavira diminuiu as suas provisões face ao ano anterior em €365.347 e não dispõe de nenhum ativo ou passivo contingente.

Q 15.1. Provisões

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		REFORÇOS	AUMENTO QUANTIA ESCRITURADA	OUTROS AUMENTOS	TOTAL AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	REVERSÕES	OUTRAS DIMINUIÇÕES	TOTAL DIMINUIÇÕES	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) + (3) + (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) + (7) + (8)	(10)
Processos judiciais em curso	4.635.931,17	-	-	-	-	-	365.347,32	-	365.347,32	4.270.583,85
Contratos onerosos	7.902,00	-	-	-	-	-	-	-	-	7.902,00
TOTAL	4.643.833,17	-	-	-	-	-	365.347,32	-	365.347,32	4.278.485,85

No que concerne aos “*Processos judiciais em curso*” registou-se apenas a conclusão de um processo que deu origem a um pagamento de cerca de metade do valor que se encontrava provisionado, não tendo havido nenhum processo novo.

Os processos judiciais com maior relevância são o Proc. N.º 467/17.8BELLE, colocado pelo Ginásio Clube de Tavira em que solicita uma indemnização de €2.690.430,50 por alegado incumprimento contratual e o Proc. N.º 292/18.9BELLE, referente a um pedido de anulação e de nulidade de atos administrativos, com um pedido de indemnização no montante de €817.364, por parte dos autores Michael James French e Joanna Sarah French.

No corrente ano não se registaram quaisquer movimentos de passivos e ativos contingentes.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica ao corrente ano

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se aplica ao corrente ano

18. Instrumentos financeiros

Q 18.1. Ativos financeiros

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	VARIAÇÕES					QUANTIA ESCRIT. FINAL	
		COMPRAS	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS AUMENTOS	ALIENAÇÕES	PERDAS POR IMPARIDADE		OUTRAS DIMINUIÇÕES
Entidades controladas								
Empresas Locais	2.897.574,36	-	-	548.867,64	-	-	(635.609,50)	2.810.832,50
Associadas								
Associações de Municípios	2.025.000,00	-	-	-	(2.025.000,00)	-	-	-
Outros ativos financeiros	885.800,53	-	-	-	-	-	-	885.800,53
Outras entidades								
FAM - Fndo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	796.423,50
Outras participações de capital	13.000,00	-	-	-	-	-	-	13.000,00
TOTAL	6.617.798,39	-	-	548.867,64	(2.025.000,00)	-	(635.609,50)	4.506.056,53

Q 18.4. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Unidade: €

RÚBRICAS	QUANTIA ESCRIT. INICIAL	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRIT. FINAL
		COMPRAS	GANHOS DE JUSTO VALOR	REV. PERDAS POR IMP.	OUTROS	ALIENAÇÕES	PERDAS DE JUSTO VALOR	PERDAS POR IMPARIDADE	OUTRAS	
Participações de capital - ao custo										
Águas do Algarve, SA	709.137,59	-	-	-	-	-	-	-	-	709.137,59
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	159.675,00	-	-	-	-	-	-	-	-	159.675,00
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo, CRL	1.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500,00
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ares do Sul - Cooperativa de Reabilitação e Inserção, CRL	524,00	-	-	-	-	-	-	-	-	524,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, CRL	500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500,00
Centro Tecnológico de Citricultura	12.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500,00
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	796.423,50	-	-	-	-	-	-	-	-	796.423,50
Fórum Cultural de Tavira	14.963,94	-	-	-	-	-	-	-	-	14.963,94
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Soc. POLIS - Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA	2.025.000,00	-	-	-	-	-	-	-	2.025.000,00	-
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	2.897.574,36	-	548.867,64	-	-	-	-	-	635.609,50	2.810.832,50
TOTAL	6.617.798,39	-	548.867,64	-	-	-	-	-	-	4.506.056,53

No corrente ano foi desreconhecida a participação financeira que o Município de Tavira detinha na Soc. POLIS - Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA, conforme reportado no ponto 5 do anexo.

Foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial no reconhecimento da participação na TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM que originou um ganho de €548.867,64. A empresa colocou à disposição dividendos no valor de €610.036,70 que foram recebidos em 2023.

19. Benefícios dos empregados

Não se aplica ao corrente ano.

20. Divulgações de partes relacionadas

O Município de Tavira detém uma participação maioritária nas empresas locais: “EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação” – Parques Empresariais de Tavira, E.M e TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM”, com 96% e 51% respetivamente; e detém o controlo direto da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira” conforme o disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

Q 20.1. Listagem de entidades controladas

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	SEDE	% CONTROLO	
		DIRETO	INDIRETO
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Lda. - em liquidação	Tavira	96%	-
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	51%	-
UAC - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira	Tavira	100%	-

Q20.2 Principais relações com entidades controladas

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIÇÃO 2021-2022	
			€	%
Tavira Verde	4.548.234	3.604.506	943.729	26,18%
Espaços Verdes	1.861.284	1.908.498	(47.213)	(2,47%)
Limpeza das praias	539.380	385.985	153.395	39,74%
Limpeza pública	1.606.184	1.310.022	296.162	22,61%
Fornecimento de água	541.385	207.664	333.721	160,70%
UAC	100.000	500.000	(400.000)	(80,00%)
TOTAL	4.648.234	4.104.506	543.729	13,25%

As principais relações entre o Município de Tavira e a Tavira Verde prendem-se com a execução de 3 contratos-programa e o fornecimento de água e no caso da UAC com, a atribuição de apoio para a

realização de atividades, sendo que no ano de 2021 foi atribuído um apoio extraordinário para os empresários afetados pela pandemia, conforme consta no quadro anterior.

Esclarece-se que o aumento do fornecimento da água resulta, por um lado, da retoma das atividades normais do concelho após a pandemia, e por outro lado, por se ter começado a suportar as despesas de água com os jardins que, no ano anterior, eram consideradas no contrato programa dos Espaços Verdes (diminuíram este ano por esta razão). O aumento do contrato da Limpeza pública resulta do facto de este tipo de contrato ter iniciado apenas em abril do ano 2021.

21. Relato por segmentos

Não se aplica ao corrente ano.

22 Interesses em outras entidades

Não se aplica ao corrente ano.

23. Outras informações

Fornecedores e outras contas a pagar

Q.23.1 – Fornecedores e outras contas a pagar

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Passivo corrente	2.692.702	2.345.217	347.485	14,82%
Credores por transf. e sub. não reemb. concedidos	-	-	-	-
Fornecedores	665.539	436.392	229.147	52,51%
Fornecedores c/c	-	-	-	-
Fornecedores fat. em conferência	665.539	436.392	229.147	52,51%
Estado outros entes públicos	68.899	132.103	(63.204)	(47,84%)
Fornecedores de investimento	81.783	82.044	(261)	(0,32%)
Fornecedores de investimento c/c	17.957	31.464	(13.507)	(42,93%)
Faturas em receção e conferência	63.826	50.580	13.246	26,19%
Outras contas a pagar	1.876.482	1.694.679	181.803	10,73%
Passivo não corrente	159.132	175.888	(16.755)	(9,53%)
Fornecedores de investimento c/c	142.157	160.114	(17.957)	(11,21%)
Outras contas a pagar (OT)	16.975	15.774	1.201	7,62%
TOTAL	2.851.834	2.521.105	330.730	13,12%

No quadro anterior estão discriminados os montantes que compõem os fornecedores e outras contas a pagar que constam do balanço, por corrente e não corrente.

Verifica-se que houve um aumento de €330.730 (13,12%) por força do aumento registado nas faturas que se encontram em conferência no final do ano, “*Fornecedores fat. em conferência*”, no montante de €229,147 e das outras contas a pagar que incluem os credores por acréscimos de gastos (estimativas de despesas com o pessoal – férias) e o montante dos dividendos que a TaviraVerde não pagou.

Outras contas a receber

No que concerne, às outras contas a receber o quadro seguinte discrimina a composição destas.

Q.23.2 – Outras contas a receber

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Outras contas a receber	11.496.721	9.916.897	1.579.824	15,93%
Outros devedores	984.727	94.041	890.686	947,12%
Devedores por acréscimo de rendimentos	10.021.164	8.820.216	1.200.948	13,62%
IMI	7.291.455	7.319.099	(27.643)	(0,38%)
IMT	2.674.419	1.446.139	1.228.280	84,94%
Outros	55.289	54.978	311	0,57%
Outros acréscimos de rendimentos	474.350	507.311	(32.961)	(6,50%)
Adiantamento a fornecedores	16.480	495.329	(478.849)	-

Gastos com o pessoal

A rúbrica de gastos com pessoal é composta conforme quadro seguinte.

Q.23.3 – Gastos com pessoal

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	214.866	212.639	2.227	1,05%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	5.790	3.298	2.492	75,55%
Remunerações do pessoal	9.300.181	7.672.374	1.627.806	21,22%
Encargos sobre remunerações	2.082.448	1.725.848	356.601	20,66%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	60.480	63.309	(2.829)	(4,47%)
Outros gastos com o pessoal	249.436	232.218	17.218	7,41%
Outros encargos sociais	335.765	253.430	82.336	32,49%
TOTAL	12.248.966	10.163.115	2.085.851	20,52%

Os gastos com o pessoal aumentaram significativamente em €2.085.851 (20,52%), porque foram transferidos recursos humanos, no ano de 2022, ao abrigo da delegação de competências da saúde e educação, conforme referido no teor do relatório, no capítulo 2.2 execução da despesa.

Fornecimento e serviços externos

O fornecimento e serviços externos, são compostos pelas rúbricas constantes no quadro seguinte, onde se verifica que aumentaram significativamente face ao ano anterior, em €1.656.825 (29,41%),

dado que houve um regresso às atividades normais da autarquia e do concelho depois de termos tido dois anos de pandemia.

Q.23.4 – Fornecimento e serviços externos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Serviços especializados	2.378.082	1.570.154	807.927	51,46%
Trabalhos especializados	770.746	496.728	274.018	55,16%
Publicidade, comunicação e imagem	132.040	86.609	45.431	52,46%
Vigilância e segurança	250.538	70.657	179.881	254,58%
Honorários	-	-	-	-
Comissões (cobrança de impostos)	575.627	433.766	141.862	32,70%
Conservação e reparação	649.131	475.126	174.005	36,62%
Outros serviços especializados	-	7.269	(7.269)	(100,00%)
Materiais de consumo	803.991	537.510	266.481	49,58%
Energia e fluidos	1.155.614	1.290.216	(134.602)	(10,43%)
Deslocações, estadas e transportes	256.208	228.558	27.650	12,10%
Serviços diversos	2.696.627	2.007.258	689.370	34,34%
Rendas e alugueres	437.245	333.772	103.473	31,00%
Comunicação	122.353	82.989	39.364	47,43%
Seguros	82.037	110.223	(28.186)	(25,57%)
Contencioso e notariado	322	1	321	32.050,00%
Limpeza, higiene e conforto	268.523	152.561	115.962	76,01%
Outros serviços	1.786.148	1.327.711	458.437	34,53%
TOTAL	7.290.522	5.633.696	1.656.825	29,41%

Transferências e Subsídios concedidos

Em 2022, registou-se um incremento nas transferências e subsídios correntes concedidos de €244.021 (3,04%), com especial destaque para o aumento de €498.368 (14,23%) dos subsídios à administração local que inclui os contratos programas com a TaviraVerde, seguido das transferências para as outros setores institucionais de €135.119. A rubrica de transferências e subsídios concedidos discrimina-se de acordo com o quadro seguinte.

Q.23.5 – Transferências e subsídios concedidos

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Transferências correntes concedidas	4.156.690	3.934.763	221.927	5,64%
Administração local	1.524.799	1.437.991	86.808	6,04%
Outros setores institucionais	2.631.890	2.496.772	135.119	5,41%
Subsídios correntes concedidos	4.120.018	4.043.552	76.466	1,89%
Administração local	4.000.817	3.502.449	498.368	14,23%
Outros setores institucionais	119.200	541.103	(421.902)	(77,97%)
Transferências de capital concedidas	-	54.372	(54.372)	(100,00%)
Outros setores institucionais	-	54.372	(54.372)	(100,00%)
Outros	-	-	-	#DIV/0!
TOTAL	8.276.707	8.032.687	244.021	3,04%

Gastos/reversões de depreciação e amortização

Q23.6 Gastos/reversões de depreciação e amortização

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2022	2021	VARIAÇÃO 2021-2022	
			€	%
Ativos fixos tangíveis	4.411.401	12.323.156	(7.911.755)	(64,20%)
Bens de domínio público, patr, histórico, artístico e cultural	2.326.415	10.321.997	(7.995.582)	(77,46%)
Terrenos e recursos naturais	151	151	-	-
Edifícios e outras construções	1.183.616	1.176.572	7.044	0,60%
Equipamento básico	279.411	222.705	56.706	25,46%
Equipamento de transporte	413.650	332.147	81.503	24,54%
Equipamento administrativo	132.441	165.899	(33.458)	(20,17%)
Outros ativos fixos tangíveis	75.717	103.684	(27.967)	(26,97%)
Ativos intangíveis	86.773	101.455	(14.682)	(14,47%)
Prog. computador e sistemas de informação	86.773	101.455	(14.682)	(14,47%)
TOTAL	4.498.174	12.424.610	(7.926.437)	(63,80%)

Os gastos com amortizações/reversões reduziu de forma significativa no corrente ano, no montante de €7.926.437 (63,80%) devido ao término da amortização de uma boa parte dos bens de domínio público (arruamentos) que tinham sido avaliados no ano de 2010.

Diferimentos

O montante dos diferimentos no passivo não corrente é constituído por várias transferências e subsídios obtidos de vários programas comunitários e nacionais para a realização de diversas obras que se encontram por regularizar, umas porque as candidaturas ainda não se encontram totalmente encerradas e outras porque as obras ainda estão a decorrer.

No ano de 2022, foram reclassificados para a rubrica de capital próprio diversos subsídios de investimento relativos a algumas obras concluídas em 2022 e em anos anteriores. Esta reclassificação determinou ajustamentos aos valores de anos anteriores relativos a subsídios de investimento através da contabilização na rubrica de resultados transitados em €1.760.245.

CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, destacam-se os seguintes aspetos:

- O Município de Tavira tem um grau de independência financeira de 68,90%;
- O grau de execução da receita situou-se nos 102,99%, tendo as receitas correntes atingido os 107,60%;
- Registou-se um aumento da receita cobrada em €6.693.918 (12,79%), com a receita corrente a aumentar €7.810.041 (26,20%) e a de capital 694.631 (37,38%);
- O grau de execução da despesa foi de 66,35%.
- A despesa corrente teve uma execução de 78,68% e a de capital ficou-se pelos 45,19%, com a despesa paga no corrente ano a aumentar €4.452.871 (18,53%), face ao ano anterior. A despesa de pessoal aumentou €2.528.968 (25,78%) na sequência da delegação de competências na área da educação e saúde;
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, tendo uma margem de €8.166.771;
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2023 é de €21.078.978;
- Os indicadores de liquidez do Município apresentam uma elevada capacidade de cobertura do passivo;
- O resultado líquido do exercício é positivo no valor de €6.708.644;
- Redução da dívida em €677.340 (12,85%), passando a ser apenas 4.602.634, cumprindo-se o limite da dívida total, com uma margem de €38.733.666 o que permite que no ano 2023 se possa aumentar a dívida em €4.632.932.

Paços do Concelho, 5 de abril de 2023

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins

ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

MUNICÍPIO DE TAVIRA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2022

pm

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Tavira (a Entidade), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, (que evidencia um total de 218.149.070 euros e um total de património líquido de 199.440.509 euros, incluindo um resultado líquido de 6.708.644 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no ponto 1, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos pontos 2 a 3 das matérias referidas na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Tavira, em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa Municipal Empet, EM – sociedade em liquidação, referentes aos exercícios de 2021 e 2022. A informação que nos foi facultada, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhe sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade da constituição de eventuais provisões.
2. Os ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso, de cerca de 43.930.000 euros e 681.000 euros, respetivamente, incluem obras e projetos já concluídos num montante estimado de cerca de 30.000.000 euros, que por isso, deveriam ter sido transferidas para as respetivas rubricas do ativo e amortizadas. Não é possível quantificar o efeito destas situações que deveriam determinar uma redução do ativo, do resultado líquido e do património líquido.
3. A aplicação do SNC-AP desde 2020 implicou a alteração do registo dos montantes de subsídios recebidos relativos a investimentos já executados, para o património líquido. Contudo, verifica-se que em 2022, a rubrica de diferimentos no passivo no valor de 7.855.500 euros, inclui montantes relativos a subsídios recebidos no passado com elevada antiguidade, que em termos gerais deveriam ser reclassificados para o património líquido. Não foram disponibilizados elementos que permitissem relacionar esses subsídios com os respetivos ativos fixos participados, e em consequência determinar também as correções que deveriam ser efetuadas correspondentes às eventuais amortizações já efetuadas desses ativos.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 59.010.654 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 38.017.108 euros), e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma Contabilística Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Faro, 12 de abril de 2023



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro, em representação de
DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda